



Universidade Técnica de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana



O Efeito das Decisões Financeiras sobre o Equilíbrio Financeiro no Panorama das Federações Desportivas.

**Estudo de caso comparativo aplicado à Federação de
Triatlo de Portugal e à Federação Portuguesa de Atletismo.**

DISSERTAÇÃO ELABORADA COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
GESTÃO DO DESPORTO

Orientadora: Professora Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas

Júri:

Presidente:

Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço, Faculdade de Motricidade Humana
da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Professor Doutor Vitor Manuel dos Santos Silva Ferreira, Faculdade de
Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa

Professor Doutor Rui Jorge Bertolo Lara Madeira Claudino, Faculdade de
Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa

Professora Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas, Faculdade de
Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa

Mestre José Alberto Pinto Correia, Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa

Fernanda Massá de Sousa Castro

2012

Agradecimentos

A concretização desta dissertação só foi possível com o apoio, ajuda e contributo de várias pessoas, às quais deixo aqui o meu agradecimento.

Em especial, agradeço à minha orientadora Professora Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas, pela disponibilidade e ajuda prestadas, não só a nível de conhecimentos mas também pelo incentivo e motivação.

Agradeço também à minha família e amigos que sempre estiveram presentes e procuraram me ajudar, incentivando e motivando, sempre que apareciam maiores dificuldades e obstáculos.

Índice

Introdução	10
1.Revisão da Literatura.....	14
1.1. Teoria Clássica	22
1.2. Teoria Funcional	30
1.3. Federações Desportivas em Estudo.....	39
1.3.1. Federação de Triatlo do Portugal	39
1.3.2. Federação Portuguesa de Atletismo.....	42
2.Metodologia	45
3.Apresentação e Discussão de Resultados	48
3.1. Equilíbrio Financeiro: Teoria Clássica.....	48
3.1.1. Fundo de Maneio.....	48
3.1.2. Rácios de Liquidez.....	52
3.1.3. Rácios de Financiamento	57
3.2. Equilíbrio Financeiro: Teoria Funcional.....	67
4.Uma Interligação de Dados Desportivos e Económico-Financeiros.....	80
4.1. A evolução dos Custos e dos Proveitos das Federações	80
4.2. Ensaio para a criação de um Indicador Desportivo.....	85
4.2.1. Construção do Índice de Alta Competição do Triatlo	86
4.2.2. Indicador de Eficiência Económico-Financeira.....	88
5.Considerações Finais.....	90
Bibliografia	95
Sites Consultados	97
Anexo I: Demonstrações Financeiras da Federação de Triatlo de Portugal	98
Anexo II: Demonstrações Financeiras da Federação de Portuguesa de Triatlo	112

Índice de Quadros

Quadro 1: Os Rácios de Liquidez	25
Quadro 2: Os Rácios de Financiamento	28
Quadro 3: Fundo de Maneio - Federação de Triatlo de Portugal	48
Quadro 4: Fundo de Maneio - Federação Portuguesa de Atletismo	50
Quadro 5: Fundo de Maneio/Activo Líquido - Comparação entre Federações	51
Quadro 6: Rácios de Liquidez - Federação de Triatlo de Portugal	53
Quadro 7: Rácios de Liquidez - Federação Portuguesa de Atletismo	56
Quadro 8: Rácios de Financiamento - Federação de Triatlo de Portugal	58
Quadro 9: Rácios de Financiamento - Federação Portuguesa de Atletismo	61
Quadro 10: Balanço Funcional - Federação de Triatlo de Portugal	72
Quadro 11: Indicadores de Estrutura - Federação de Triatlo de Portugal	72
Quadro 12: Agregados do Balanço Funcional (Variações) - FTP	72
Quadro 13: Balanço Funcional - Federação Portuguesa de Atletismo	75
Quadro 14: Indicadores de Estrutura - Federação de Triatlo de Portugal	75
Quadro 15: Agregados do Balanço Funcional (Variações) - FPA	76
Quadro 16: Situação de Tesouraria Líquida - Comparação	78
Quadro 17: Evolução dos Custos e Proveitos	80
Quadro 18: Evolução dos Proveitos face ao Número de Filiados – FTP	82
Quadro 19: Evolução dos Proveitos face ao Número de Filiados – FPA	82

Quadro 20: Evolução dos Custos face ao Número de Filiados – FTP	83
Quadro 21: Evolução dos Custos face ao Número de Filiados – FPA	83
Quadro 22: Índice de Alta Competição do Triatlo	85
Quadro 23: Indicadores de Eficiência Económico-Desportiva da Alta Competição - FTP	87

Índice de Figuras

Figura 1: O Balanço Contabilístico	19
Figura 2: O Balanço Funcional	32
Figura 3: Indicadores Económicos e Financeiros utilizados	47
Figura 4: Condições de Equilíbrio Financeiro	71

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução dos Rácios de Liquidez	55
Gráfico 2: Evolução do Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros	64
Gráfico 3: Indicadores de Estrutura da FTP	74
Gráfico 4: Indicadores de Estrutura da FPA	78
Gráfico 5: Evolução da Situação de Tesouraria Líquida	79

Resumo

Numa época em que se vive uma grave crise económico-financeira, e que o Estado Português tenta criar medidas de ajustamento dos modos de vida, diminuindo os apoios à sociedade, a questão do equilíbrio financeiro das organizações desportivas ganha acrescida importância para a sobrevivência das mesmas.

Muitas entidades desportivas têm sido maioritariamente geridas, até à data, com propósitos exclusivamente desportivos, sendo a parte económico-financeira muitas vezes deixada para segundo plano.

Este estudo aborda a questão do equilíbrio financeiro para duas Federações que têm vindo a crescer internamente e obter resultados desportivos de grande valor internacional. Pretende-se verificar se esta evolução a nível de resultados desportivos está ou não associada a melhorias na situação económico-financeira das federações em causa: Federação de Triatlo de Portugal e Federação Portuguesa de Atletismo.

A avaliação do equilíbrio financeiro das Federações que constituem o presente estudo de caso, é aferido através da aplicação de duas teorias distintas: a tradicional e a funcional, garantindo uma maior fiabilidade dos resultados obtidos e das respectivas conclusões. Para tal, foi realizada uma análise documental longitudinal dos dados contabilísticos (quantitativos e qualitativos) retirados dos relatórios e contas de ambas as organizações, ao longo dos anos 2005-2010, procedendo-se posteriormente, a uma análise comparativa dos resultados obtidos. O tratamento dos dados recolhidos foi realizado com recurso ao *Microsoft Office Excel 2007*.

As principais conclusões apontam para uma situação de agravamento económico-financeiro nas Federações ao longo do período estudado, com elevada perda de autonomia e retratadas como financeiramente desequilibradas.

Palavras-Chave: Federação Desportiva, Triatlo, Atletismo, Equilíbrio Financeiro, Análise Financeira, Balanço Funcional, Autonomia Financeira, Solvabilidade, Liquidez, Situação Tesouraria Líquida.

Abstract

At a time when you live a severe economic and financial crisis, and that the Portuguese government tries to create measures of lifestyles' adjustments, reducing support for the society, the question of financial balance of sports organizations gain increasing importance for their survival .

Many sports institutions have, so far, been mostly managed with sporting purposes only, and the economic and financial part often left to the background.

This study addresses the question of financial balance for two federations that have been growing internally and getting sports scores of great international value. It is intended to verify that if this sports results' evolution is associated with improvements in economic and financial situation of the federations concerned: Federação de Triatlo de Portugal e Federação Portuguesa de Atletismo.

The evaluation of the financial stability of the federations in this case study, is measured by applying two distinct theories: the traditional and functional, ensuring greater reliability of the results and their conclusions. For this purpose, we performed a longitudinal analysis of documents of accounting data (quantitative and qualitative) taken from the reports and accounts of both organizations over the years 2005-2010, proceeding then to a comparison of the results. The data collected was conducted using Microsoft Office Excel 2007.

The main findings point to an increasing situation in the economic and financial Federations throughout the study period, with high loss of autonomy and portrayed as financially unbalanced.

Key-Words: Sports Federation, Triathlon, Athletics, Financial Equilibrium, Financial Analyses, Functional Balance Sheet, Financial Autonomy, Solvency, Liquidity, Net Cash Situation.

Introdução

O conceito actual de desporto e a sua dimensão remonta para uma análise da história do Mundo. Apesar de ter sido na Grécia Antiga que surgiram os primeiros indícios daquilo que viria a ser o desporto dos nossos tempos, já na pré-história os seres humanos realizavam algumas actividades que eram indispensáveis na época para a sua sobrevivência, e que actualmente são consideradas desporto, como a caça e a pesca.

Além da questão da sobrevivência dos povos, as primeiras apresentações daquilo que viria a ser o desporto surgiram como uma forma de integração social, associativismo das populações e de vangloriar a imagem corporal, que aos poucos foi evoluindo para uma vertente mais competitiva e desafiadora das capacidades do ser humano.

De acordo com Moreira (2008), o Homem desde os primórdios da sua existência, sente a necessidade de se movimentar e trabalhar para sobreviver. Este exercício realizado de forma involuntária e necessária permitiu ao homem ancestral desenvolver as suas capacidades físicas sem que disso tomasse directa consciência. À medida que a civilização humana foi evoluindo, as tarefas dos ancestrais, como caçar, nadar, pescar, lutar, entre outras, evoluíram também até perderem a primordial função na esfera da subsistência, ganhando um carácter lúdico (desporto), o que permitiu ao homem cada vez mais “controlar” a Natureza, demonstrar capacidades, entreter um público, entre outras coisas.

Essa evolução do nível competitivo levou ao desenvolvimento e criação de diversas modalidades, acompanhadas pela organização de competições, tanto a nível nacional como mundial, onde a ambição é tornar-se o melhor da sua modalidade, e a superação das capacidades físicas. Em consequência, tornou-se necessário criar entidades responsáveis pela gestão, organização e representação das diferentes modalidades, como é o caso das federações, comités olímpicos e outras a nível mundial, responsáveis pela gestão de provas internacionais e continentais (ex: FIFA, UEFA, COI, entre outras).

Como entidades responsáveis pela gestão das respectivas modalidades, as federações têm também em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Como tal, estão encarregues do desenvolvimento da sua modalidade, e da angariação de meios indispensáveis para tal. As federações funcionam como uma grande empresa, sendo que o aspecto fundamental de diferenciação é o facto de serem organizações sem fins lucrativos, gestoras de uma modalidade desportiva em representação do Estado.

Dois exemplos desta premissa são a Federação de Triatlo de Portugal e a Federação Portuguesa de Atletismo. Em 2010, o peso que os subsídios do Instituto do Desporto de Portugal (IDP) tinham sobre o total dos proveitos operacionais correspondiam a 53,71% para a Federação de Triatlo, e 77,87% para a Federação de Atletismo, de acordo com os dados retirados dos relatórios de contas de cada uma das organizações.

Nos últimos anos, tem sido observada uma evolução e crescimento de determinadas modalidades, verificáveis não só pela melhoria dos resultados a nível internacional, mas também pelo desenvolvimento das próprias Federações. O triatlo e o atletismo, são duas das modalidades que mais têm crescido ao longo das últimas duas décadas.

Na década de 90, a maioria das medalhas que Portugal ganhava a nível internacional no Triatlo era no escalão de veteranos e através de um ou dois atletas de referência. Desde o início do século XXI, essa tendência mudou, e actualmente Portugal já é, de certo modo, uma referência a nível internacional, nomeadamente nos escalões de júnior, sub-23 e elite.

Se realizarmos a mesma análise para o atletismo, verificamos que a média de resultados obtidos entre os três primeiros classificados, para o mesmo período de tempo, aumentou de 8 para 15.

Em ambos os casos, a análise da evolução das modalidades não pode ser realizada apenas pelos resultados obtidos, mas também há outros aspectos que devem ser tidos em conta. Entre 1990 e 2010, observou-se um aumento de cerca de 5000 atletas de atletismo federados, e mais de 1000 relativamente ao triatlo. Por outro lado, o número de clubes filiados a cada uma das federações também registou

aumentos significativos, principalmente a nível do triatlo, onde este número mais que triplicou. Outro indicador que pode ser considerado com importante neste crescimento, é o número de provas realizadas e acções de divulgação desenvolvidas pelas entidades responsáveis. Actualmente, realizam-se por ano em Portugal, 101 provas e/ou eventos de triatlo, e 52 de atletismo.

Perante isto, podemos concluir que a crescente evolução que Portugal tem vindo a apresentar nestas últimas duas décadas, é em grande parte consequência do aumento do número de praticantes de cada uma das modalidades em causa e também do maior investimento para divulgação da modalidade, como a realização de mais provas (nacionais ou internacionais) no nosso país, desenvolvimento de acções nas escolas, criação de campeonatos juvenis, entre outras formas de dar a conhecer a modalidade a mais cidadãos.

Esta dissertação de mestrado vai abordar a questão do equilíbrio financeiro para duas Federações que têm vindo a crescer internamente e obter resultados desportivos de grande valor, a nível internacional. Pretende-se verificar, como **objectivo geral da presente investigação**, se esta evolução a nível de resultados desportivos está ou não associada a melhorias na situação económico-financeira das federações em causa: Federação de Triatlo de Portugal e Federação Portuguesa de Atletismo.

Formulamos assim, como **pergunta de partida** para a investigação a realizar, a seguinte:

Qual o efeito das decisões financeiras tomadas na Federação de Triatlo de Portugal e na Federação Portuguesa de Atletismo sobre o Equilíbrio Financeiro das mesmas organizações desportivas ao longo do período de tempo entre 2005 e 2009?

Exposta a razão do tema, importa também descrever uma razão de ordem. Primeiramente, no Capítulo 1, será feita uma revisão bibliografia sobre o tema do equilíbrio financeiro, enquanto área da teoria financeira, bem como abordagens teóricas utilizadas para o estudo: a tradicional e a funcional. Ainda será feita, no mesmo capítulo, a apresentação e caracterização das duas organizações desportivas em estudo.

No Capítulo 2 será descrita a metodologia utilizada para a realização deste estudo e no Capítulo 3 serão apresentados e discutidos os resultados obtidos segundo a abordagem das duas teorias adoptadas para aferição do equilíbrio financeiro.

No Capítulo 4, será estudada a evolução dos custos e proveitos de ambas as organizações, através de uma interligação de dados desportivos e económico-financeiros. No caso da Federação de Triatlo de Portugal, irá também ser realizado um ensaio para a criação de um indicador desportivo.

Por fim, no Capítulo 5, serão apresentadas as conclusões verificadas em função dos objectivos gerais e específicos formulados nesta introdução e na metodologia.

1. Revisão da Literatura

A análise financeira refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e do lucro de uma empresa, instituição ou projecto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

De acordo com Nabais (2005), a análise financeira é composta por um conjunto de técnicas que visam a análise da situação económica e financeira através da análise de documentos contabilísticos e tem como objectivo possibilitar aos gestores da organização e outras entidades, obtenção de informação de apoio à tomada de decisão. Carvalho das Neves (2009) acrescenta que a Análise Financeira, a partir do exame dos documentos contabilísticos financeiros (Balanços, Demonstrações de Resultados e Demonstrações de Fluxos de Caixa), procura examinar a evolução da situação financeira e da rendibilidade da empresa, com vista a detectar tendências futuras e a dar recomendações sintonizadas com a estratégia da organização.

Para Carvalho das Neves (2009), a teoria financeira é uma aplicação da teoria microeconómica da empresa, cujo objectivo é tipicamente apresentado pela maximização do lucro. Porém, na teoria financeira, o conceito de lucro não é nem muito operacional nem tão pouco relevante para uma disciplina que se preocupa essencialmente com os fluxos de caixa. Como tal, este deve ser substituído pelo valor para os sócios/accionistas, entendido como o valor actual dos fluxos de caixa que, no futuro, a empresa poderá vir a conferir aos titulares do seu capital.

Assim, podemos considerar que o objectivo da análise financeira passa pela maximização do valor da empresa, o que implica o exame dos efeitos financeiros das decisões tomadas na empresa em duas vertentes complementares: a rendibilidade – exprime a aptidão de uma empresa para gerar uma série de fluxos de caixa com saldos positivos - e o risco – reflecte a variabilidade potencial dessa série de fluxos de caixa.

Antes de se partir para a análise financeira de uma organização desportiva sem fins lucrativos, como é o caso das federações, é importante definir o significado de criação de valor para este tipo de organizações que, ao contrário daquelas que têm fins lucrativos, não visam a criação de riqueza para os accionistas e/ou proprietários da organização. A fonte de criação do valor de uma empresa não é a sua situação financeira, mas sim a sua vantagem competitiva (Carvalho das Neves, 2009).

Segundo Baptista & Andrade (2004) ao analisarmos a actividade de uma Federação desportiva podemos identificar como objectivos naturais, enquanto fontes de criação de valor, o fomento da modalidade, a melhoria dos resultados dos seus atletas, a melhor formação dos seus técnicos e, para algumas, a organização de eventos desportivos, em particular, de provas oficiais da respectiva modalidade.

A análise financeira, de forma a contribuir para as orientações estratégicas futuras da empresa, deve concluir se uma empresa tem ou não criado valor para os seus accionistas/sócios numa análise histórica, ou se é estimada a criação de valor segundo uma análise de plano estratégico.

Para qualquer organização, com ou sem fins lucrativos, o equilíbrio financeiro deve ser encarado com algo fundamental para a sua sobrevivência e como um pressuposto essencial desenvolvimento do Plano de Actividades. Grande parte das Federações Desportivas tem especial interesse na obtenção de fundos de curto prazo que permitam o cumprimento anual do seu programa sem a presença de estrangulamento de tesouraria (Baptista & Andrade, 2004).

Como já foi referido, a análise financeira é um processo baseado num conjunto de técnicas que tem por fim avaliar e interpretar a situação económico-financeira da empresa. Essa avaliação e interpretação centram-se em torno de questões fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento da empresa, nomeadamente: o equilíbrio, a eficiência, o crescimento, o risco e a razão de ser da empresa (Carvalho das Neves, 2009).

De forma a permitir uma boa análise financeira, as demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das suas alterações e

dos resultados das operações, para que sejam úteis a investidores, a credores e a outros utilizadores.

A qualidade essencial da informação apresentada pelas demonstrações de resultados aos diferentes utilizadores que as vão analisar deve estar de acordo com um conjunto de princípios (Carvalho das Neves, 2009).

- 1) **Compreensibilidade:** a informação deve ser compreensível para aqueles que a desejam analisar e avaliar, ajudando-os a identificar a eficiência da gestão a recursos económicos;
- 2) **Relevância:** deve ser entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos utilizadores, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros, ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações. Esta associa-se à materialidade;
- 3) **Fiabilidade:** a informação tem de estar liberta de erros materiais pois deve mostrar apropriadamente o que tem por finalidade apresentar ou se espera que razoavelmente represente. A informação deve ter:
 - a. **Representação fidedigna:** as demonstrações financeiras devem representar fidedignamente as transacções e outros acontecimentos que resultem em activos, passivos e capital próprio da empresa e divulgar os riscos de erro que rodeia o seu reconhecimento e mensuração;
 - b. **Substância sobre a forma:** é necessário que tais operações e acontecimentos sejam apresentados de acordo com a sua substância e realidade económica, e não meramente pela sua forma legal;
 - c. **Neutralidade:** para que a informação seja fiável, esta deve ser neutra – estar ausente de preconceitos e enviesamentos;
 - d. **Prudência:** deve incluir-se um grau de precaução nas estimativas que envolvem riscos e incertezas;
 - e. **Plenitude:** a informação prestada deve ser completa.
- 4) **Comparabilidade:** as empresas devem adoptar os princípios de normalização contabilística, a fim de se conseguir comparabilidade entre elas.

As demonstrações financeiras procuram proporcionar aos *stakeholders* das organizações uma visão global da situação económica e financeira da mesma (Mota & Custódio, 2008). Os gestores têm a necessidade de acompanhar a evolução da situação e controlar os planos, de forma a tomar decisões sobre o futuro. Os credores precisam conhecer a situação actual e a evolução provável, com o fim de se assegurarem da possibilidade de reaverem os seus créditos. Os trabalhadores estarão interessados na segurança do emprego, na forma de distribuição do rendimento e nos acréscimos de produtividade. Aos investidores interessa conhecer a situação actual e a evolução futura, para que possam determinar o valor da empresa, para investirem nela ou cederem a sua posição. O Estado interessa-se, sobretudo, pela possibilidade que esta lhe dá de contribuir para a resolução dos problemas que, no momento, lhe são prioritários. Os clientes e fornecedores de uma empresa estão normalmente interessados em conhecer o seu grau de dependência e poder.

A análise do equilíbrio financeiro pressupõe a verificação, ou não, de um relacionamento equilibrado entre os recursos e as aplicações existentes numa determinada organização. De acordo com Ferreira (1982), essa verificação é considerada fundamental para a análise da estabilidade da organização e, seria de esperar que isso constituísse uma questão fundamental para o desenvolvimento de qualquer tipo de acordos e protocolos com outras entidades.

Baptista & Andrade (2009) afirmam que as decisões de gestão sobre a estrutura financeira, ou sobre a forma através da qual os elementos do activo são financiados, por capitais alheios de curto prazo ou médio e longo prazo ou por capitais próprios, devem garantir a existência de equilíbrio financeiro na organização. Perante isto, a política de investimentos é condicionada pela política de financiamento, que por sua vez não deverá estar desintegrada da política de investimentos.

Para que o analista possa verificar a situação económico-financeira de uma empresa, torna-se fundamental o recurso a alguns indicadores que facilitam comparações, quer para a mesma empresa, ao longo de um certo período de tempo, quer entre empresas distintas, num mesmo referencial de tempo.

Os métodos de análise das diferentes empresas não têm necessariamente que ser os mesmos. Estes devem ser escolhidos em função dos objectivos que cada uma tem, e também dos indicadores que cada uma pretende avaliar.

De acordo com Carvalho das Neves (2009), a técnica estabelecida pelos analistas financeiros consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de contas do Balanço e da Demonstração de resultados ou entre outras grandezas económico-financeiras.

A análise financeira mede assim a capacidade de avaliar a rentabilidade empresarial em função das condições actuais e futuras, tendo em vista verificar se os capitais investidos são remunerados e reembolsados de modo a que as receitas superem as despesas de investimento e de funcionamento.

Como já foi referido, a Análise Financeira é realizada a partir do exame dos documentos contabilísticos financeiros, nomeadamente os Balanços, as Demonstrações de Resultados e as Demonstrações de Fluxos de Caixa. Assim sendo, e antes de iniciar o estudo do equilíbrio financeiro, irá se proceder a uma breve caracterização de cada um destes elementos contabilísticos.

O balanço, é um documento contabilístico que expressa a situação financeira de uma empresa, em determinada data. Como Mota & Custódio (2008) nos indicam, o balanço dá-nos o valor da riqueza acumulada por uma empresa no final de um determinado período. Por se reportar a um ponto exacto no tempo, o balanço é classificado como um mapa estático, que regista as receitas e as despesas da empresa, ou seja, os seus fluxos financeiros.

Por outras palavras, espelha a posição e o valor do património de uma empresa num determinado momento. Nesta perspectiva, o balanço é encarado como um conjunto de activos (propriedade, direitos e créditos), em que as suas contas evidenciam as respectivas aplicações de fundos ou investimento, e de passivo (dívidas, obrigações e deveres) que, juntamente com o capital próprio representa as origens de fundos ou financiamento (Carvalho das Neves, 2009).

O total das aplicações de fundos iguala o total das origens de fundos a todo o momento, criando-se assim a equação fundamental da contabilidade:

$$\text{Activo} = \text{Capital Próprio} + \text{Passivo} \quad (=) \quad \text{Capital Próprio} = \text{Activo} - \text{Passivo}$$

Uma vez que as empresas se financiam com capitais próprios e passivo, é normal que o activo exceda o passivo, e assim o capital próprio seja positivo. Caso isto não aconteça, e a empresa apresente um capital próprio negativo, estamos em presença de uma organização tecnicamente falida ou em risco de insolvência.

Activo	Capital Próprio
	Capital Alheio

Adaptado de Carvalho das Neves
(2009)

Figura 1: O Balanço Contabilístico

O primeiro membro do balanço diz respeito ao activo de uma organização (Figura 1). Este corresponde ao conjunto de bens e direitos da empresa, constituindo o conjunto de recursos ao dispor desta para o desenvolvimento da sua actividade (Mota & Custódio, 2008). O Activo divide-se em activo não corrente, que são as aplicações com prazo superior a 12 meses em activo tangíveis, intangíveis e financeiros, e activo corrente, que diz respeito às aplicações de capital de curto prazo. A característica que distingue uns activos dos outros, e que serve de critério à sua apresentação no balanço é o grau de liquidez. Os activos não correntes são aqueles que apresentam menos liquidez, em oposição aos activos correntes que contêm um maior grau de liquidez.

No segundo membro do balanço encontramos o capital próprio e o passivo da empresa, isto é, as origens de capital ou os financiamentos. O capital próprio, consiste na obrigação financeira da empresa para com os seus sócios ou accionistas, que se

traduz no direito que estes têm sobre os activos da empresa após serem liquidados todas as obrigações para com as restantes entidades. O capital, as reservas, os resultados transitados e os resultados líquidos da empresa são as rubricas que formam o Capital Próprio.

O passivo corresponde ao capital alheio ou dívidas que a empresa tem a pagar. Este compreende o conjunto de obrigações financeiras da empresa para com outras entidades. Os seus elementos são ordenados de acordo com o grau de necessidade de se cumprirem as obrigações (grau de exigibilidade). O passivo divide-se em passivo não corrente (dividas a pagar cuja exigibilidade ocorre para além de 12 meses), que são os elementos menos exigíveis, e passivo corrente (dividas a pagar cuja exigibilidade ocorre até 12 meses da data do balanço), que possuem maior exigibilidade.

A demonstração de resultados mede a riqueza gerada por uma organização durante um determinado período de tempo. É essencialmente uma demonstração de performance (Mota & Custódio, 2008), pois permite a avaliação do desempenho económico no referido período. Através da demonstração de resultados é possível avaliar a rendibilidade operacional e líquida das vendas e em interligação com o balanço, a rendibilidade dos capitais investidos e a rendibilidade dos capitais próprios, isto é, a eficiência económica da empresa e dos capitais aplicados.

Este documento contabilístico pode ser apresentado de duas formas:

- 1) Demonstração de resultados por natureza, que agrega proveitos e custos em grupos homogéneos de acordo com a sua natureza (Esperança & Matias, 2009);
- 2) Demonstração de resultados por funções, onde os gastos são agregados por funções evidenciando os custos pelas diversas funções da empresa.

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta-se como uma concepção ligada aos ciclos financeiros da empresa e aos tipos de decisão, procurando dar informação sobre a formação das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e outros com semelhante grau de liquidez), medindo o impacto dos vários tipos de decisão e o valor dos fluxos à saída de cada ciclo financeiro:

- 1) operacional – actividades relacionadas com a exploração, que geram no balanço contas de activo e passivo cíclico;
- 2) investimento – actividades que se reflectem, no balanço, activos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em participações financeiras
- 3) financiamento – actividades que envolvem a obtenção de meios financeiros de curto e longo prazo, bem como o pagamento dessas dívidas e respectivos rendimentos.

Esta deve ser elaborada pelo método directo, ou seja, através da divulgação das principais componentes de recebimentos e pagamentos.

Neste estudo, a análise do equilíbrio financeiro será feita segundo duas teorias distintas concebidas para o efeito: a Teoria Tradicional e a Teoria Funcional. A primeira assenta em dois vectores elementares, nomeadamente a análise de Fundo de Maneio e a Teoria dos Rácios (elegendo-se neste caso uma bateria de rácios de liquidez e de financiamento). A Teoria Funcional, por sua vez, preocupa-se com o equilíbrio funcional entre as origens e as aplicações de fundos, estudando a relação entre si para cada ciclo financeiro da organização, a partir da construção do balanço funcional (Baptista & Andrade, 2009).

1.1. Teoria Clássica

De acordo com Sá Silva (2010), a abordagem tradicional propõe o estudo do equilíbrio financeiro a partir da confrontação da temporalidade dos recursos e aplicações da empresa ou a partir da confrontação temporal da exigibilidade das responsabilidades da empresa com liquidez dos respectivos activos.

Segundo Nabais & Nabais (2011), a Teoria Tradicional tem como finalidade perceber a capacidade que a organização tem de satisfazer as suas obrigações de pagamento nas datas exigíveis e que se encontram registadas no balanço. Esta determina dois vectores essenciais para aferir o equilíbrio financeiro existente numa organização: análise do fundo de maneo, e de um conjunto de rácios de liquidez e de financiamento.

O conceito de equilíbrio financeiro é utilizado para estudar a adequação do financiamento à estratégia de investimento e de gestão do ciclo de exploração da empresa. Assim, com uma correcta harmonização entre os tempos de transformação dos activos em dinheiro e o ritmo de transformação das dívidas em passivo circulante exigível consegue-se o equilíbrio financeiro.

Para a Teoria Tradicional, e como enuncia Moreira (2001), o fundo de maneo assenta na regra de ouro da gestão financeira segundo a qual os capitais utilizados pela empresa no financiamento dos seus activos devem ter uma maturidade igual ou superior à vida económica destes.

O **Fundo de Maneo** representa a parte dos capitais permanentes que financiam o activo fixo, e como tal, representa a margem de segurança que uma empresa ou organização apresenta a nível financeiro. Este pode ser obtido por dois métodos distintos, nomeadamente pela diferença entre:

- 1) Os Capitais Permanentes (conjunto de capitais colocados à disposição da gestão por um período superior a um ano, ou seja, os seus capitais próprios adicionados aos capitais alheios de médio e longo prazo) e o Activo Fixo (composto pela totalidade das imobilizações líquidas de amortizações e pelas dividas a receber de médio e longo prazo);

- 2) O Activo Corrente (conjunto dos elementos do Balanço cujo prazo de permanência seja inferior a um ano) e o Passivo Corrente (conjunto dos elementos do Balanço cujo prazo de exigibilidade seja inferior a um ano).

Para uma organização atingir o equilíbrio financeiro deve ter sempre presente a chamada regra do equilíbrio financeiro, segundo a qual os capitais utilizados por uma empresa para financiar um investimento devem ficar na empresa durante um período de tempo que corresponda, pelo menos, ao da duração do investimento (Sá Silva, 2010). Esta regra visa fundamentalmente defender os interesses dos credores a curto prazo. Na óptica dos credores, o ideal seria a empresa ter activos de curto prazo muito superiores aos passivos de curto prazo, garantindo assim o reembolso do capital cedido (Nabais & Nabais, 2011).

De acordo com a Teoria Tradicional, a solidez financeira de uma organização é assegurada por um Fundo de Maneio elevado, uma vez que além de assegurar a cobertura do activo fixo por fontes de financiamento permanentes, garante também o mesmo tipo de financiamento para uma determinada parte do activo circulante. (Baptista & Andrade, 2004). Este indicador traduz, de certa forma, a margem de segurança financeira da instituição, pelo que, quanto mais elevado for o fundo de maneio da organização, maior a sua margem de segurança.

Quando a organização apresenta capitais exigíveis de curto prazo (passivo a curto prazo) a financiarem o activo fixo, cujo grau de liquidez é reduzido, significa que possui um Fundo de Maneio negativo, e está numa zona de grande desconforto financeiro e muito mais vulnerável a variações de procura do que empresas onde o activo fixo é suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo (Baptista & Andrade, 2004).

O equilíbrio financeiro na teoria tradicional é obtido quando o Fundo de Maneio da organização assume valores positivos. Contudo, e de acordo com Carvalho das Neves (2009) esta conclusão pode induzir em erro, uma vez que esta análise é demasiado estática, pois parte do principio de que a actividade pára, o que é

contraditório com o princípio contabilístico da continuidade dos exercícios em que assenta o balanço.

Como já foi referido, o equilíbrio financeiro resulta de uma harmonização entre os tempos de transformação dos activos em liquidez e o ritmo de transformação das dívidas em exigível. Segundo Carvalho das Neves (2009), o princípio do equilíbrio financeiro mínimo aconselha que se financie um activo com um capital de maturidade (ou exigibilidade) compatível com a vida económica desse activo e respectiva capacidade de geração de fluxos de caixa. Contudo, e como nos dizem Nabais & Nabais (2011), o cumprimento desta regra pode não ser o suficiente, porque para muitas empresas verifica-se que não basta a igualdade entre activo corrente e passivo corrente. É necessário que o activo corrente exceda o exigível a curto prazo, pois é possível existirem naqueles, valores cuja rotação é lenta e aleatória e em que o seu baixo grau de liquidez não permite fazer face às dívidas de curto prazo.

Ainda segundo os mesmos autores (Nabais & Nabais, 2011), esta abordagem do fundo de maneo não considera a natureza e o volume da actividade da empresa, nem as características dos activos e passivos a curto prazo. A diferença entre o activo corrente e o passivo corrente não representa efectivamente as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, porque não há uma distinção correcta entre vários ciclos da empresa (investimento, financiamento e exploração) e nem uma distribuição de elementos patrimoniais activos e passivos por esses ciclos, tal como é feito na abordagem funcional.

Além do Fundo de Maneio, a Teoria Tradicional, como mencionado, baseia a sua análise de equilíbrio financeiro em alguns rácios de liquidez e de financiamento.

De acordo com Mota & Custódio (2008), o cálculo de rácios financeiros tem por objectivo permitir uma indicação rápida sobre um determinado aspecto da gestão financeira das empresas. A sua utilidade tem como vantagens a facilidade e rapidez de cálculo, a comparabilidade intra e inter empresas, a utilização de informação acessível, e a possibilidade de indicações ou conclusões de forma imediata.

Na análise financeira da empresa, o método dos rácios serve para analisar a evolução da estrutura das aplicações e dos recursos, o equilíbrio entre os prazos de liquidez das aplicações e de exigibilidade dos recursos, a gestão operacional e a rentabilidade.

Os rácios de liquidez avaliam a facilidade com que a empresa pode aceder aos meios financeiros líquidos. A liquidez permite concluir sobre a capacidade da empresa em solver as responsabilidades a curto prazo (Sá Silva, 2010). De acordo com esta teoria, quanto maior liquidez a organização apresentar, menos arriscada é a concessão de crédito. Isto significa que a instituição detém uma liquidez do activo suficiente para fazer face às obrigações inerentes ao passivo de curto prazo.

De acordo com Baptista & Andrade (2004), o critério de liquidez é importante e independente do montante de riqueza detido por uma organização. Podemos ter uma organização muito rica em activos, mas ter pouca liquidez se esses activos não puderem ser rapidamente convertidos em dinheiro.

Existem três rácios de liquidez, que diferem entre si na medida em que se vai diminuindo progressivamente os elementos do activo circulante para cobrir todos os pagamentos a efectuar num período de tempo inferior a um ano, o passivo circulante.

Rácio	Fórmula	Descrição
Liquidez Geral LG	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Estabelece a relação existente na estrutura patrimonial corrente entre investimentos e financiamentos (Sá Silva, 2010)
Liquidez Reduzida LR	$\frac{\text{Activo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$	Permite verificar se a empresa possui activos de curto prazo suficientes para a cobertura dos seus passivos de curto prazo, sem recorrer à venda de existências (Mota & Custódio, 2008)
Liquidez Imediata LI	$\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Circulante}}$	Mede a capacidade da empresa para solver os seus compromissos de curto prazo com os meios financeiros líquidos existentes (Sá Silva, 2010)

Quadro 1: Os Rácios de Liquidez

O Rácio de Liquidez Geral representa a quantidade de activos correntes de que a empresa dispõe e a sua capacidade de pagar todas as dívidas que irão vencer no curto prazo, através de recursos que deverão ser gerados no mesmo período de tempo.

Como enunciam Mota & Custódio (2008), considera-se usualmente que um rácio superior a unidade traduz uma situação favorável de liquidez para a empresa, uma vez que transformando todos os seus activos correntes em meios líquidos, estes são suficientes para o cumprimento das suas obrigações financeiras de curto prazo.

No entanto, como esta análise pressupõe que o grau de liquidez dos activos correntes e o grau de exigibilidade dos recursos é igual, é possível encontrar-se uma empresa em equilíbrio financeiro com rácio de liquidez geral inferior a 1. Quando isto acontece, a rotação das aplicações de curto prazo tem obrigatoriamente de ser superior à rotação do passivo de curto prazo. Por outro lado, se o valor das aplicações correntes for superior ao valor das obrigações de curto prazo a empresa pode estar com dificuldades financeiras para solver os seus compromissos, obrigando a que a velocidade a que lhe são exigidas o pagamento das dívidas seja superior à velocidade de transformação dos seus activos de curto prazo em meios monetários.

Segundo Baptista & Andrade (2004) e de acordo com este modelo, valores elevados demonstram que a organização tem uma liquidez do activo suficiente para fazer face às obrigações inerentes ao passivo de curto prazo.

Para Walsh (2004) e Sá Silva (2010), este indicador apresenta como limitação o facto de não fazer distinção entre diferentes tipos de activos correntes e que são bastante heterogéneos entre si no que toca à liquidez.

O Rácio de Liquidez Reduzida é um rácio mais restrito, que assume como valor de referência 1. Contudo, como enuncia Sá Silva (2010), a interpretação deste rácio deve ser cautelosa pois um valor significativamente inferior a 1 tanto pode querer dizer que a empresa mostra dificuldades de pagamento actuais ou futuras como pode querer dizer que sabe gerir bem a tesouraria e evita liquidez inútil e dispendiosa.

O Rácio de Liquidez Imediata, ao contrário dos anteriores, não apresenta qualquer valor mínimo de referência, uma vez que tudo depende das necessidades de tesouraria compatíveis com a actividade da organização. Contudo, e como afirmam Baptista & Andrade (2004), não podemos considerar valores muito elevados como sendo reveladores de situações mais saudáveis, uma vez que podem espelhar um montante excessivo de meios monetários “parados” em disponibilidades.

Através deste quociente estabelece-se a inter-relação dos meios mais líquidos com o total das dívidas a pagar no curto prazo.

Sá Silva (2010) considera que a utilidade prática deste rácio é reduzida e o seu valor tenderá para zero. As empresas e organizações evitam tesourarias activas, pois a remuneração que obtêm é significativamente inferior ao custo de financiamento.

Para Walsh (2004), tanto o rácio de liquidez geral como o da liquidez reduzida são as medidas de liquidez a curto prazo mais utilizadas mas têm o problema de serem estáticas. Apenas reflectem valores num determinado momento. É possível “maquilhar” as contas de uma empresa para que pareçam boas nesse dia”.

Os rácios de financiamento (Quadro 2) servem para complementar a análise já efectuada através dos rácios de liquidez. Estes avaliam a capacidade da organização de solver os seus compromissos a médio e longo prazo, estabelecendo relações entre o passivo, o activo e os capitais próprios.

Rácio	Fórmula	Descrição
Rácio de Endividamento RE	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Activo Total}}$	Expressa o peso dos capitais alheios no financiamento de uma organização (Baptista & Andrade, 2009)
Rácio de Solvabilidade RS	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo Total}}$	Indica-nos a percentagem do activo que é financiado pelos próprios accionistas/sócios da empresa (Carvalho & Magalhães, 2002)
Estrutura de Endividamento EE	$\frac{\text{Passivo de Curto Prazo}}{\text{Passivo Total}}$	Dá-nos o peso percentual do passivo exigível em menos de 12 meses, no total do passivo (Baptista & Andrade, 2004)
	$\frac{\text{Passivo de M. L. Prazo}}{\text{Passivo Total}}$	Dá-nos o peso percentual do passivo exigível em mais de 12 meses, no total do passivo (Baptista & Andrade, 2004)
Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros RCEF	$\frac{\text{EBE}^*}{\text{Encargos Financeiros}}$	Indica-nos em que medida é que a organização, através da sua exploração, consegue gerar meios suficientes para cobrir os seus encargos financeiros (Baptista & Andrade, 2009)
Rácio da Estrutura de Capitais Estáveis RECE	$\frac{\text{Endividamento Estável}}{\text{Recursos Estáveis}}$	Mede o peso do endividamento a longo prazo, na totalidade dos capitais estáveis à disposição do gestor (Tomé, 2010)
Rácio do Período de Reembolso PR	$\frac{\text{Endividamento a M.L. Prazo}}{\text{Auto Financiamento}}$	Representa o número de períodos económicos necessários para que, com o nível de auto financiamento organizacional apurado, se consiga cobrir o total das dívidas contraídas a médio e logo prazo (Baptista & Andrade, 2009)
Margem de Auto Financiamento MAF	$\frac{\text{Auto Financiamento}}{\text{Proveitos Operacionais}}$	Estabelece a comparação entre os níveis de auto financiamento das organizações para os diversos exercícios (Silva, 2006)

Quadros 2: Os Rácios de Financiamento

O Rácio de Endividamento expressa o peso dos capitais alheios no financiamento de uma organização. Quanto maior for o seu valor, mais endividada está a empresa e, portanto, mais arriscado será para um potencial credor emprestar-lhe dinheiro, porque menores serão as garantias oferecidas. De ponto de vista do risco, quanto maior o valor percentual assumido pelo rácio, maior será o risco financeiro da empresa.

Sobre o Rácio de Solvabilidade Baptista & Andrade (2004), dizem nos que através da sua leitura verificamos em que medida o capital próprio cobre o passivo da organização. Seguindo a orientação deste rácio, quanto maior for o resultado assumido, maior a autonomia da organização e, em consequência, menor será o seu risco financeiro.

Os rácios de estrutura de endividamento são úteis para conhecermos o grau de exigibilidade do passivo, e pode ser calculado para o curto prazo, e o médio longo prazo. Qualquer um dos rácios dá-nos uma ideia da intensidade de pressão exercida sobre a tesouraria da organização em virtude do vencimento das dívidas. Quanto maior for o endividamento a curto prazo face ao de longo prazo, maiores serão as pressões sobre a tesouraria da organização.

No rácio de cobertura de Encargos Financeiros, os meios que a organização possui e que poderão cobrir os seus encargos financeiros correspondem ao Excedente Bruto de Exploração (EBE). Este obtém-se pela soma dos resultados operacionais com as amortizações e as provisões. Quando o rácio da cobertura dos encargos financeiros apresenta um resultado inferior a 1, a organização terá maiores problemas com o pagamento dos juros, e possui um enorme risco financeiro.

O Rácio de Estruturas dos Capitais Estáveis apresenta-nos qual é o peso do endividamento a longo prazo na totalidade dos capitais estáveis à disposição do gestor. Quanto maior o seu valor percentual, maior será o risco financeiro.

Para o cálculo do Rácio do Período de Reembolso, é necessário conhecer-se a capacidade de auto financiamento da organização. Esta dá-nos a capacidade de libertação de fundos financeiros através dos negócios globais da organização, e depende dos resultados líquidos, das amortizações e das provisões. Sempre que um destes aumenta, a capacidade de auto financiamento da organização também aumenta.

A Margem de Auto Financiamento é o que estabelece a comparação entre os níveis de auto financiamento das organizações para os diversos exercícios. É importante para medir a capacidade das organizações em gerar meios através das suas operações.

Este rácio é bastante importante, principalmente quando se analisam federações desportivas, visto que grande parte das suas receitas resultam de subsídios de exploração, pelo que é importante perceber-se qual a sua capacidade de gerar receitas.

1.2. Teoria Funcional

A Teoria Funcional preocupa-se maioritariamente com o equilíbrio funcional entre as origens e as aplicações de fundos. Por esta razão, existe a necessidade de se estudar a relação existente entre si para cada ciclo financeiro da organização (Baptista & Andrade, 2004).

Nesta teoria, a maior parte da informação utilizada para realizar a análise do equilíbrio financeiro é retirada do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração dos fluxos de caixa. Depois de consolidada toda a informação necessária, através de mapas intermédios onde as operações da organização são classificadas segundo os três ciclos financeiros possíveis, constrói-se uma sucessão de balanços funcionais, um para cada exercício económico.

De acordo com Carvalho das Neves (2009), o balanço funcional procura “fotografar”, em determinada data, as aplicações e recursos relacionados com os ciclos financeiros da empresa. Os ciclos financeiros das organizações são a consequência financeira das decisões tomadas pela gestão a nível estratégico, operacional e financeiro, a saber:

1) Ciclo das Operações de Investimento

Engloba o conjunto de actividades e decisões respeitantes à análise e selecção de investimentos ou desinvestimentos. A generalidade desses investimentos e desinvestimentos deve estar ligada às necessidades da exploração, mas existem outros não afectos à exploração, que são os investimentos e desinvestimentos de oportunidade. O incorrecto financiamento dos investimentos pode originar graves desequilíbrios estruturais da situação de tesouraria da organização. Exige-se uma adequação dos recebimentos gerados pelo equipamento ao longo da sua vida útil aos respectivos pagamentos, e outros custos, associados ao investimento. No balanço funcional, os investimentos são representados pela rubrica do Activo Fixo.

2) Ciclo das Operações Financeiras

Corresponde às actividades de obtenção de fundos destinadas a financiar os investimentos. O ciclo das operações financeiras é fruto das decisões sobre a obtenção de fundos apropriados quer ao financiamento dos investimentos, quer às necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

- a. Ciclo das operações de capital: visa-se a aquisição e gestão otimizada de capitais permanentes adequados ao financiamento do activo fixo;
- b. Ciclo das operações de tesouraria: tem por finalidade gerir os meios líquidos ou quase líquidos detidos pela organização (em geral, os valores que compõem a tesouraria activa), e em simultâneo, a obtenção de fundos financeiros de curto prazo para fazer face a eventuais situações de insuficiência nos fluxos de caixa (tesouraria passiva).

O Ciclo das Operações de Capital está intimamente ligado aos fluxos financeiros autónomos: subsídios obtidos da Administração Central/Local, empréstimos bancários, alterações ao capital social da organização, entre outros, onde apenas ocorrem fluxos financeiros e há uma ausência de fluxos reais.

3) Ciclo das Operações de Exploração

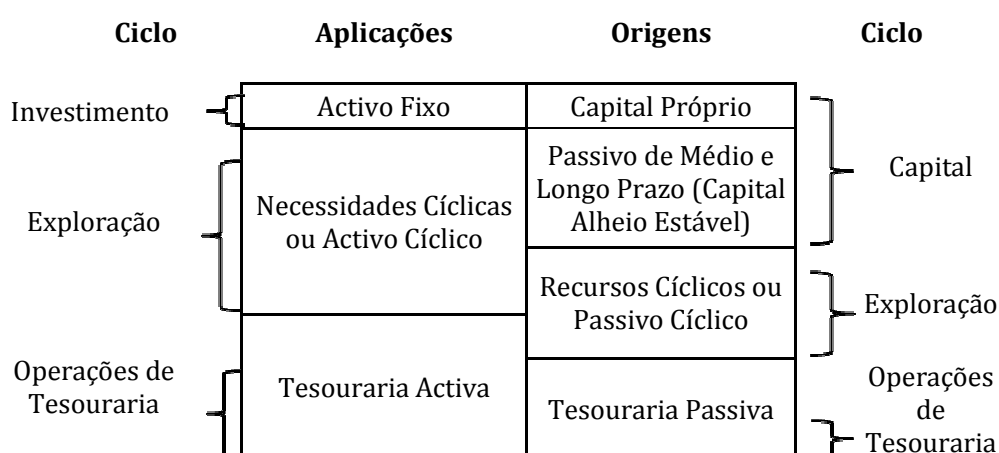
Engloba todas as decisões que têm a ver com o desenvolvimento corrente da actividade da organização e resultam assim, nos recursos cíclicos evidenciados no lado direito do balanço contabilístico e, por outro lado, nas necessidades cíclicas, como as enquadradas no activo circulante que implicam necessidades de financiamento (Baptista & Andrade, 2004).

Corresponde às actividades e decisões ao nível do aprovisionamento, produção e comercialização. Trata-se de operações efectuadas pela empresa no ciclo de exploração que conduzem aos consumos e obtenção de recursos da empresa que vão corresponder aos custos e proveitos operacionais na

Demonstração de Resultados. Inicia-se com a aquisição de materiais e conclui-se com o recebimento da venda dos produtos ou da prestação dos serviços.

O ciclo de exploração inclui custos de produção, de distribuição, administrativos e financeiros, que a organização tem que suportar. Por sua vez, os recebimentos que derivam da venda ou prestação de serviços podem ser a pronto pagamento ou crédito.

Nabais & Nabais (2011) sugerem que o balanço funcional resulta de um conjunto de correcções a efectuar no balanço contabilístico, agregando as contas numa perspectiva financeira, o que permite pôr em evidência a estrutura financeira da empresa, que se apresenta conforme a figura nos mostra.



Adaptado de Carvalho das Neves (2009)

Figura 2: O Balanço Funcional

O activo fixo corresponde aos activos com permanência prevista na empresa ou cuja transformação em liquidez se preveja superior a 12 meses. Por isso, deve compreender os activos não correntes com características de investimento necessários à exploração, e os activos financeiros, as participações financeiras, as propriedades de investimento, os outros activos financeiros e todas as dívidas de

terceiros a médio e longo prazo, incluindo as contas de empréstimo intra-grupo e outros accionistas com tendência para a estabilidade.

Por sua vez, as necessidades cíclicas compreendem as contas resultantes das decisões enquadradas no ciclo da exploração, que implicam necessidades de financiamento das actividades de exploração, e dividem-se em existências, adiantamentos a fornecedores e adiantamento por conta de compras, clientes, Estado e outros entes públicos, outros devedores operacionais, e acréscimo de proveitos e custos diferidos operacionais.

A tesouraria activa diz respeito aos activos líquidos e quase líquidos, e inclui Caixa e Depósitos bancários e outras rubricas que possam ser transformadas em liquidez num prazo até 12 meses à data do balanço.

A nível das origens, o Capital divide-se em Capital Próprio - que para evitar confusões com a contabilidade, na análise financeira é chamado de Fundos Próprios - e Capital Alheio Estável, ou Passivo de Médio e Longo Prazo.

O Capital Próprio representa, do ponto de vista financeiro, os fundos à disposição da empresa para aplicação no período em análise, pelo que inclui apenas o capital social realizado pelos sócios/accionistas. Como tal, os resultados líquidos do período não devem incluir o montante previsto a afectar a dividendos.

O Capital Alheio Estável, por sua vez, inclui todas as dívidas de médio e longo prazo, ou que sendo contabilisticamente classificadas como de curto prazo, têm uma tendência para se manterem estáveis, excepto as que resultem do ciclo de exploração. A conta de Estado e outros entes públicos que se refira a acordos de pagamentos de dívidas em atraso, também deve ser aqui considerada.

Os Recursos Cíclicos compreendem as contas resultantes das decisões enquadradas no ciclo de exploração, que geram de forma automática recursos financeiros. Estes dividem-se em fornecedores, adiantamento de clientes, Estado e outros entes públicos operacionais, outros credores operacionais, acréscimo e deferimentos operacionais.

Por fim, temos a Tesouraria Passiva, que diz respeito ao passivo imediato ou quase imediato que resulte de decisões de financiamento, e inclui todas as contas, que não sejam afectas à exploração, a pagar num prazo até 12 meses da data do balanço. As rendas imediatas referentes a reembolso de capital do contrato de locação financeira, as letras descontadas não vendidas incluídas no activo cíclico, os acréscimos de custos de curto prazo não afectos à exploração e os impostos correntes sobre lucros devem ser consideradas Tesouraria Passiva.

O balanço funcional é um instrumento que nos ajuda a compreender melhor a forma como a empresa obtém os recursos financeiros e como os aplica. Contudo, este apresenta algumas limitações que devem ser tidas em conta, aquando da sua utilização.

O balanço funcional está dependente da qualidade da informação prestada pela contabilidade e da forma como é relatada para o exterior. Quando estes não representam de forma apropriada a situação financeira, o balanço funcional tem dificuldade de ser melhor. Em alguns casos, é necessário efectuar-se algumas reclassificações nas rubricas do balanço, contudo, por vezes torna-se difícil saber como algumas rubricas devem ser reclassificadas, em função do ciclo da gestão e quanto ao prazo. Há reclassificações que dependem mais das intenções da gestão e que por não estarem muitas vezes explicitas nos relatórios e contas, se torna difícil para o analista financeiro decidir adequadamente o seu tratamento.

Apesar das limitações apresentadas, o balanço funcional tem uma estrutura muito mais adequada para a análise financeira do que o balanço contabilístico.

A construção do balanço funcional estrutura-se em torno de três eixos fundamentais para a aferição do equilíbrio financeiro:

1) Fundo de Maneio Funcional (FMF):

Trata-se do reflexo das decisões conjuntas tomadas ao nível do ciclo de investimento e do ciclo das operações de capital (política de financiamento a médio longo prazo) na organização. Este pode ser um instrumento de

avaliação do impacto da estratégia financeira sobre o nível de segurança da empresa.

Segundo Carvalho das Neves (2009), neste modelo de análise, as aplicações de investimento coincidem com a noção de activo. Quanto aos recursos estáveis, incluem os capitais próprios e alheios pouco ou nada exigíveis, o que não coincide com a noção contabilística de médio prazo, pois pode haver empréstimos de curto prazo pouco exigíveis.

$$\text{FMF} = \text{Recursos estáveis}^* - \text{Activo Fixo}$$

$$\text{Recursos Estáveis}^* = \text{Capitais Próprios} + \text{Endividamento Estável}$$

- Se **FMF > 0**: Representa a parte dos capitais permanentes excedentária ao financiamento do activo fixo. Existe uma parte dos recursos estáveis que está a financiar o ciclo de exploração;
- Se **FMF < 0**: Significa que existe uma parte do activo fixo que não é financiada por capitais permanentes. Parte dos recursos não estáveis estão a financiar os activos fixos, o que representa um factor de risco.

O facto de uma organização possuir um fundo de maneo funcional positivo não significa necessariamente que esteja em situação de equilíbrio financeiro. Como afirmam Borges *et al.* (2007), tradicionalmente considerava-se que a empresa estava numa situação financeira equilibrada se o seu fundo de maneo fosse positivo. Contudo, tal pode não ser necessariamente verdade, uma vez que o fundo de maneo positivo não constitui, hoje em dia, condição nem necessária nem suficiente para que se verifique uma situação de equilíbrio financeiro. Para que tal se verifique, torna-se necessário que o valor do fundo de maneo seja adequado às necessidades em fundo de maneo.

2) Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)

Segundo Nabais e Nabais (2011), as necessidades de fundo de maneio, que constitui o principal indicador de exploração, reflectem os impactos de negócio (prazos médios de recebimentos e pagamentos, rotação de existências), bem como a forma como os gestores operacionais executam as suas actividades. Trata-se do reflexo das decisões tomadas ao nível do ciclo de exploração.

$$\text{NFM} = \text{Necessidades Cíclicas} - \text{Recursos Cíclicos}$$

- a. **Se $\text{NFM} > 0$:** as NFM representam as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, uma vez que os recursos cíclicos não são suficientes para financiar as necessidades cíclicas da organização;
- b. **Se $\text{NFM} < 0$:** representam os excedentes financeiros libertos do ciclo de exploração, dado que os recursos cíclicos são superiores às necessidades cíclicas.

Para alguns autores, como Borges *et al.* (2007), as necessidades de fundo de maneio constituem uma das grandes determinantes da política financeira de uma organização. Estas são importantes para fazer face às necessidades estruturais de Fundo de Maneio relacionadas com a actividade normal da empresa e às necessidades temporárias relacionadas com a actividade sazonal de muitas empresas (Nabais & Nabais, 2011). O nível que as necessidades de fundo de maneio assumem depende do sector em que a empresa actua, das práticas de gestão do negócio, da tecnologia empregue, do volume de negócios e da gestão global ao nível do ciclo de exploração.

3) Situação de Tesouraria Liquida (STL)

Trata-se do reflexo das decisões tomadas ao nível do ciclo das operações de tesouraria.

$$\text{STL} = \text{Tesouraria Activa} - \text{Tesouraria Passiva}$$

Esta relação quantifica e caracteriza de uma forma mais rigorosa a definição de equilíbrio financeiro (Nabais & Nabais, 2011), segundo a qual os investimentos permanentes devem ser financiados por fontes permanentes e investimentos temporários por fontes temporárias.

A avaliação do equilíbrio financeiro organizacional resulta, segundo esta teoria, do confronto entre os dois primeiros eixos do Balanço Funcional, isto é, do Fundo de Maneio Funcional e das necessidades de Fundo de Maneio, cuja diferença se preconiza no valor assumido para a situação de Tesouraria Líquida (Baptista & Andrade, 2004). Assim sendo, existe equilíbrio financeiro **se e só se:**

$$\boxed{\text{FMF} - \text{NFM} = \text{STL} \geq 0}$$

Como nos diz Carvalho das Neves (2009), esta relação quantifica e caracteriza de uma forma mais rigorosa a definição de equilíbrio financeiro, que considera que os investimentos permanentes devem ser financiados por fontes permanentes e investimentos temporários por fontes temporárias. Visto o FMF ser a parte das fontes permanentes que fica disponível para financiar outros investimentos de carácter permanente (para além do activo fixo), e as NFM corresponderem a um investimento permanente, conclui-se que existe equilíbrio financeiro sempre que o FMF for suficiente para cobrir as NFM. Assim, uma organização apresenta equilíbrio financeiro quando a STL é positiva.

É de notar que pode existir equilíbrio financeiro com fundo de maneio funcional positivo ou negativo, contudo, este tem que ser suficiente para cobrir os investimentos de carácter permanente, ou seja, as necessidades de fundo de maneio. Uma organização pode estar em equilíbrio financeiro, mesmo se apresentar um FMF negativo e NFM ainda mais negativas. Quando isto acontece é sinal que o ciclo de exploração liberta excedentes financeiros suficientes para cobrir não só as necessidades de financiamento, como o financiamento da parte do activo fixo que não é coberta pelos recursos estáveis.

Perante a apresentação das duas teorias, a tradicional e a funcional, podemos verificar que, apesar de haver pontos divergentes entre ambas para a avaliação do equilíbrio financeiro organizacional sobre os valores que o fundo de maneiio deve assumir, as duas seguem a mesma linha de pensamento. Quando o fundo de maneiio é positivo é imprescindível que cubra as necessidades em fundo de maneiio ou, quando é negativo, é imprescindível que haja excedentes financeiros criados pelo ciclo de exploração capazes de financiar a parte do activo fixo não coberta por fontes de financiamento de médio e longo prazo (Baptista & Andrade, 2004).

1.3. Federações Desportivas em Estudo

1.3.1. Federação de Triatlo de Portugal

O triatlo é um desporto combinado de resistência, que engloba as modalidades de natação, ciclismo e corrida, disputadas de forma contínua e sequencial. Uma prova de triatlo só é dada como concluída depois de o praticante ter completado as três modalidades, sendo o tempo da prova considerado desde o momento da partida até ao cruzamento da linha de chegada, incluindo as transições de uma modalidade para a outra.

Neste desporto, os praticantes dependem apenas de si próprios, não só ao longo da prova propriamente dita, mas também nas transições, troca de equipamentos e substituições. Caso tenha alguma ajuda, o praticante será desclassificado.

O triatlo moderno é uma modalidade que tem pouco mais de 30 anos de existência, tendo a primeira prova sido realizada em 1975, nos Estados Unidos. O triatlo aparece na Europa em 1981, através da Holanda, seguida da Alemanha e da França, onde surgiram duas provas que ainda hoje são referência: O Triatlo “Ironman” de Roth, na Alemanha, e o Triatlo de Nice, na França. Actualmente, o Triatlo já está implementado em mais de 100 países, com competições organizadas.

Em Portugal, a primeira prova de Triatlo teve lugar em Peniche a 15 de Agosto de 1984, sob proposta de Paulo Cavaleiro, e contou com a participação de 30 atletas, dos quais se destacam nomes como Paulo Carvalho, nadador do Sporting, Orlando Fernandes, triplo saltador do Benfica, e Paulo Alves, marchador que viria posteriormente a desempenhar funções na Federação de Triatlo de Portugal.

Em 1985 deu-se o verdadeiro arranque da modalidade em Portugal, com a realização do 1^a Triatlo de Cascais, que contou com diversos apoios financeiros e maior divulgação que o anterior.

Em 1987 é criada a Associação Portuguesa da Triatlo (APT), responsável por coordenar o calendário nacional, composto por nove provas. No ano seguinte, realizou-se o 1^o Triatlo Longo em Portugal e a 1^a Taça de Portugal. Aparecem

também as selecções nacionais, que participam nos Campeonatos da Europa, organizados pela European Triathlon Union (ETU).

Em 1989 é fundada a Federação de Triatlo de Portugal (FTP), extinguindo-se a APT. Em 1990, o Campeonato Nacional passa a ter cinco provas pontuáveis, de entre 20 presentes no calendário da FTP. Esta entidade tutela as modalidades de Triatlo, Duatlo, Aquatlo e Triatlo de Inverno.

Hoje em dia Triatlo é uma modalidade que tem vindo a se desenvolver e a ganhar expressão em Portugal, estando solidamente implantada em todo o território nacional contando com cerca de 2000 praticantes. Este crescimento tem apresentado consequências positivas a nível internacional, verificando-se uma melhoria nos resultados. Nos últimos anos Portugal tem conseguido alcançar alguns resultados de destaque.

As distâncias do Triatlo e do Duatlo variam consoante os tipos de prova a realizar, apresentando aos seus praticantes diferentes graus de dificuldade e desgaste.

TRIATLO			
Tipo de Prova	Segmentos		
	Natação	Ciclismo	Corrida
Super Sprint	375 m	10 Km	2,5 Km
Sprint	750 m	20 Km	5 Km
Olímpico	1,5 Km	40 Km	10 Km
B	2,5 Km	80 Km	10 Km
C	4 Km	120 Km	30 Km
Ironman	3,8 Km	180 Km	42 Km
Ultraman	11,4 Km	540 Km	126 Km

DUATLO			
Tipo de Prova	Segmentos		
	Corrida	Ciclismo	Corrida
Super Sprint	2,5 Km	10 Km	1,25 Km
Sprint	5 Km	20 Km	2,5 Km
Olímpico	10 Km	40 Km	5 Km

Dentro do triatlo, podemos encontrar duas variantes: o duatlo e o duatlo de montanha. Nestes casos, a prova apenas é constituída por dois segmentos, um de ciclismo e outro de corrida. No duatlo de montanha, a única diferença é que o ciclismo é realizado numa bicicleta todo-o-terreno (BTT).

Os órgãos da Federação de Triatlo de Portugal exercem as suas responsabilidades de acordo com a Lei de Bases do Sistema Desportivo, Regime

Jurídico das Federações e Estatutos da FTP, e são eleitos em lista conjunta em cada ciclo olímpico. O organigrama funcional desta federação é:

- Assembleia-geral;
- Presidente;
- Direcção;
- Conselho de Disciplina;
- Conselho de Justiça;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Arbitragem e Competições.

Além dos órgãos sociais, a direcção da FTP possui um órgão assessor para as questões técnicas, a Direcção Técnica Nacional, a quem compete trabalhar no desenvolvimento técnico do triatlo, duatlo e aquatlo nas áreas da alta competição, selecções nacionais, apoio médico, desenvolvimento juvenil ou regulamentação. Esta é composta por:

- Director Técnico Nacional;
- Seleccionador Nacional;
- Técnico de Natação;
- Técnica Triatlo Jovem;
- Médico;
- Massagista.

Com pouco mais de duas décadas a trabalhar para o desenvolvimento da modalidade, a FTP conseguiu transformar o Triatlo numa das modalidades com maior destaque em Portugal, em consequência do trabalho desenvolvido nos últimos anos, que culminou com o aparecimento da Vanessa Fernandes, medalha olímpica em Pequim, 2008, e vencedora de diversas taças do Mundo e da Europa da modalidade.

Para além da Vanessa Fernandes, e apesar de ainda com destaque reduzido, surgem vários triatletas, masculinos e femininos, que conquistaram várias vitórias, algumas de grande destaque internacional, como é o caso de Bruno Pais, Anais Moniz, entre outros.

Em 2010 a FTP apresentava 1650 triatletas federados, apresentando uma taxa de crescimento de 38,89% relativamente ao ano anterior.

1.3.2. Federação Portuguesa de Atletismo

O atletismo corresponde a uma mistura de vários desportos, que englobam corridas, saltos e lançamentos. A sua história inicia-se quase que simultaneamente com a história da humanidade, quando o homem primitivo praticava as suas actividades naturais de sobrevivência, como a caça, corrida em própria defesa, entre outros. Esta modalidade corresponde à forma mais antiga de um desporto organizado, que teve a sua primeira aparição histórica nos Jogos Olímpicos gregos, em 776 a. C..

Durante o século XIX, as provas atléticas passaram gradualmente a ser o desporto de eleição dos ingleses, que introduziram as provas/reuniões entre as universidades de Cambridge e Oxford (1864) e o 1º Encontro Nacional em Londres (1866). Em 1868 celebrou-se o 1º Encontro amador nos Estados Unidos, em pista coberta. Desde então, o atletismo tem vindo a ganhar um grande seguimento na Europa e América.

Em 1896 restaurou-se o conceito dos Jogos Olímpicos Gregos celebrados na Olímpia, e deu-se início aos Jogos Olímpicos Modernos, em Atenas, que se concretizam de 4 em 4 anos, com diferentes países organizadores.

Em 1912 fundou-se, em Londres, a Associação Internacional de Federações de Atletismo, organismo reitor das competições de atletismo a escala internacional, responsável pelo estabelecimento de regras e oficializando as melhores marcas mundiais obtidas pelos atletas.

Na definição moderna o atletismo é um desporto com provas de pista (corridas, corridas com obstáculos, saltos, lançamentos e provas combinadas como o decatlo e heptatlo), corridas de rua (como maratonas e corridas de montanha), provas de cross country (corridas com obstáculos naturais ou artificiais), e marcha. Considerado como um desporto base, por testar todas as capacidades físicas do homem, o atletismo não se limita somente à resistência física, mas integra essa resistência à habilidade física.

Corrida					
Velocidade – Sprints	100m	200m	400m	-	-
Meio-Fundo	800m	1500m	3000m	3000m Obstáculos	-
Longa Distância	5000m	10000m	Meia Maratona	Maratona	Cross Country
Barreiras	100m	110m	400m	-	-
Combinadas	Heptatlo (Mulheres)		Decatlo (Homens)		

Lançamentos
Lançamento do Peso
Lançamento do Disco
Lançamento do Dardo
Lançamento do Martelo

Saltos
Salto em Altura
Salto com Vara
Salto em Comprimento
Tripla Salto

Além das modalidades individuais apresentadas, as provas de velocidade podem também ser disputadas por estafetas, que incluem a participação de 4 velocistas de cada equipa/selecção.

A Federação Portuguesa de Atletismo (FPA) foi fundada a 5 de Novembro de 1921, e está sediada em Linda-a-Velha, Oeiras.

Inicialmente denominada por Federação Portuguesa de Sports Atléticos, a FPA é uma entidade unidesportiva, pessoa colectiva de direito privado, de utilidade pública desportiva, prossequindo fins não lucrativos. Tal como a FTP, esta organização rege-se pelos seus Estatutos, pelos Regulamentos complementares e pela legislação nacional e internacional aplicável.

A Federação Portuguesa de Atletismo é a entidade coordenadora da pratica desportiva do Atletismo em Portugal. É a entidade máxima da modalidade, a nível nacional, federando 21 Associações Regionais, promovendo e dirigindo a prática do atletismo, masculino e feminino, em articulação com os organismos do Estado responsáveis pela tutela do desporto nacional. Esta é também responsável pelo controlo *anti-doping* em competições do calendário oficial, bem como fora das competições, do qual tem que apresentar relatórios anuais à IAAF.

Os órgãos da Federação Portuguesa de Atletismo, tal como acontece na Federação de Triatlo de Portugal, são eleitos em lista conjunta em cada ciclo olímpico. O organigrama funcional desta federação é:

- Assembleia-geral;
- Presidente;
- Direcção;
- Conselho Jurisdicional;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Disciplinar;
- Conselho de Arbitragem.

Além dos órgãos sociais, a direcção da FPA possui um órgão assessor para as questões técnicas, a Direcção Técnica Nacional, a quem compete trabalhar no desenvolvimento técnico das diversas categorias e modalidades que o atletismo compreende nas áreas da alta competição, selecções nacionais, desenvolvimento juvenil ou regulamentação. Esta é composta por:

- Director Técnico Nacional;
- Seleccionador Nacional;
- Secretário Técnico;
- Formação e Documentação;
- Técnico Nacional de Desenvolvimento.

Tal como acontece no Triatlo, o Atletismo é também uma modalidade desportiva que tem vindo a crescer no nosso país.

2. Metodologia

O objectivo desta dissertação de Mestrado assenta na questão do equilíbrio financeiro de duas Federações Portuguesas, nomeadamente a de Triatlo e a de Atletismo, que nos últimos anos têm vindo a crescer a nível nacional e internacional, através da obtenção de resultados de grande importância. Com isto, pretende-se verificar se a evolução a nível dos resultados está ou não associada a melhorias na situação económico-financeira de ambas.

O estudo e análise do equilíbrio financeiro foi, desde sempre, um aspecto fundamental para qualquer entidade organizacional. É importante conhecer-se o passado para se compreender o presente e tentar antecipar o futuro, de forma a se manter a organização “viva”.

A avaliação da situação económico-financeira das duas Federações será feita, conforme mencionado anteriormente, com base em duas teorias de análise financeira, a Tradicional e a Funcional, e por intermédio dos indicadores e rácios que cada uma considera relevantes.

A abordagem do equilíbrio financeiro das organizações desportivas que se constituem como o objecto de estudo da presente investigação e designadamente, a análise dos efeitos das decisões financeiras sobre a evolução do mesmo, através da aplicação de duas teorias distintas (clássica e funcional) garante uma maior fiabilidade dos resultados obtidos e das respectivas conclusões.

De acordo com o enunciado, a metodologia de estudo de caso adoptada para a realização desta dissertação assenta numa análise comparativa entre as duas federações desportivas.

De acordo com Flyvbjerg (2011), um estudo de caso é uma análise intensiva de uma unidade individual (por exemplo, uma pessoa, grupo ou evento – neste caso, duas organizações desportivas) enfatizando factores de desenvolvimento em relação ao contexto. A essência de um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (Schramm, 1971).

Yin (1981), acrescenta que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto e se referir ao presente e não ao passado.

Trata-se também de um estudo longitudinal, uma vez que o período de tempo em estudo compreende um número significativo de anos, o que faz com que esta análise não seja estática. Sobre este conceito, Pettigrew (1990) afirma que o estudo longitudinal explora o contexto e o processo de mudança ao longo do tempo, e possibilita a inter-conectividade temporal entre fenómenos históricos e presentes. O estudo de caso longitudinal permite ao pesquisador obter visão holística e integrada da ocorrência de eventos actuais, bem como estudar o desenvolvimento empresarial ao longo do tempo e identificar padrões de evolução (Miller & Friesen, 1982).

A análise do equilíbrio financeiro do presente estudo de caso é portanto dinâmica, pois para além de considerar o factor tempo, analisando a evolução de uma bateria de indicadores, agregados em duas teorias distintas, para cada uma das organizações em estudo (Federação Portuguesa de Atletismo e Federação de Triatlo de Portugal), estabelece ainda uma análise comparativa entre tais tendências evolutivas (Sá Silva, 2010).

Os dados utilizados para esta análise da situação económico-financeira foram retirados dos Balanços Contabilísticos e das Demonstrações de Resultados da Federação de Triatlo de Portugal (2005-2010) e a Federação Portuguesa de Atletismo (2005-2009), que estão disponíveis nos relatórios de contas de ambas as organizações desportivas. Relewa-se o facto do período em análise não ser exactamente igual para ambas as Federações em estudo. A razão para tal ocorrência prende-se com o facto do atraso na publicação do Relatório e Contas da Federação Portuguesa de Atletismo relativamente ao ano de 2010, que à data da entrega da presente dissertação ainda não estava disponível. Não obstante não poder ser efectuada uma análise comparativa para o ano 2010, decidimos que seria importante não prescindir dos dados disponibilizados pela Federação de Triatlo de Portugal e para esta organização, optámos por analisar a evolução por mais um ano de actividade organizacional.

Para se realizar o cálculo dos rácios e indicadores económico-financeiros que permitem a avaliação do equilíbrio financeiro das organizações, foi feita uma análise documental dos dados recolhidos junto das Federações. A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (Ludke & André, 1986). Esta propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenómenos. O investigador deve interpretar os factos, sintetizar as informações, determinar tendências e só depois tirar conclusões.

O tratamento dos dados recolhidos dos documentos económico-financeiros, bem como cálculo dos indicadores e rácios que permitem a avaliação do equilíbrio financeiro das duas as organizações desportivas, foi realizado com recurso ao *Microsoft Office Excel 2007*.

Nesta dissertação, os indicadores económico-financeiros utilizados para a análise do equilíbrio financeiro são:

Abordagem Tradicional

Fundo de Maneio	Rácios de Liquidez	Rácios de Financiamento
	Liquidez Geral	Rácio de Endividamento
		Rácio de Solvabilidade
		Estrutura de Endividamento
	Liquidez Imediata	Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros
		Rácio da Estrutura de Capitais Estáveis
	Liquidez Reduzida	Rácio do Período de Reembolso
		Margem de Auto Financiamento

Abordagem Funcional

Fundo de Maneio Funcional (FMF)	Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)	Situação de Tesouraria Líquida (STL)
FMF = Recursos Estáveis - Activo Fixo	NFM = Necessidades Cíclicas - Recursos Cíclicos	STL = FMF - NFM ou STL = Total Activo - Total Passivo

Figura 3: Indicadores Económicos e Financeiros utilizados

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Equilíbrio Financeiro: Teoria Clássica

Segundo Nabais & Nabais (2011), e como já foi mencionado anteriormente, a Teoria Tradicional tem como finalidade perceber a capacidade que a organização tem de satisfazer as suas obrigações de pagamento nas datas exigíveis e que se encontram registadas no balanço. Esta determina dois vectores essenciais para aferir o equilíbrio financeiro existente numa organização: análise do fundo de maneo e de um conjunto de rácios de liquidez e financiamento.

Em seguida, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos pelo cálculo do fundo de maneo e os rácios de liquidez e financiamento das organizações em estudo: Federação de Triatlo de Portugal e Federação Portuguesa de Atletismo.

3.1.1. Fundo de Maneio

Como foi referido anteriormente, uma organização que possua valores de Fundo de Maneio positivos é uma organização que apresenta alguma segurança financeira. No Quadro 3 estão expostos os resultados obtidos para o indicador financeiro em referência relativamente à Federação de Triatlo de Portugal.

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Capitais Permanentes						
Capitais Próprios	226.181	199.405	112.809	45.246	71.602	79.713
Passivo de Médio Longo Prazo	167.070	83.766	78.066	505.273	430.273	488.623
Total Capitais Permanentes	393.251	283.170	190.875	550.518	501.875	568.336
Activo Fixo						
Imobilizações Incorpóreas	0	0	1.190	5.418	5.418	6.751
Imobilizações Corpóreas	393.223	333.980	330.302	285.009	281.668	385.915
Total Activo Fixo	393.223	333.980	331.492	290.427	287.086	392.666
Fundo de Maneio	28	-50.810	-140.617	260.091	214.789	175.671

(Valores em €: euros)

Quadro 3: Fundo de Maneio - Federação de Triatlo de Portugal

Pelos resultados obtidos, podemos verificar que, segundo este indicador, a Federação de Triatlo de Portugal apresentou uma certa margem de insegurança financeira durante os anos de 2006 e 2007. Neste período de tempo, foram obtidos valores negativos respeitantes ao Fundo de Maneio da FTP, significando que os capitais permanentes à disposição da gestão da organização foram insuficientes para fazer face à globalidade dos investimentos, no mesmo período de tempo. Ou, se atendermos antes aos capitais de curto prazo, significa que os activos da organização com prazo de permanência inferior a um ano, isto é, os seus direitos de propriedade e créditos conversíveis em dinheiro no curto prazo, não foram suficientes para cobrir os elementos do passivo cujo prazo de exigibilidade era inferior a um ano, ou seja, as suas obrigações correntes.

Para o restante período de tempo analisado pelo presente estudo, a FTP obteve valores positivos respeitantes ao Fundo de Maneio, o que ilustra, sobretudo a partir do ano 2008 e até ao ano 2010, que se encontraram à disposição da gestão organizacional capitais de natureza estável, não só para cobrir todas as necessidades de financiamento por parte dos investimentos realizados (activo fixo), como também para assegurar uma parte de possíveis necessidades de financiamento dos negócios mais operacionais da Federação em estudo (activo de curto prazo), garantindo assim a existência de uma certa margem de segurança financeira.

Note-se, porém, que os valores obtidos para o Fundo de Maneio da FTP apresentam uma tendência decrescente entre os anos de 2008 e 2010, embora se encontrem muito acima do obtido no ano 2005. Do ano 2008 para o ano 2009, o Fundo de Maneio da FTP desce cerca de 17%, e volta a registar um decréscimo do ano 2009 para o ano 2010, desta vez na ordem dos 18%. No total, de 2008 para 2009, a margem de segurança da FTP sofre um desgaste de 33%, aproximadamente.

Os resultados relativos ao Fundo de Maneio para o período 2005-2009 da Federação Portuguesa de Atletismo podem ser observados no Quadro 4.

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009
Capitais Permanentes					
Capitais Próprios	514.972	467.245	420.033	361.243	-102.791
Passivo de Médio Longo Prazo	105.669	80.318	59.066	36.618	34.075
Total Capitais Permanentes	620.641	547.563	479.099	397.862	-68.716
Activo Fixo					
Imobilizações Corpóreas	983.955	940.965	1.002.783	978.007	850.905
Total Activo Fixo	983.955	940.965	1.002.783	978.007	850.905
Fundo de Maneio	-363.314	-393.402	-523.684	-580.145	-919.621

(Valores em €: euros)

Quadro 4: Fundo de Maneio - Federação Portuguesa de Atletismo

No caso da Federação Portuguesa de Atletismo, em todos os anos analisados, são obtidos valores negativos relativos ao fundo de maneio. Como tal, esta organização está tendencialmente em desequilíbrio financeiro e perante uma situação contínua de insegurança financeira, no qual os seus direitos de propriedade e créditos conversíveis em dinheiro, podem ser insuficientes para cobrir as suas obrigações.

Na FPA, durante todo o período de tempo em análise, existe uma tendência de agravamento do indicador em estudo (Fundo de Maneio), apresentando-se sempre cada vez mais negativo e suscitando a hipótese de se verificarem acrescidas dificuldades em assegurar o financiamento dos investimentos realizados pela Federação. Como causa principal, apontamos a quebra constante dos capitais permanentes, por via de ambos os seus componentes (capitais próprios e passivo não corrente), embora com um peso muito superior dos primeiros. No último ano em análise, 2009, a situação é particularmente grave, uma vez que os capitais próprios atingem valores negativos, o que indica uma vivência de falência técnica nesta organização desportiva.

O financiamento desta Federação tem que obrigatoriamente ser feito à custa de sucessivos empréstimos bancários de curto prazo junto do sistema bancário, na ausência de transferências financeiras extraordinárias por parte das entidades

estatais, uma vez que não se denota uma política significativa de desinvestimentos (alienação do activo fixo).

Para compararmos os resultados relativos ao indicador em referência, como se tratam de valores absolutos, optou-se pela utilização do rácio Fundo de Maneio/Activo Líquido (FM/AL), em percentagem, pois desta forma teremos uma medida relativa que permite comparar organizações de dimensão diferenciada. Note-se ainda que a comparação só é feita para os anos de 2005 a 2009, uma vez que só para estes anos é que existem dados relativos às duas Federações em estudo. Os resultados do rácio FM/AL estão reunidos no Quadro 5.

ANOS	FM FTP	Activo Líquido FTP	FM/AL FTP	FM FPA	Activo Líquido FPA	FM/AL FPA
2005	28	430.871	0,01%	-363.314	2.201.713	-16,50%
2006	-50.810	380.437	-13,36%	-393.402	1.600.146	-24,59%
2007	-140.617	875.789	-16,06%	-523.684	1.721.944	-30,41%
2008	260.091	854.622	30,43%	-580.145	1.406.818	-41,24%
2009	214.789	850.145	25,26%	-919.621	1.260.159	-72,98%

(Valores em €: euros)

Quadro 5: Fundo de Maneio/Activo Líquido - Comparação entre Federações

Comparando os resultados das duas Federações Desportivas, é possível afirmar que, segundo a teoria clássica da análise financeira, e tendo apenas em conta o indicador do Fundo de Maneio, a Federação de Triatlo de Portugal apresenta uma situação financeira mais favorável e equilibrada, ao contrário do que se verifica na Federação Portuguesa de Atletismo, que com o passar dos anos, tem apresentado valores cada vez mais negativos e, conseqüentemente, colocando em risco os investimentos realizados e a própria actividade organizacional.

Se olharmos para o pior ano da Federação de Triatlo de Portugal (2007), corresponde sensivelmente ao melhor ano da Federação Portuguesa de Atletismo (cerca de -16%). A situação nesta última organização vai se agravando até atingir no último ano os 73% negativos, o que arrasta a gestão organizacional previsivelmente para uma situação de total dependência do sistema alheio de financiamento, em

muito elevado grau de probabilidade, a banca. Significa isto que a FPA se vê obrigada a financiar os seus investimentos de médio e longo prazo através de recursos de curto prazo, com toda uma série de riscos que tal acarreta, não só pela forte pressão dos juros bancários como pela própria eventual impossibilidade da sua obtenção em determinadas situações de agravamento de tesouraria ou falta de garantias bancárias. Na ausência de possibilidade de contracção de dívida bancária, então resta a esta organização a hipótese de negociar com os respectivos credores no sentido de protelar o montante (ou parte dele) das suas dívidas a pagar.

Os níveis de segurança financeira da FTP, pelo contrário, são mais confortáveis com o passar do tempo, apesar de se registar uma ligeira quebra na ordem dos 5% no último ano.

Da comparação ressalta, portanto, uma diferença absoluta entre as Federações em estudo, onde são apresentados níveis distintos de segurança financeira: um alcance de margem de segurança financeira para a FTP, que se mantém durante os últimos dois anos analisados (2008 e 2009) e uma situação de profunda insegurança financeira para a FPA, que se agrava em todo o período analisado (2005-2009).

3.1.2. Rácios de Liquidez

No que toca aos rácios de liquidez, tal como observámos pela revisão da literatura efectuada, existem alguns valores de referência, nomeadamente para a liquidez geral e para a liquidez reduzida, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1.

Os resultados para os rácios em análise relativamente à Federação de Triatlo de Portugal estão reunidos no Quadro 6.

As diferenças quase imperceptíveis dos resultados obtidos entre os rácios de liquidez geral e de liquidez reduzida para a FTP são devidas à quase inexistência de *stocks* nesta organização desportiva (sendo mesmo nulos nos anos 2005-2008), implicando que as existências têm muito pouca influência na sua liquidez. Podemos

pois analisá-los de igual modo. Assim, verificamos que a FTP apresentou para o período em análise dois anos em que se denota uma certa escassez de liquidez, designadamente, valores inferiores à unidade nos anos 2006 e 2007. A partir de 2008, retoma os níveis de liquidez para patamares confortáveis, demonstrando a capacidade da organização para solver os seus compromissos de curto prazo, ou seja, a FTP apresenta uma liquidez do activo suficiente para fazer face às obrigações inerentes ao passivo de curto prazo.

Relativamente à liquidez imediata, que é aquela que relaciona os meios mais líquidos detidos pela organização com o total das dívidas a pagar com grau de exigibilidade inferior a um ano, verifica-se uma tendência para a sua diminuição de ano para ano.

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Activo de Curto Prazo						
Total do Activo	430.871	380.437	875.789	854.622	850.145	998.050
Activo Fixo	393.223	333.980	330.302	285.009	281.668	385.915
Total do Activo de Curto Prazo	37.647	46.457	545.487	569.613	568.477	612.135
Passivo de Curto Prazo						
Total do Passivo	204.690	181.032	762.979	809.377	778.543	918.337
Passivo de Médio Longo Prazo	167.070	83.766	78.066	505.273	430.273	488.623
Total do Passivo de Curto Prazo	37.620	97.267	684.913	304.104	348.270	429.714
Rácio de Liquidez Geral	1,00	0,48	0,80	1,87	1,63	1,42
Activo de Curto Prazo – Existências						
Total do Activo de Curto Prazo	37.647	46.457	545.487	569.613	568.477	612.135
Existências	0	0	0	0	11.472	2.959
Total do Activo de Curto Prazo - Existências	37.647	46.457	545.487	569.613	557.005	609.177
Total do Passivo de Curto Prazo	37.620	97.267	684.913	304.104	348.270	429.714
Rácio de Liquidez Reduzida	1,00	0,48	0,80	1,87	1,60	1,42
Disponibilidades						
Depósitos Bancários e Caixa	21.230	8.804	5.029	22.120	1.477	16.778
Total das Disponibilidades	21.230	8.804	5.029	22.120	1.477	16.778
Total do Passivo de Curto Prazo	37.620	97.267	684.913	304.104	348.270	429.714
Rácio de Liquidez Imediata	0,56	0,09	0,01	0,07	0,00	0,04

(Valores em €: euros)

Quadro 6: Rácios de Liquidez - Federação de Triatlo de Portugal

Tal como já foi referido, não existe para este rácio um valor mínimo capaz de servir de padrão para analisar a situação financeira. Em cada organização, tem que ser garantida uma compatibilidade entre as necessidades de tesouraria e a natureza da actividade desenvolvida. Sublinhamos também que um nível elevado para este

rácio significaria um desperdício de oportunidades de investimento em activos mais rentáveis, pelo que se assume que deverá ser acima de zero.

Analisando os resultados obtidos para o rácio de liquidez imediata da FTP, denotamos que os valores apresentados são sempre ligeiramente superiores a zero (excepto no ano de 2009), o que sugere que, apesar de não possuir um grau de liquidez significativo, a organização possui, de certo modo, meios financeiros que podem, se necessário, pagar parte das suas obrigações correntes.

No Quadro 7 podem ser observados os resultados relativos aos rácios de liquidez geral, reduzida e imediata obtidos para a Federação Portuguesa de Atletismo. A total ausência de existências no activo circulante desta organização desportiva, leva à obtenção de um valor exactamente igual, em todo o período em análise, obtido para os rácios de liquidez geral e reduzida. Note-se que, em entidades desportivas, como Federações e Clubes, é normal que exista um valor muito reduzido de *stocks* (existências), o que muitas vezes leva a que os rácios de liquidez geral e reduzida assumam valores iguais, como se pode verificar no caso da FPA.

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009
Activo de Curto Prazo					
Total do Activo	2.201.713	1.600.146	1.721.944	1.406.818	1.260.159
Activo Fixo	983.955	940.965	1.002.783	978.007	850.905
Total do Activo de Curto Prazo	1.217.758	659.181	719.161	428.812	409.254
Passivo de Curto Prazo					
Total do Passivo	1.686.743	1.132.901	1.301.911	1.045.575	1.362.951
Passivo de Médio Longo Prazo	105.669	80.318	59.066	36.618	34.075
Total do Passivo de Curto Prazo	1.581.074	1.052.583	1.242.845	1.008.957	1.328.876
Rácio de Liquidez Geral	0,77	0,63	0,58	0,43	0,31
Activo de Curto Prazo – Existências					
Total do Activo de Curto Prazo	1.217.758	659.181	719.161	428.812	409.254
Existências	0	0	0	0	0
Total do Activo de Curto Prazo - Existências	1.217.758	659.181	719.161	428.812	409.254
Total do Passivo de Curto Prazo	1.581.074	1.052.583	1.242.845	1.008.957	1.328.876
Rácio de Liquidez Reduzida	0,77	0,63	0,58	0,43	0,31
Disponibilidades					
Depósitos Bancários e Caixa	536.144	124.734	396.428	12.034	111.650
Total das Disponibilidades	536.144	124.734	396.428	12.034	111.650
Total do Passivo de Curto Prazo	1.581.074	1.052.583	1.242.845	1.008.957	1.328.876
Rácio de Liquidez Imediata	0,34	0,12	0,32	0,01	0,08

(Valores em €: euros)

Quadro 7: Rácios de Liquidez - Federação Portuguesa de Atletismo

No caso da Federação Portuguesa de Atletismo, para todo o período analisado, os rácios de liquidez geral/reduzida revelam uma inferioridade relativamente ao valor de referência (isto é, 1). Sublinha-se ainda que a mesma organização evolui no sentido negativo desde 2005 até 2009, demonstrando, de acordo com os princípios da teoria clássica, uma escassez de liquidez para fazer face aos compromissos assumidos pelo seu passivo de curto prazo. A FPA encontra-se assim, numa situação de desequilíbrio financeiro claramente revelada pelos resultados de qualquer um dos rácios de liquidez geral/reduzida calculados.

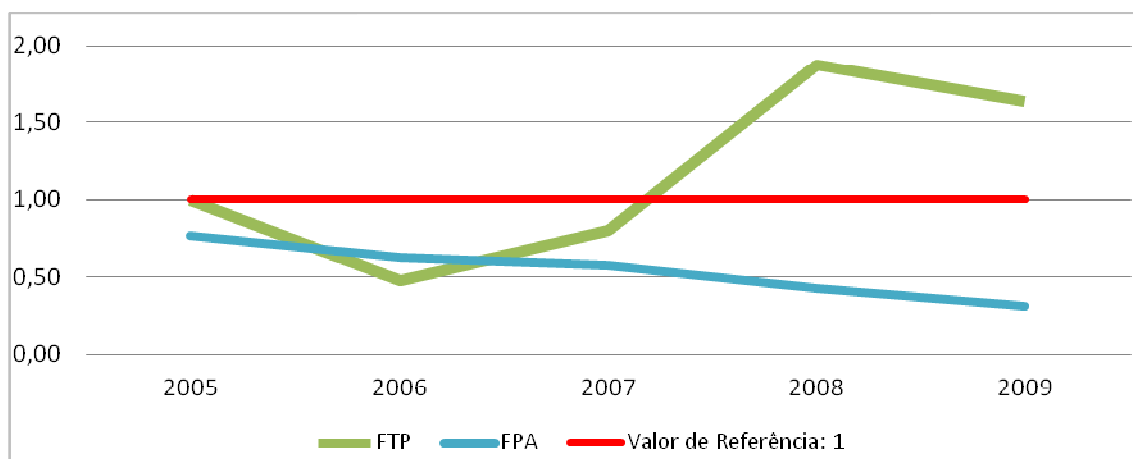


Gráfico 1: Evolução do Rácio de Liquidez Geral

No Gráfico 1 é ilustrada a evolução do rácio de liquidez geral para cada Federação em estudo, sendo facilitada a comparação entre si e para com o respectivo valor de referência (1). É rápido verificarmos que a FTP e a FPA vivem situações financeiras perfeitamente antagónicas. A Federação Portuguesa de Atletismo não só nunca apresenta níveis aceitáveis de liquidez em todo o período analisado, como permanece num sentido descendente.

Note-se que as conclusões a que agora chegamos estão em perfeita sintonia com as assumidas anteriormente no que respeita ao primeiro indicador analisado, o Fundo de Maneio. E outra coisa não seria de esperar, uma vez que em situações de liquidez geral insuficiente, os capitais permanentes mostram uma insuficiência ao nível do financiamento do activo fixo, pelo que o Fundo de Maneio se revela negativo. Estas conclusões estão aliás, em conformidade com outros estudos realizados para Federações desportivas congéneres (Baptista & Andrade, 2004).

Se compararmos os rácios de liquidez imediata das duas Federações, para o período entre 2005 e 2009, é revelada, à excepção do primeiro ano analisado, uma superioridade da Federação Portuguesa de Atletismo face à Federação de Triatlo de Portugal, o que não deixa de ser paradoxal. Ou seja, apesar da insuficiência de liquidez geral apresentada pela FPA, são detidos maiores volumes dos meios mais líquidos de pagamento por parte da mesma do que na FTP, onde não são sentidas grandes pressões ao nível da liquidez. Se estiver associado um pagamento de juros a

algumas das dívidas a pagar no curto prazo (passivo corrente), a situação de detenção de demasiados meios líquidos de pagamento denota uma deficiente gestão de tesouraria por parte da Federação Portuguesa de Atletismo. Repare-se, por exemplo, que há anos em as disponibilidades da FPA representam cerca de metade (ou mais) de todo o activo de curto prazo, designadamente nos anos de 2005 e 2007, realçando o seu peso excessivo numa organização com problemas de liquidez.

Pelo exposto, uma vez analisados o Fundo de Maneio e os Rácios de Liquidez, realçamos o facto que, do ponto de vista do risco financeiro a curto prazo, existe uma exposição incomparavelmente maior por parte da Federação Portuguesa de Atletismo relativamente à Federação de Triatlo de Portugal.

Curiosamente, se atendermos à dependência financeira das organizações desportivas em estudo face ao financiamento da administração pública administrativa, é precisamente a Federação Portuguesa de Atletismo que apresenta um maior peso dos subsídios atribuídos pelo Instituto do Desporto de Portugal (IDP) no montante global dos seus proveitos operacionais: perto de 78% face aos cerca de 54% da FTP. Mais uma vez, tal como em estudos anteriores (Baptista & Andrade, 2004), denota-se uma despreocupação das entidades governamentais face ao risco financeiro apresentado pelas organizações a quem atribuem subsídios financeiros, assumindo-se um vazio, a esse nível, por parte dos critérios de dotação financeira.

3.1.3. Rácios de Financiamento

Num estudo de equilíbrio financeiro a atenção não pode ser apenas centrada ao nível das dívidas de curto prazo. Pelo contrário, a análise da liquidez deve ser complementada pela avaliação da capacidade organizacional de solver os seus compromissos a médio e longo prazo (ou seja, num período superior a 1 ano). É precisamente para tal que nos socorremos dos rácios de financiamento, pois na medida em que estabelecem, no essencial, comparações entre os capitais alheios, os capitais próprios e os capitais totais, servem-nos de orientação nessa avaliação.

Os resultados obtidos para os seis tipos de rácios de financiamento eleitos para o presente estudo, relativamente à Federação de Triatlo de Portugal, ao longo do período de 2005 a 2010, podem ser observados no Quadro 8. Para o período de 2005 a 2009, relativamente à Federação Portuguesa de Atletismo, os resultados são ilustrados no Quadro 9.

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total do Passivo	204.690	181.034	762.979	809.377	778.543	918.337
Total do Activo	430.871	380.437	875.789	854.622	850.145	998.050
Rácio de Endividamento	48%	48%	87%	95%	92%	92%
Capital Próprio	226.181	199.405	112.809	45.246	71.602	79.713
Total do Passivo	204.690	181.034	762.979	809.377	778.543	918.337
Rácio de Solvabilidade	110%	110%	15%	6%	9%	9%
Total do Passivo de Curto Prazo	37.620	97.267	684.913	304.104	348.270	429.714
Total do Passivo	204.690	181.034	762.979	809.377	778.543	918.337
Estrutura de Endividamento de Curto Prazo	18%	54%	90%	38%	45%	47%
Total do Passivo de Médio Longo Prazo	167.070	83.766	78.066	505.273	430.273	488.623
Total do Passivo	204.690	181.034	762.979	809.377	778.543	918.337
Estrutura de Endividamento de MLP	82%	46%	10%	62%	55%	53%
Excedente Bruto de Exploração						
Resultados Operacionais	28.952	-20.921	-295.821	-106.459	12.803	-49.020
Amortizações e Provisões do Exercício	58.818	64.994	63.183	58.192	59.730	48.100
Total do Excedente Bruto de Exploração	87.770	44.073	-232.638	-48.267	72.532	-921
Total dos Encargos Financeiros	10.382	13.949	11.907	12.345	8.532	7.271
Rácio Cobertura dos Encargos Financeiros	8,45	3,16	-19,54	-3,91	8,50	-0,13
Capitais Permanentes						
Endividamento Estável	167.070	83.766	78.066	505.273	430.273	488.623
Capitais Próprios	226.181	199.405	112.809	45.246	71.602	79.713
Total dos Capitais Permanentes	393.251	283.170	190.875	550.518	501.875	568.336
Total do Endividamento Estável	167.070	83.766	78.066	505.273	430.273	488.623
Rácio de Estrutura dos Capitais Estáveis	42%	30%	41%	92%	86%	86%
Auto Financiamento						
Resultado Líquido do Exercício	26.672	-28.992	-86.596	-67.564	26.356	8.111
Amortizações e Provisões do Exercício	58.818	64.994	63.183	58.192	59.730	48.100
Total do Auto Financiamento	85.490	36.002	-23.413	-9.371	86.086	56.211
Total dos Proveitos Operacionais	827.084	993.686	1.559.617	162.175	1.293.672	1.321.906
Margem de Auto Financiamento	10%	4%	-2%	-6%	7%	4%
Total do Endividamento Estável	167.070	83.766	78.066	505.273	430.273	488.623
Período de Reembolso	1,95	2,33	-3,33	-53,92	5,00	8,69

(Valores em €: euros)

Quadro 8: Rácios de Financiamento - Federação de Triatlo de Portugal

Os dois primeiros rácios (endividamento e solvabilidade) são essenciais para o estudo da autonomia financeira das organizações. O primeiro expressa o peso dos capitais alheios no financiamento da organização e o segundo, na mesma linha de orientação, verifica em que medida o capital próprio cobre o passivo organizacional.

Segundo vários autores (Baptista & Andrade, 2004; Carvalho das Neves, 2009; Sá Silva, 2010), o risco de desequilíbrio depende muito da dimensão do endividamento. Como estes dois rácios mostram o grau de endividamento organizacional, mensuram, portanto, em que medida os activos são financiados por capitais próprios ou alheios. Obviamente, quanto maior financiamento for obtido por capitais alheios em detrimento de capitais próprios, menor é a autonomia financeira organizacional e maior risco financeiro é assumido pela respectiva gestão.

Ao analisarmos os resultados da FTP relativos ao rácio de endividamento, verificamos que a respectiva evolução não augura boas perspectivas. De facto, de uma situação de elevada autonomia financeira constatada para os dois primeiros anos (2005 e 2006), atingem-se no restante período, valores próximos dos 100%, significando que a Federação em estudo se encontra fortemente endividada (Sá Silva, 2010). Este rácio é considerado como uma medida fundamental das finanças organizacionais, pois dá-nos uma ideia geral do risco financeiro, o qual se agrava com o aumento da sua percentagem (Baptista & Andrade, 2004). É de facto isto que acontece com a Federação de Triatlo de Portugal, em que realçamos a perda de autonomia financeira no período analisado.

Em relação ao rácio de solvabilidade as conclusões vão no mesmo sentido: uma vez que os resultados apresentados vão no sentido decrescente, aproximando-se nos últimos três anos de valores que não chegam tão pouco aos 10%, verifica-se uma perda de autonomia financeira, que é tanto maior quanto for a proporção do capital próprio em relação ao passivo organizacional, ou seja, o resultado do próprio rácio (Baptista & Andrade, 2004). Dito por outras palavras, a organização será tanto mais solvente quanto maior for o valor assumido por este rácio (Sá Silva, 2010). Pela análise da evolução dos respectivos resultados fica registada uma tendência para a respectiva perda de solvência organizacional.

No caso da Federação Portuguesa de Atletismo (Quadro 9), apesar do rácio de endividamento apresentar valores confortáveis desde o ano 2005 até ao ano 2008, a evolução no último período (de 2008 para 2009) é desastrosa, revelando um valor acima dos 100% e indicando uma clara situação de insolvência para esta Federação. Deve-se, sobretudo, à presença de capitais próprios negativos no ano de 2009, que fazem com que o passivo da organização tenha não só que financiar o activo como a própria negatividade dos recursos próprios, crescendo mais do que 30% do ano 2008 para 2009. Fica também a nota que esta delapidação dos capitais próprios na Federação Portuguesa de Atletismo se deveu ao aumento exponencial registado ao nível dos prejuízos económicos no último ano em análise (2009). No caso de não ser registada em 2010 uma recuperação ao nível dos lucros organizacionais, reposicionando o sinal positivo nos capitais próprios, é impreterível para esta Federação a injeção de fundos próprios, sob pena de vir a declarar uma insolvência financeira num curto período de tempo.

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009
Total do Passivo	1.686.743	1.132.901	1.301.911	1.045.575	1.362.951
Total do Activo	2.201.713	1.600.146	1.721.944	1.406.818	1.260.159
Rácio de Endividamento	77%	71%	76%	74%	108%
Capital Próprio	514.972	467.245	420.033	361.243	-102.791
Total do Passivo	1.686.743	1.132.901	1.301.911	1.045.575	1.362.951
Rácio de Solvabilidade	31%	41%	32%	35%	-8%
Total do Passivo de Curto Prazo	1.581.074	1.052.583	1.242.845	1.008.957	1.328.876
Total do Passivo	1.686.743	1.132.901	1.301.911	1.045.575	1.362.951
Estrutura de Endividamento de Curto Prazo	94%	93%	95%	96%	97%
Total do Passivo de Médio Longo Prazo	105.669	80.318	59.066	36.618	34.075
Total do Passivo	1.686.743	1.132.901	1.301.911	1.045.575	1.362.951
Estrutura de Endividamento de MLP	6%	7%	5%	4%	3%
Excedente Bruto de Exploração					
Resultados Operacionais	-168.191	383.898	20.912	-389.557	-624.737
Amortizações e Provisões do Exercício	221.087	236.950	285.684	367.817	257.299
Total do Excedente Bruto de Exploração	52.896	620.848	306.596	-21.740	-367.438
Total dos Encargos Financeiros	10.213	11.463	9.310	9.726	10.911
Rácio Cobertura dos Encargos Financeiros	5,18	54,16	32,93	-2,24	-33,68
Capitais Permanentes					
Endividamento Estável	105.669	80.318	59.066	36.618	34.075
Capitais Próprios	514.972	467.245	420.033	361.243	-102.791
Total dos Capitais Permanentes	620.641	547.563	479.099	397.862	-68.716
Total do Endividamento Estável	105.669	80.318	59.066	36.618	34.075
Rácio de Estrutura dos Capitais Estáveis	17%	15%	12%	9%	-50%
Auto Financiamento					
Resultado Líquido do Exercício	-80.343	-47.727	-47.213	-43.198	-464.034
Amortizações e Provisões do Exercício	221.087	236.950	285.684	367.817	257.299
Total do Auto Financiamento	140.745	189.223	238.472	324.619	-206.735
Total dos Proveitos Operacionais	3.545.805	4.204.021	4.229.628	4.379.399	4.683.948
Margem de Auto Financiamento	4%	5%	6%	7%	-4%
Total do Endividamento Estável	105.669	80.318	59.066	36.618	34.075
Período de Reembolso	0,75	0,42	0,25	0,11	-0,16

(Valores em €: euros)

Quadro 9: Rácios de Financiamento - Federação Portuguesa de Atletismo

Esta completa falta de autonomia financeira atingida no ano de 2009 pela FPA é também denotada no resultado do rácio relativo à solvabilidade, que atinge no mesmo ano os 8% negativos.

Isto ilustra bem o descalabro provocado pela obtenção de prejuízos económicos no ano de 2009. Se compararmos nos anos anteriores os resultados obtidos pelas duas Federações para o rácio de solvabilidade, notamos até uma superioridade da parte da FPA sobre a FTP ao longo dos anos 2007 e 2008.

Os rácios respeitantes à estrutura do endividamento são úteis porque nos dão a conhecer o grau de exigibilidade do passivo. Uma análise comparativa dos resultados da conjugação destes dois rácios (estrutura do endividamento a médio/longo prazo e a curto prazo), entre as Federações em estudo, atribui uma avaliação muito mais gravosa para a Federação Portuguesa de Atletismo. Nesta organização existe um peso enorme do financiamento alheio a curto prazo (dívidas que se vencem num prazo inferior a 1 ano) face ao financiamento total, com valores sempre próximos dos 100%. Significando uma enorme pressão que é sentida sobre a tesouraria desta organização desportiva.

Pelo contrário, na Federação de Triatlo de Portugal, tal pressão só aumenta pontualmente no ano de 2007, atingindo o rácio de Estrutura do Endividamento de Curto Prazo um valor de 90%, mesmo assim aquém do melhor ano da Federação Portuguesa de Atletismo (93% em 2006). A partir de 2008, alivia-se a pressão sobre a tesouraria da FTP, com valores sempre abaixo dos 50%.

É ainda de elevado interesse analisarmos o peso do endividamento a médio/longo prazo em relação à totalidade dos capitais permanentes à disposição da organização (Baptista & Andrade, 2004; 2009), isto é, os resultados respeitantes ao rácio de estrutura dos capitais estáveis. O risco financeiro agrava-se à medida que o valor assumido por este rácio aumenta, denotando uma maior dependência da organização face ao endividamento e uma maior pressão económica gerada pelo acréscimo de encargos financeiros que lhes estão associados.

Na Federação de Triatlo de Portugal podem ser facilmente visíveis, pela análise dos correspondentes resultados ilustrados no Quadro 8, dois períodos

distintos: um primeiro período de 2005 a 2007, em que os resultados mostram um certo conforto proporcionado pela maior presença de capitais próprios do que de endividamento na globalidade dos capitais permanentes; um segundo período, em que existe uma maior aposta no financiamento de longo prazo da Federação através do recurso a endividamento, em detrimento do recurso a fundos próprios. Assim, nos últimos dois anos, apenas 14% do financiamento total a longo prazo à disposição da gestão é oriundo de fundos próprios.

Na Federação Portuguesa de Atletismo, os resultados revelam também duas situações antagónicas: de 2005 a 2008, a situação era extremamente segura do ponto de vista da garantia de fundos próprios no financiamento a médio e longo prazo da organização, apresentando valores do rácio da estrutura dos capitais estáveis que se situaram entre os 9% e os 17%, comportando até uma margem interessante para a subida de endividamento a médio e longo prazo. Já vimos anteriormente, pelos resultados assumidos para a estrutura de endividamento a curto prazo, que a FPA sofre enormes pressões sobre a sua tesouraria, devendo ter sido acautelada uma renegociação do prazo da dívida, se possível, transferindo parte da dívida de curto prazo para um prazo mais alargado. Contudo, tal não foi feito. A obtenção de enormes prejuízos económicos obtidos nos anos 2008 e 2009, levaram a uma total destruição do capital próprio da Federação, e mesmo na presença de valores insignificantes de endividamento a médio e longo prazo, transformam uma situação de elevado conforto do rácio da estrutura dos capitais estáveis para um nível perfeitamente insustentável, em 2009 (50% negativos). O que detectamos, para esta Federação, é uma injeção de financiamento de curto prazo para financiar não só o investimento, como também a negatividade obtida para os capitais próprios.

Um impacto importante do grau de endividamento assumido pela gestão financeira de uma organização ocorre, sem dúvida, ao nível económico (Mota & Custódio, 2008). Na verdade, um aumento dos recursos alheios implica um acréscimo dos encargos financeiros suportados pela organização, pelo que se torna importante verificar em que medida os resultados operacionais gerados em cada período económico se mostram suficientes para a cobertura dos encargos financeiros (Baptista & Andrade, 2004; 2009; Mota & Custódio, 2008).

Nesta sequência, passamos a analisar o rácio de cobertura dos encargos financeiros, em que até somos mais benevolentes do que outros autores, uma vez que adicionamos aos resultados operacionais gerados pelas Federações desportivas em estudo o montante dos custos operacionais que não correspondem efectivamente a saídas de fluxos financeiros das respectivas organizações (amortizações e provisões do exercício). Há autores que preferem usar apenas os resultados operacionais (Mota & Custódio, 2008), embora outros optem pela utilização do excedente bruto de exploração (Baptista & Andrade, 2004; Baptista & Andrade, 2009; Carvalho das Neves, 2009).

No que toca ao rácio em análise, em ambas as Federações há situações graves (Gráfico 2). Note-se que um valor abaixo de 1, significa uma cobertura desadequada do excedente bruto de exploração relativamente ao montante a suportar de encargos financeiros gerados directamente pelo nível de endividamento organizacional. O efeito económico da decisão de endividamento é deste modo directamente aferido pela deficiência do rácio de cobertura dos encargos financeiros.

Na ausência de capacidade económica (através dos meios libertos de exploração) para gerar meios suficientes para uma adequada cobertura dos encargos financeiros, as organizações são confrontadas com riscos financeiros acrescidos, podendo muitas vezes entrar em ciclos de espiral de endividamento. Dito por outras palavras, uma débil atenção a esta eventual deficiência, gera mais endividamento só para pagar os custos do endividamento anterior. Tal como afirma Sá Silva (2010), a insolvência económica termina sempre em insolvência financeira, ou seja, na incapacidade da organização de fazer face às suas responsabilidades correntes.

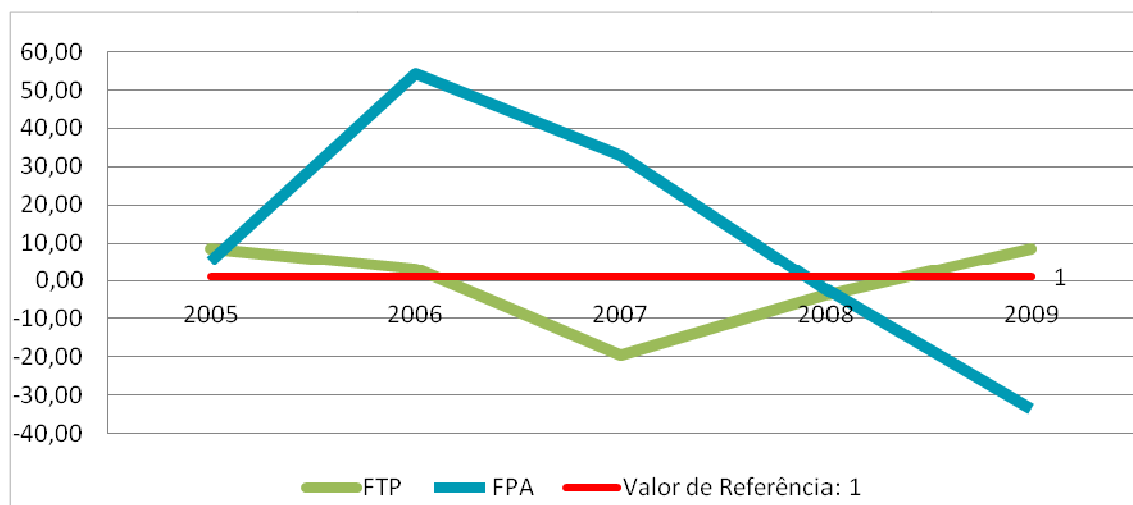


Gráfico 2: Evolução do Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros

Tal como se pode verificar no Gráfico 2, na Federação de Triatlo de Portugal a situação é particularmente grave nos anos de 2007 e 2008, onde são apresentados valores negativos para o rácio em análise, denotando uma incapacidade da Federação para fazer face nesse período de tempo aos respectivos encargos financeiros através da sua exploração. Contudo, em 2009 é retomado um valor positivo (e bem acima de 1), melhorando o resultado do rácio em questão e diminuindo o risco financeiro que lhe está associado. Contudo, se verificarmos o valor assumido pelo rácio em 2010, no Quadro 8, percebemos que os resultados operacionais negativos obtidos nesse mesmo ano agravam novamente o resultado do mesmo rácio, provocando nova queda para um valor próximo de zero mas negativo.

Na Federação Portuguesa de Atletismo a evolução de 2007 para 2008 é mais uma vez desastrosa, fazendo cair um valor extremamente confortável obtido no período anterior para uma situação de elevado risco financeiro, agravando-se vertiginosamente no ano 2009, e revelando uma total incapacidade desta Federação para assumir os compromissos relativos aos encargos financeiros com base nas suas expectativas de exploração económica. A situação fica a dever-se sobretudo aos enormes prejuízos operacionais registados em 2008 (perto de €: 400.000) e agravados em 2009 (cerca de €: 625.000), tornando insustentáveis os patamares

alcançados pelo excedente bruto de exploração nesses anos que, sendo negativos, mais se tratam de “deficits brutos de exploração”.

Para terminar a discussão de resultados relativamente aos rácios de financiamento, resta-nos abordar os valores obtidos relativamente ao período de reembolso.

Como era expectável, em face do fraco endividamento a médio e longo prazo por parte da Federação Portuguesa de Atletismo, durante todo o período em análise, enquanto os prejuízos económicos não dispararam (o que ocorreu em 2009, com um resultado líquido do exercício a atingir os cerca de €: 464.000 negativos), o nível de autofinanciamento foi sendo garantido pela forte presença de amortizações e provisões do exercício, assegurando um período de reembolso da dívida de longo prazo abaixo de um exercício económico. Em 2009, a situação é agravada, passando a obter-se um resultado negativo, revelando uma completa ausência de autofinanciamento para fazer face ao endividamento contratado por um período superior a 1 ano.

No que respeita à Federação de Triatlo de Portugal, existe um período grave relativamente ao período de reembolso, correspondente aos valores negativos obtidos em 2007 e 2008, e em muito devido aos prejuízos económicos obtidos nos mesmos anos, mas que é recuperado no período seguinte, a partir do ano 2009. Note-se contudo, que o valor de 10% obtido para a margem de autofinanciamento na FTP em 2005 nunca mais voltou a ser alcançado e situa-se, em 2010, em 4%, fazendo disparar o número de períodos económicos necessários ao pagamento das dívidas a médio e longo prazo com o actual nível de autofinanciamento em quase 9 anos. Se a Federação tiver realizado contratos de pagamento dessas mesmas dívidas num período de tempo inferior a 9 anos, mantendo o actual nível de autofinanciamento, pode estar a correr um risco financeiro, pelo que terá que proceder à renegociação das mesmas.

3.2. Equilíbrio Financeiro: Teoria Funcional

Para se realizar uma análise do equilíbrio financeiro de uma organização, segundo a teoria funcional, é necessário começar por reorganizar as informações patenteadas pelo balanço analítico disponibilizado pelos respectivos serviços contabilísticos, através de um processo de reclassificação das respectivas verbas segundo o critério dos ciclos financeiros. Essa reorganização permite a construção do balanço funcional da unidade organizacional em causa e conseqüentemente, apurar os respectivos eixos estruturais: Fundo de Maneio Funcional (FMF), Necessidades de Fundo de Maneio (NFM) e Situação de Tesouraria Líquida (STL).

Para tal, é necessário um conhecimento sobre a natureza dos conteúdos das rubricas, informação que nem sempre é possível detectar na totalidade apenas pela leitura das informações disponibilizadas pelos Relatórios e Contas das organizações, neste caso, desportivas. Tal conhecimento é extremamente importante quando se tratam de rubricas que incorporam componentes de natureza mista.

Exemplificando, na conta de “Acréscimos e Diferimentos” (Activo) podem constar valores que digam respeito ao ciclo de exploração (isto é, a dívidas a receber resultantes de operações realizadas no âmbito do núcleo de actividades do negócio principal organizacional, como por exemplo, férias e subsídios de férias, ou prémios de seguros desportivos pagos antecipadamente – custos diferidos), e nesse caso os valores correspondentes devem ser afectados ao Ciclo de Exploração, nomeadamente à componente de Necessidades Cíclicas (Sá Silva, 2010); contudo, na mesma rubrica, podem também estar integrados valores que digam respeito ao ciclo das operações de capital de curto prazo, como por exemplo, juros vencidos e ainda não recebidos ou outros reportes de bónus financeiros – acréscimo de proveitos), devendo, nesse caso, os respectivos valores ser reclassificados na componente de Tesouraria Activa, uma vez que não têm uma relação directa com os principais negócios da organização desportiva (Baptista & Andrade, 2004; Carvalho das Neves, 2009, Sá Silva, 2010).

Nesta sequência, após uma aturada análise dos documentos financeiros oficiais das Federações desportivas em estudo (isto é, Relatórios e Contas da FTP e da FPA), foram reclassificadas as diferentes verbas das rubricas do activo, passivo e

capital próprio constantes nos balanços contabilísticos, segundo os critérios dos ciclos financeiros (Baptista e Andrade, 2004; Carvalho das Neves, 2009; Sá Silva, 2010) e que no caso em apreço se consubstanciaram nas seguintes hipóteses de estudo:

- 1) Todas as componentes integradas nas imobilizações corpóreas e incorpóreas (líquidas de amortizações e reintegrações acumuladas), bem como as dívidas de terceiros a médio/longo prazo resultantes de decisões financeiras (e extra exploração) foram consideradas investimentos, logo, reclassificados em activo fixo.
- 2) A globalidade dos capitais próprios foi afectada aos fundos próprios.
- 3) A conta de “Outros Devedores” de curto prazo da Federação Portuguesa de Atletismo apresentou, em todos os anos analisados, conteúdos respeitantes à sua actividade principal (tais como, remunerações e respectivos encargos sociais a pagar), pelo que os correspondentes saldos foram reclassificados em necessidades cíclicas.
- 4) A conta de “Outros Devedores” da Federação de Triatlo de Portugal apresentou conteúdos de natureza mista: os saldos que respeitavam à actividade principal, independentemente de serem dívidas de curto prazo ou de médio/longo prazo, foram, tal como na Federação Portuguesa de Atletismo, reclassificados em necessidades cíclicas; os saldos que não estavam directamente ligados ao principal núcleo de actividades desenvolvidas pela referida organização desportiva (por exemplo, indemnizações a receber), foram consideradas como endividamento estável, uma vez que se verificou a permanência desta verba desde o ano 2007 até ao último ano analisado pelo presente estudo (2010).
- 5) A conta de “Outros Credores” foi reclassificada do seguinte modo: os saldos correspondentes às dívidas a pagar aos fornecedores de imobilizado foram considerados endividamento estável ou tesouraria passiva, nos casos em que a classificação temporal se distinguiu entre o médio e longo prazo e o curto prazo, respectivamente. As restantes dívidas

a pagar, em ambas as Federações desportivas, sendo todas de curto prazo e dizendo na totalidade respeito a operações realizadas no âmbito da actividade principal das organizações (tais como, prémios desportivos), foram reclassificadas em recursos cíclicos.

- 6) As dívidas a instituições de crédito foram reclassificadas segundo os critérios seguintes: as de curto prazo foram, na totalidade, englobadas na tesouraria passiva; as de médio e longo prazo foram subdivididas em endividamento estável (em função do valor que a mesma rubrica apresentasse no exercício económico seguinte) e em tesouraria passiva (respeitante aos valores que desaparecessem da referida rubrica no exercício económico seguinte, significando o pagamento correspondente a uma parte do capital em dívida). Em relação ao último ano em análise da Federação Portuguesa de Atletismo, ou seja, o ano de 2009, considerámos que a parte restante das dívidas a médio e longo prazo a instituições de crédito deveria ser reclassificada em tesouraria passiva, na medida em que se tratava de uma menor percentagem de amortização do capital em dívida em comparação com a que tinha sido detectada para os exercícios económicos anteriores (aproximadamente de 20%).
- 7) Relativamente aos acréscimos de proveitos, ambas as Federações continham valores estritamente ligados à sua actividade principal (tais como, verbas a receber do Comité Olímpico de Portugal, do Instituto do Desporto de Portugal e de Câmaras municipais), pelo que foram sempre reclassificados como necessidades cíclicas.
- 8) No que concerne aos custos diferidos, à excepção de um valor corresponde a dívidas de *leasing* da Federação de Triatlo de Portugal no ano de 2007, todos os saldos de ambas as Federações, continham valores correspondentes a operações de exploração (entre outros, seguros desportivos, taxas de filiação nas Federações internacionais, rendas e alugueres), pelo que foram reclassificados em necessidades cíclicas. O valor referente ao *leasing* foi reclassificado em tesouraria activa.

- 9)** Relativamente aos saldos de acréscimo de custos da Federação Portuguesa de Atletismo, foram reclassificadas as verbas que correspondiam à actividade principal da organização (tais como, remunerações a pagar e fornecimentos de água e comunicação), em recursos cíclicos. As restantes foram reclassificadas em tesouraria passiva. Na Federação de Triatlo de Portugal a totalidade destes saldos foi, pelas razões apontadas para a outra Federação, reclassificada em recursos cíclicos.
- 10)** Em relação aos proveitos diferidos foram tidos em conta os seguintes critérios, tanto para a Federação Portuguesa de Atletismo como para a Federação de Triatlo de Portugal: os valores que correspondiam a subsídios ao investimento foram reclassificados em endividamento estável ou tesouraria passiva (como a pista de atletismo coberta na FPA e o equipamento informático e rede digital na FTP) consoante o prazo da respectiva permanência no balanço. Os restantes proveitos diferidos, dizendo respeito à exploração do negócio das organizações desportivas em estudo, foram reclassificados em recursos cíclicos (verbas atribuídas pelo Instituto do Desporto de Portugal ao apoio desportivo).

Após a reclassificação das rubricas do activo e do passivo dos sucessivos balanços contabilísticos das duas Federações, ao longo do período que é analisado pelo presente estudo, segundo os critérios definidos pelos ciclos financeiros e consequentes hipóteses formuladas anteriormente, construíram-se os balanços funcionais e que podem ser analisados nos quadros 10 e 13, relativamente à Federação de Triatlo de Portugal e à Federação Portuguesa de Atletismo, respectivamente.

Cada um desses balanços resultou num conjunto de indicadores de estrutura (ou eixos fundamentais) dos balanços funcionais, que constam nos quadros 11 e 14, para a Federação de Triatlo de Portugal e para a Federação Portuguesa de Atletismo, respectivamente.

Ao contrário da Teoria Clássica, segundo a Teoria do Balanço Funcional, a existência de um Fundo de Maneio negativo não se constitui, por si só, uma condição

necessária e suficiente para avaliar uma situação de desequilíbrio financeiro. Tal como já referimos anteriormente, o que é necessário para se garantir a existência de equilíbrio financeiro numa organização, segundo a presente teoria, é a verificação de uma Situação de Tesouraria Líquida (STL) nula ou positiva. Como a STL resulta da diferença entre o Fundo de Maneio Funcional (FMF) e as Necessidades de Fundo de Maneio (NFM), há várias hipóteses para se obter valores positivos para este “termómetro” da Teoria Funcional.

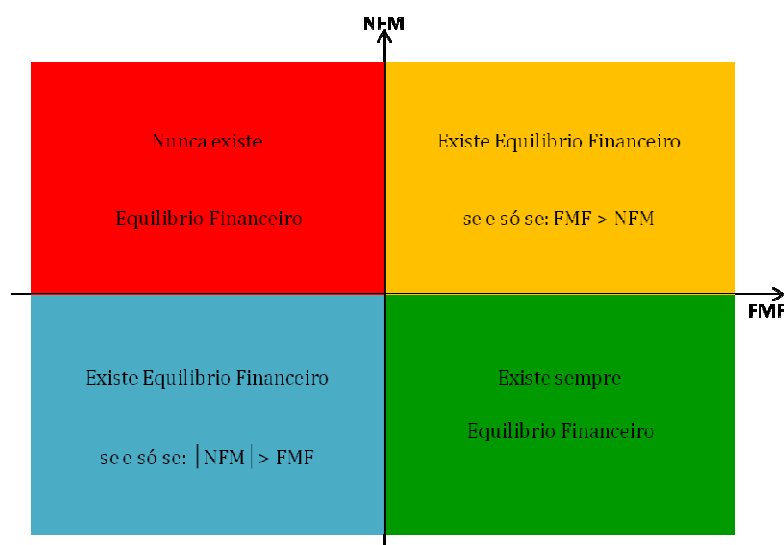


Figura 4: Condições de Equilíbrio Financeiro

Na Figura 4, onde estão representados os indicadores de estrutura (FMF e NFM) num eixo cartesiano, é facilmente verificável em que condições a STL se pode apresentar positiva.

Deste modo, a STL poderá resultar em valor positivo sempre que:

- I. O FMF tome um valor positivo e as NFM sejam negativas (situação representada a verde);
- II. O FMF resulte num valor positivo e as NFM, embora positivas, sejam inferiores ao FMF (situação representada a amarelo);
- III. O FMF apresente um valor negativo, ao mesmo tempo que as NFM ainda se apresentam mais negativas (situação representada a azul).

A STL é sempre negativa (representando uma área de impossibilidade de existência de equilíbrio financeiro a vermelho), na presença de um FMF negativo e de NFM positivas.

Componentes	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ACTIVO FUNCIONAL						
Activo Fixo	393.223	333.980	541.492	500.427	497.086	602.666
Necessidades Cíclicas	16.417	37.653	318.564	331.834	351.341	378.365
Tesouraria Activa	21.230	8.804	15.732	22.362	1.718	17.020
Total Activo Funcional	430.871	380.437	875.789	854.622	850.145	998.050
PASSIVO FUNCIONAL						
Fundos Próprios	226.181	199.405	112.809	45.246	71.602	79.713
Endividamento Estável	138.445	83.766	89.716	436.345	436.400	488.623
Recursos Cíclicos	37.620	56.332	579.815	214.190	230.025	281.686
Tesouraria Passiva	28.626	40.937	93.448	158.842	112.119	148.027
Total Passivo Funcional	430.871	380.437	875.789	854.622	850.145	998.050

(Valores em €: euros)

Quadro 10: Balanço Funcional - Federação de Triatlo de Portugal

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Fundo de Maneio Funcional (FMF)	-28.598	-50.810	-338.967	-18.836	10.916	-34.329
Necessidade de Fundo de Maneio (NFM)	-21.203	-18.679	-261.251	117.644	121.316	96.678
Situação de Tesouraria Líquida (STL)	-7.396	-32.131	-77.715	-136.480	-110.401	-131.008

(Valores em €: euros)

Quadro 11: Indicadores de Estrutura - Federação de Triatlo de Portugal

	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Activo Fixo	-15,07%	62,13%	-7,58%	-0,67%	21,24%
Recursos Estáveis	-22,34%	-28,48%	137,79%	5,48%	11,88%
Necessidades Cíclicas	129,35%	746,05%	4,17%	5,88%	7,69%
Recursos Cíclicos	49,74%	929,29%	-63,06%	7,39%	22,46%

(Valores em €: euros)

Quadro 12: Agregados do Balanço Funcional (Variações) - FTP

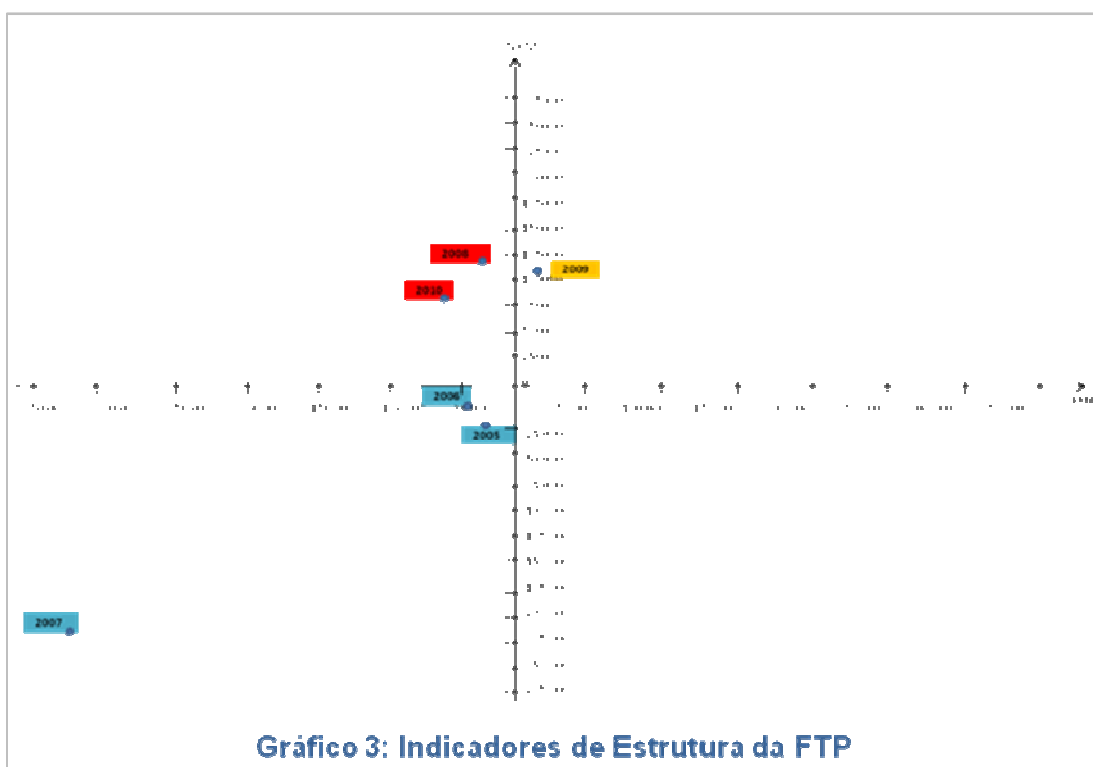
Iniciando a análise pela verificação dos resultados obtidos para a FTP relativamente aos valores assumidos para a STL (Quadro 11), facilmente constatamos que estamos na presença de uma situação de **desequilíbrio financeiro** ao longo de todo o período de tempo em análise (2005-2010), uma vez que o mesmo indicador apresenta sempre valores negativos. O ano de 2008 corresponde ao período económico em que a STL é mais agravada, embora até ao último ano em estudo (2010) a situação não apresente significativas melhorias.

Se analisarmos os sucessivos balanços funcionais da FTP (Quadro 10), em conjugação com a análise do Quadro 12, onde se encontram incluídas as variações percentuais dos agregados do Balanço Funcional da respectiva Federação, verificamos um conjunto de situações que merecem a nossa reflexão:

- 1) Na passagem do ano 2006 para o ano 2007, é registado um investimento, representando um crescimento de 62% ao nível do agregado do activo fixo. No mesmo período, contudo, é verificado um decréscimo ao nível dos recursos estáveis (-28%), significando um claro agravamento do FMF, no mesmo ano, no caso de não ser obtido da parte do ciclo de exploração suficientes recursos cíclicos, capazes não só de financiar as necessidades cíclicas, como também de atribuir a necessária cobertura financeira do investimento realizado no mesmo período económico. De facto, embora os recursos cíclicos (929%) tenham aumentado em maior proporção do que as necessidades cíclicas (746%), revelaram-se insuficientes para garantir a libertação de meios financeiros do ciclo de exploração capazes de cobrir o deficit de financiamento estável registado no ciclo de investimento.
- 2) Na passagem do ano 2007 para o ano 2008, existe um reforço de capitais (ou recursos) estáveis, que aumentam em 138%, por via do recurso ao endividamento a médio e longo prazo, e como o activo fixo se mantém sem grandes oscilações, vai permitir uma recuperação do FMF, deixando de ser tão negativo. Se no mesmo período tivesse havido uma manutenção dos recursos cíclicos (tal como se registou ao nível das necessidades cíclicas), a FTP não teria mantido uma situação de **desequilíbrio financeiro** em 2008. Ou seja, a quebra dos recursos cíclicos verificada em 2008 (-63%), em

conjugação com o ligeiro aumento registado nas necessidades cíclicas do mesmo ano (4%), provocaram uma necessidade de financiamento do ciclo de exploração (€: 117.644), que não poderia ser socorrida por um FMF negativo.

- 3) Do ano 2008 para o ano 2009, regista-se uma melhoria ao nível dos fundos próprios, uma vez que neste ano a FTP obteve novamente um resultado líquido positivo (o que já não acontecia desde 2005), e como não se efectuaram investimentos, o FMF passou a ser positivo. Contudo, esta libertação de fundos estáveis excedentes ao investimento não foi suficiente para cobrir as necessidades de fundo maneio do ano 2009, fazendo permanecer a STL negativa.
- 4) No último período (de 2009 para 2010) regista-se novamente um investimento na ordem dos 21%, não compensado na totalidade pelo acréscimo registado nos recursos estáveis (12%), provocando novamente uma pressão sobre o ciclo de exploração no sentido de garantir meios financeiros libertos suficientes para cobrir o FMF negativo. Como tal não acontece, permanecendo o ciclo de exploração em situação de necessidade de financiamento, a STL acaba por se manter ainda um pouco mais negativa.



No gráfico 3 (e em comparação com a Figura 4), facilmente se constata que a FTP esteve maioritariamente numa situação de dependência financeira do ciclo de investimento face ao ciclo de exploração, nomeadamente de 2005 a 2007. Como neste período o ciclo de exploração não libertou os fundos financeiros suficientes à cobertura do financiamento do investimento, a FTP encontrou-se em situação de **desequilíbrio financeiro**. Em 2008 e 2010 a Federação de Triatlo de Portugal apresenta valores para os indicadores de estrutura do Balanço Funcional em zonas de impossibilidade de equilíbrio financeiro.

Nos quadros 13, 14 e 15 são apresentados os resultados obtidos para a FPA.

Componentes	2005	2006	2007	2008	2009
ACTIVO FUNCIONAL					
Activo Fixo	983.955	940.965	1.002.783	978.007	850.905
Necessidades Cíclicas	681.614	534.448	322.732	416.777	297.605
Tesouraria Activa	536.144	124.734	396.428	12.034	111.650
Total Activo Funcional	2.201.713	1.600.146	1.721.944	1.406.818	1.260.159
PASSIVO FUNCIONAL					
Fundos Próprios	514.972	467.245	420.033	361.243	-102.791
Endividamento Estável	340.903	328.872	485.881	416.730	377.424
Recursos Cíclicos	1.169.109	645.146	465.421	411.535	796.253
Tesouraria Passiva	176.731	158.883	350.609	217.310	189.273
Total Passivo Funcional	2.201.713	1.600.146	1.721.944	1.406.818	1.260.159

(Valores em €: euros)

Quadro 13: Balanço Funcional - Federação Portuguesa de Atletismo

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009
Fundo de Maneio Funcional	-128.080	-144.848	-96.869	-200.034	-576.272
Necessidade de Fundo de Maneio	-487.495	-110.698	-142.688	5.242	-498.648
Situação de Tesouraria Liquida	359.415	-34.150	45.820	-205.276	-77.624

(Valores em €: euros)

Quadro 14: Indicadores de Estrutura - Federação Portuguesa de Atletismo

	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Activo Fixo	-4,37%	6,57%	-2,47%	-13,00%
Recursos Estáveis	-6,98%	13,79%	-14,12%	-64,70%
Necessidades Cíclicas	-21,59%	-39,61%	29,14%	-28,59%
Recursos Cíclicos	-44,82%	-27,86%	-11,58%	93,48%

(Valores em €: euros)

Quadro 15: Agregados do Balanço Funcional (Variações) - FPA

Pela análise dos resultados expostos no Quadro 14, verificamos uma constante negatividade ao nível do FMF da Federação Portuguesa de Atletismo, significando uma total dependência dos fundos financeiros libertados pelo ciclo de exploração na cobertura do necessário financiamento dos investimentos realizados ao longo de todo o período em estudo.

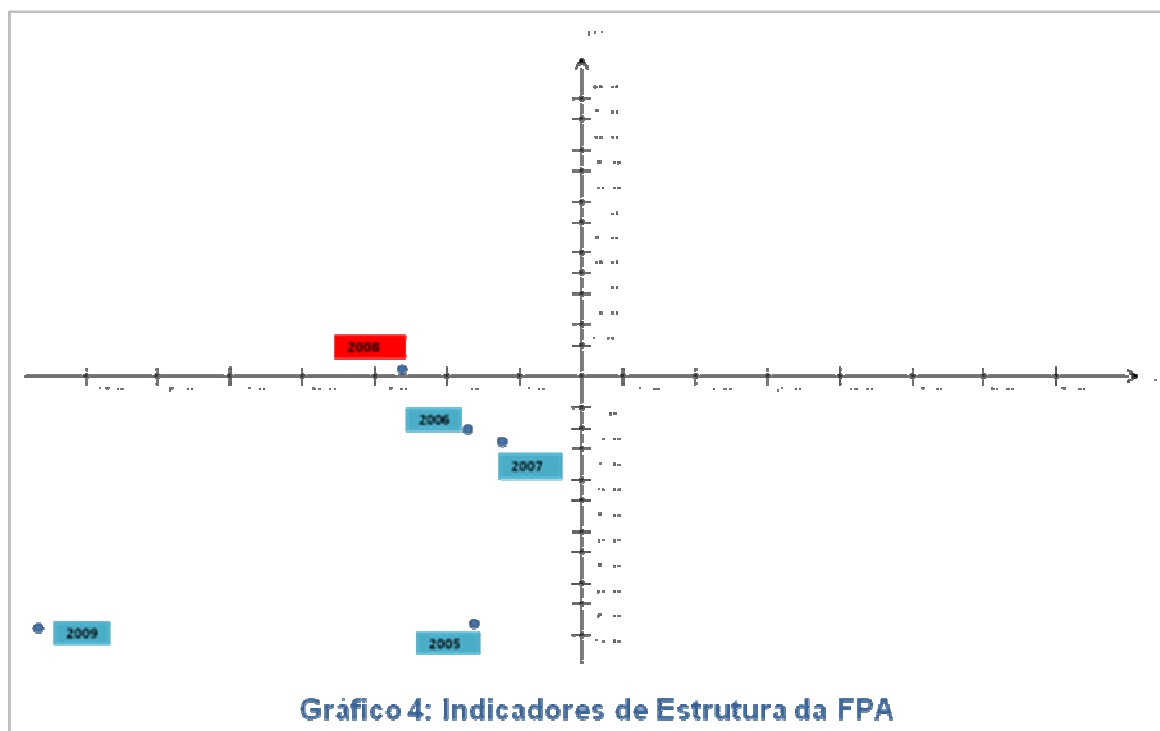
Nesta sequência, nos anos 2005 e 2007 a STL apresentou-se positiva, garantido a existência de equilíbrio financeiro, exactamente porque foi possível a libertação de recursos cíclicos suficientes para cobrir não só as necessidades do ciclo de exploração, como ainda o financiamento do investimento realizado não coberto por fundos estáveis. Nos restantes anos (2006, 2008 e 2009), tal não sucedeu, registando-se valores negativos da STL e consequentemente, desequilíbrio financeiro.

Das várias ocorrências que levaram a tal verificação, sublinhamos as seguintes:

- 1) Do ano 2005 para o ano 2006, apesar das necessidades cíclicas terem diminuído (22%), como os recursos cíclicos diminuíram ainda mais (45%), houve um decréscimo na capacidade de financiamento do ciclo de exploração, face ao primeiro ano, o que resultou num apuramento de STL negativa.
- 2) Na passagem do ano 2006 para 2007, há uma melhoria dos recursos estáveis (por via do aumento do endividamento a médio/longo prazo), superior ao ligeiro aumento registado ao nível do investimento (14% face

a 7%), desagravando o FMF. Ao mesmo tempo, como as necessidades cíclicas diminuíram ainda mais do que os recursos cíclicos (-40% face a -28%), permitiram uma maior libertação de fundos financeiros por parte do ciclo de exploração, originando uma STL positiva.

- 3) Do ano 2007 para 2008, o FMF torna-se mais negativo, sobretudo por via da diminuição registada ao nível dos fundos próprios, uma vez que a organização desportiva em análise obteve em 2008 um prejuízo económico de €: 43. 198, não compensado pela entrada de endividamento a médio/longo prazo como no ano anterior. Simultaneamente, o ciclo de exploração também passa a ter necessidade de ser financiado, uma vez que as necessidades cíclicas aumentam em 29%, enquanto que os recursos cíclicos diminuem em 12%. Desta evolução conjunta, resultou um vertiginoso agravamento da STL da FPA no ano 2008.
- 4) No último período em estudo (2008 para 2009), registamos um défice de financiamento do investimento por parte dos recursos estáveis superior ao registado em todo o período anterior. Esta situação de agravamento do FMF é devida ao enorme prejuízo económico obtido em 2009, aproximadamente de €: 464.000, fazendo cair os fundos próprios para valores negativos. Quer isto dizer que o ciclo de exploração teria que ser capaz de cobrir não só as próprias necessidades de financiamento, como o financiamento do investimento e ainda o financiamento dos fundos próprios. Apesar das necessidades cíclicas terem diminuído (29%) e os recursos cíclicos terem aumentado em 93%, a STL apresentou-se negativa, espelhando uma situação de desequilíbrio financeiro.



Pela análise do Gráfico 4, onde estão representados os valores obtidos pela FPA ao nível da STL nos anos analisados, facilmente se verifica uma tendência de elevada dependência financeira do ciclo de investimento face ao ciclo de exploração. Como nos anos de 2006, 2008 e 2009 o ciclo de exploração não libertou os fundos financeiros suficientes à cobertura do financiamento do investimento, a FPA encontrou-se em situação de **desequilíbrio financeiro**.

ANOS	STL FTP	Activo Líquido FTP	STL/AL FTP	STL FPA	Activo Líquido FPA	STL/AL FPA
2005	-7.396	430.871	-1,72%	359.415	2.201.713	16,32%
2006	-32.131	380.437	-8,45%	-34.150	1.600.146	-2,13%
2007	-77.715	875.789	-8,87%	45.820	1.721.944	2,66%
2008	-136.480	854.622	-15,97%	-205.276	1.406.818	-14,59%
2009	-110.401	850.145	-12,99%	-77.624	1.260.159	-6,16%

(Valores em €: euros)

Quadro 16: Situação de Tesouraria Líquida - Comparação

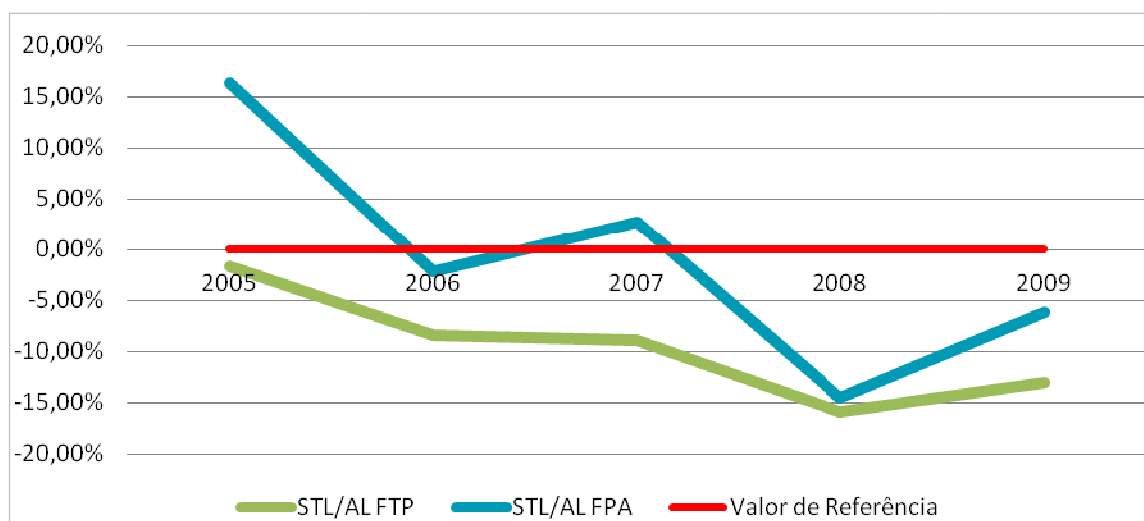


Gráfico 5: Evolução da Situação de Tesouraria Líquida

No Quadro 16 e no Gráfico 5 podem ser observados os valores do rácio obtido pelo quociente entre a Situação de Tesouraria Líquida e o Activo Líquido de cada Federação para os anos em estudo (2005-2009). Deste modo, podemos comparar os resultados obtidos entre si. Verificamos uma tendência para o agravamento da STL em ambas as Federações desportivas em análise, relevando uma grande preocupação ao nível do equilíbrio financeiro.

4. Uma Interligação de Dados Desportivos e Económico-Financeiros

4.1. A evolução dos Custos e dos Proveitos das Federações

Como indicam Baptista & Andrade (2004), o objectivo principal de uma Federação desportiva não se confunde com aquele que é normalmente prosseguido por uma empresa, nem o poderia ser, uma vez que estas são organizações sem fins lucrativos. Não obstante, estas organizações terão sempre de procurar efectuar uma gestão eficiente dos recursos disponíveis, de assegurar a existência de equilíbrio financeiro e de não acumular prejuízos ao longo de vários anos, de forma a garantir o desenvolvimento saudável das suas actividades.

Como tal, iremos agora realizar uma análise da evolução dos proveitos e custos das Federações, tentando também analisar a relação entre essas variáveis e o número de filiados.

É importante conhecer a estrutura de afectação de custos e proveniências dos proveitos de uma organização, ao longo de determinado período de tempo, para se ter uma ideia geral da evolução da sua rendibilidade.

	Federação de Triatlo de Portugal					Federação Portuguesa de Atletismo				
	2005	2006	2007	2008	2009	2005	2006	2007	2008	2009
Custos Totais	808.542	1.032.430	1.868.486	1.749.648	1.290.235	3.745.979	4.418.712	4.319.895	4.891.085	5.327.907
Varição Percentual		27,7%	81,0%	-6,4%	-26,3%		18,0%	-2,2%	13,2%	8,9%
Proveitos Totais	835.214	1.003.438	1.781.891	1.682.085	1.316.591	3.665.636	4.370.985	4.272.682	4.847.887	4.863.873
Varição Percentual		20,1%	77,6%	-5,6%	-21,7%		19,2%	-2,2%	13,5%	0,3%

(Valores em €: euros)

Quadro 17: Evolução dos Custos e Proveitos

O quadro 17 dá-nos a evolução da totalidade dos custos e proveitos para as Federações de Triatlo de Portugal e da Federação Portuguesa de Atletismo, para o período de 2005-2009.

A nível da Federação de Triatlo de Portugal, verificou-se uma superioridade dos custos face aos proveitos, à excepção dos anos de 2006 e 2009, onde esta Federação apresentava um saldo positivo a nível dos proveitos.

Em 2007 registou-se a maior variação a nível dos custos (81%) e dos proveitos (77,6%). Nos anos seguintes, os custos e proveitos sofreram uma quebra consecutiva no seu crescimento, embora essa se sentisse um pouco mais a nível dos custos.

Na Federação Portuguesa de Atletismo, observou-se que a evolução dos custos e dos proveitos foi sempre bastante semelhante, em termos de taxas de variação, tendo se registado um maior crescimento a nível dos proveitos nos anos de 2006 e 2008. Em 2007, a FPA registou uma quebra a nível dos custos e dos proveitos que, por ter sido igual percentual (2,2%) não causou grandes deteriorações a nível dos resultados obtidos.

No ano 2009, esta situação de equilíbrio inverteu-se, pois o aumento dos custos foi bastante superior ao dos proveitos, que parecem ter estagnado, relativamente ao ano anterior, 2008. Este aumento percentual dos custos da Federação foi de tal maneira superior ao dos proveitos que agravou bastante uma situação que estava bastante equiparada até então. Na análise anteriormente efectuada do equilíbrio financeiro, esta situação de agravamento também foi retratada.

Se relacionarmos o número de filiados que cada uma das Federações tinha no final de cada ano em estudo, e os seu custos/proveitos, poderemos saber qual o custo/proveito unitário de cada atleta para a sua Federação, e avaliar a sua evolução.

Os quadros 18 e 19 apresentam-nos a evolução dos proveitos da Federação de Triatlo de Portugal e da Federação Portuguesa de Atletismo face ao número de filiados, no período de 2005 a 2009.

Pela análise do quadro 19, relativo à evolução dos proveitos face ao número de filiados da FTP verifica-se que, o valor do proveito por filiado está directamente relacionado com a evolução dos proveitos da Federação. Como tal, nos anos em que

esta apresentou um crescimento nos seus proveitos, o valor que cada triatleta lhe acrescenta também aumentou, mesmo quando também se registou o aumento do número de filiados. Quando o valor dos proveitos apresentou uma quebra, o valor do proveito por filiado também diminuiu.

O ano 2008, foi aquele em que o valor dos proveitos por filiado da FTP foi mais elevado (€: 2.106), coincidindo com o ano em que a organização apresentou um maior crescimento a nível de proveitos (77%).

	2005	2006	2007	2008	2009
Proveitos Totais	835.214	1.003.438	1.781.891	1.682.085	1.316.591
Número de Filiados	678	713	846	976	1188
Proveitos por Filiado	1.232	1.407	2.106	1.723	1.108

(Valores em €: euros)

Quadro 18: Evolução dos Proveitos face ao Número de Filiados – FTP

No caso da Federação Portuguesa de Atletismo, verificou-se uma tendência para a diminuição do valor dos proveitos por filiado no período em estudo (2005-2009), à excepção do ano 2006, quando este cresceu cerca de 12%.

Nos restantes anos, perante um acréscimo dos proveitos da FPA e um aumento do número de filiados, verifica-se uma redução no valor dos proveitos por atleta.

	2005	2006	2007	2008	2009
Proveitos Totais	3.665.636	4.370.985	4.272.682	4.847.887	4.863.873
Número de Filiados	10760	11468	11954	13576	14472
Proveitos por Filiado	341	381	357	357	336

(Valores em €: euros)

Quadro 19: Evolução dos Proveitos face ao Número de Filiados – FPA

Os quadros 20 e 21 apresentam-nos a evolução dos custos da Federação de Triatlo de Portugal e da Federação Portuguesa de Atletismo face ao número de filiados, no período de 2005 a 2009.

A relação de directa proporcionalidade constatada para a evolução dos proveitos face ao número de filiados da FTP, também se verifica no caso dos custos. De 2005 a 2007, anos em que se registou um crescimento no valor dos custos, foram também os anos onde o valor do custo por filiado aumentou.

Em oposição, a partir de 2008 os custos da FTP sofreram uma quebra no seu crescimento, tendência que foi acompanhada pelo valor do custo por filiado, que também diminuiu.

	2005	2006	2007	2008	2009
Custos Totais	808.542	1.032.430	1.868.486	1.749.648	1.290.235
Número de Filiados	678	713	846	976	1188
Custos por Filiado	1.193	1.448	2.209	1.793	1.086

(Valores em €: euros)

Quadro 20: Evolução dos Custos face ao Número de Filiados – FTP

A nível dos custos da FPA observa-se uma evolução um pouco inconstante, uma vez que o aumento dos custos varia de ano para ano, crescendo nuns e diminuindo noutros. Contudo, não se verificam grandes oscilações a nível do valor do custo por filiado entre 2005 e 2009. O valor mais elevado de custo por filiado registado foi em 2006 (€: 385).

	2005	2006	2007	2008	2009
Custos Totais	3.745.979	4.418.712	4.319.895	4.891.085	5.327.907
Número de Filiados	10760	11468	11954	13576	14472
Custos por Filiado	348	385	361	360	368

(Valores em €: euros)

Quadro 21: Evolução dos Custos face ao Número de Filiados – FPA

Comparando os resultados das duas Federações, podemos concluir que os valores verificados no Triatlo são bastante elevados comparativamente aos do

Atletismo. Tal situação pode ser explicada pelo número de filiados que cada uma das organizações possui (por exemplo, em 2009 a FTP apresentava 1.188 filiados contra 14.472 da FPA), e pela grande diferença dos valores dos proveitos e de custos que cada Federação suporta (€: 1.290.235 de custos na FTP, em 2009, face a €: 5.327.907 da FPA).

4.2. Ensaio para a criação de um Indicador Desportivo

4.2.1. A construção do Índice de Alta Competição do Triatlo

Tendo em conta que o objectivo de uma Federação Desportiva passa por promover a formação de jovens desportistas, fomentar o desenvolvimento do desporto de alta competição da modalidade, organizar a preparação e participação desportivas das selecções nacionais, entre outros, é importante que se avalie os resultados obtidos nas diferentes vertentes e se realize um diagnóstico periódico. Só assim é possível avaliar se os métodos e caminhos adoptados são os mais adequados para atingir os objectivos propostos.

De acordo com Baptista & Andrade (2004), a avaliação dos resultados desportivos pode ser feita segundo diversas ópticas, como o fomento e o desenvolvimento da modalidade verificados, o impacto da prática da modalidade junto da população e, entre outros, as classificações obtidas pelos atletas da modalidade nas provas internacionais. Neste estudo, optou-se por realizar um ensaio de índice desportivo de alta competição para o Triatlo.

Para a construção deste índice, é necessário estabelecer-se qual ou quais as categorias de alta competição a considerar. Neste caso, apenas se contabilizou o escalão de Elite, pois a nível de *ranking* internacional, elaborado pela *International Union Triathlon*, é a única categoria contemplada.

Iniciou-se a construção do índice com a análise dos resultados obtidos pelos melhores triatletas da Federação de Triatlo de Portugal, femininos e masculinos, no escalão de Elite e de acordo com o *ranking* da *International Union Triathlon* para cada um dos anos em estudo.

Para a sua criação, passaram-se os resultados obtidos para uma base 100, visto que o número de triatletas classificados no *ranking* varia de ano para ano e, calculou-se a respectiva média, para cada género. Por fim, fez-se também uma média dos valores obtidos para o escalão masculino e escalão feminino, para obtermos o Índice de Alta Competição.

Classificação Média de Triatletas por Sexo	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Elite Masculina	38	36	64	51,5	40,5	40
Elite Feminina	3	1	1	3	0	61
Índice de Alta Competição do Triatlo	20,5	18,5	32,5	27,25	20,25	50,5
Índice Invertido Alta Competição do Triatlo	79,5	81,5	67,5	72,75	79,75	49,5

Quadro 22: Índice de Alta Competição do Triatlo

O quadro 16 apresenta-nos o Índice de Alta Competição do Triatlo, no período entre 2005 e 2010. Partindo do princípio que quanto melhor classificado no *ranking*, menor é a sua posição na hierarquia internacional, quanto menor for o índice de alta competição, melhor é a média de classificações dos atletas a nível internacional. Ou, em alternativa, o Índice Invertido de Alta Competição do Triatlo, obtido pela diferença do Índice tendo em conta a unidade, e nesse caso, quanto maior o valor assumido, melhor o resultado desportivo da modalidade.

Das classificações verificadas nos anos em estudo, destacam-se as classificações de Vanessa Fernandes que entre 2005 e 2008 se manteve sempre nas 3 primeiras classificações do *ranking* internacional. Entre 2009 e 2010, a atleta fez uma pausa na sua carreira, razão pela qual a classificação média feminina piorou. Ao nível da média masculina, os triatletas portugueses que se posicionaram entre os 100 melhores do Mundo foram Bruno Pais, que teve em 2006 a sua melhor classificação (11^a Posição), Daniel Marques, que terminou 2010 na 49^a Posição, e João Silva, que atingiu o seu melhor posicionamento também em 2010, como número 12 do Mundo.

Nesta sequência, através da análise do Quadro 22, podemos verificar que o índice de alta competição de Triatlo, em 2010, foi o que representou o pior resultado desportivo no período de tempo estudado, sendo o mais elevado (50,5) no período de 2005 a 2009. Significa, portanto, que em 2010, em média, os atletas de alta competição da Federação de Triatlo de Portugal ficaram em lugares desportivos inferiores em comparação com os restantes anos de 2005 a 2009.

4.2.2. Indicadores de Eficiência Económico-Desportiva

Para se realizar um estudo da eficiência económico-desportiva de uma Federação, é necessário criar um conjunto de indicadores capazes de auferir sobre a eficiência e a rendibilidade dos resultados desportivos destas organizações (Baptista & Andrade, 2004). Segundo os autores, esses resultados devem ser apreciados através de um cruzamento entre dois vectores indispensáveis: um primeiro vector, respeitante aos resultados alcançados a nível desportivo; e um segundo vector, que terá de assentar nos resultados financeiros/económicos.

Perante isto, vamos em seguida relacionar os resultados obtidos pelo Índice de Alta Competição do Triatlo, apresentados anteriormente, com os proveitos recebidos para a Alta Competição provenientes do Instituto do Desporto de Portugal, construindo assim um indicador de eficiência económico-desportiva, na óptica do investimento público na alta competição da modalidade desportiva em análise.

O Quadro 23 permite-nos identificar em que sentido é que a eficiência económico-desportiva da Alta Competição evoluiu, entre os anos 2008 e 2010, na aceção do financiador público (IDP), por via das participações financeiras efectuadas para a vertente da Alta Competição do Triatlo, concedidas pelo Instituto do Desporto de Portugal.

Para a construção deste indicador de eficiência económico-desportiva, foi considerado o Índice Invertido da Alta Competição do Triatlo, que apresenta melhores resultados quanto maior for o valor assumido em cada ano, e o montante das participações financeiras transferidas pelo Instituto do Desporto de Portugal.

Por falta de informação disponível, relativamente às participações do Instituto do Desporto de Portugal para a Alta Competição do Triatlo em alguns anos, este indicador de eficiência apenas foi estimado para os anos de 2008, 2009 e 2010.

Eficiência Económico-Desportiva Investimento Público	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Comparticipação IDP - Alta Competição				340.600	348.981	336.640
Índice Invertido Alta Competição do Triatlo	79,5	81,5	67,5	72,75	79,75	49,5
Indicador Eficiência Económico-Desportiva Investimento IDP				4.682	4.376	6.801

(Valores em €: euros)

Quadro 23: Indicadores de Eficiência Económico-Desportiva da Alta Competição - FTP

Pela análise dos resultados apresentados no Quadro 23, verificamos que houve uma melhoria do indicador de eficiência económico-desportiva entre 2008 e 2009, de cerca de 6%. Este aumento de eficiência resulta de uma melhoria dos resultados desportivos alcançados pelos triatletas portugueses, apesar de acompanhada de um aumento na ordem dos 2,4% referente ao montante transferido pelo Instituto do Desporto de Portugal.

De 2009 para 2010, constatou-se que os valores transferidos pelo IDP para a Alta Competição de Triatlo sofreram uma redução de 3,5%, e que a média das classificações dos triatletas portugueses a nível internacional também piorou, o que originou uma grande perda de eficiência económico-desportiva. Cada ponto alcançado pelo Índice Desportivo de Alta Competição do Triatlo passou a custar €: 6.801 face aos verificados em 2009 (€: 4376) e em 2008 (€: 4682). Entre 2008 e 2010 registou-se uma perda de eficiência por parte do Instituto do Desporto de Portugal de cerca de 45%.

5. Considerações Finais

Neste capítulo são apresentadas as conclusões verificadas em função dos objectivos gerais e específicos formulados na introdução e na metodologia.

Sobre o objectivo geral desta dissertação, segundo o qual se pretendia analisar o efeito das decisões financeiras tomadas na Federação de Triatlo de Portugal e na Federação Portuguesa de Atletismo sobre o Equilíbrio Financeiro das mesmas organizações desportivas ao longo do período de tempo entre 2005 e 2010, decidimos aplicar duas metodologias da ciência das finanças empresariais que analisam o equilíbrio financeiro organizacional (clássica e funcional) de modo a garantir uma maior confiança aos resultados obtidos.

Como foi mencionado anteriormente, e verificado na discussão de resultados, a condição necessária e indispensável para determinar o equilíbrio financeiro é diferente para a Teoria Tradicional e a Teoria Funcional. De acordo com a Teoria Tradicional para que uma organização esteja em equilíbrio financeiro deve apresentar um fundo de maneo positivo, indicador que nos dá uma ideia geral da sua margem de segurança. Contudo, este por si só, não tem grande valor a nível de conclusões. A análise do fundo de maneo deve ser acompanhada de avaliação dos resultados dos rácios de liquidez e de financiamento, de modo a aferir aspectos relacionados o risco financeiro que, por sua vez, está directamente relacionado com a estrutura e a dimensão do endividamento.

Na Teoria Funcional uma organização está em situação de equilíbrio financeiro se apresentar uma situação de tesouraria líquida nula ou positiva ($STL \geq 0$), independentemente se os valores do fundo de maneo funcional (FMF) são negativos ou positivos. Importante é que, caso o FMF seja negativo, haja excedentes financeiros proporcionados pelo ciclo de exploração capazes de financiar a parte do activo fixo não coberta por fontes de financiamento de médio/longo prazo (isto é, fundos próprios e endividamento estável).

Na análise do equilíbrio financeiro segundo a Teoria Tradicional, verificou-se que a Federação de Triatlo de Portugal apresentava um fundo de maneo positivo nos anos 2005, 2008, 2009 e 2010, o que espelha a existência de uma margem de

segurança financeira, demonstrando que a Federação tem condições para assegurar o financiamento de activos de curto prazo através de recursos estáveis (capitais próprios e empréstimos financeiros obtidos de médio/longo prazo).

Em 2006 e 2007, constatou-se uma certa margem de insegurança financeira, representada por valores de fundo de maneiio negativos, ou seja, os capitais permanentes à disposição da gestão da organização foram insuficientes para fazer face à globalidade dos investimentos neste período. Verificou-se também em 2006 e 2007 um aumento do endividamento da empresa, que se vem mantendo até 2010.

A análise dos rácios de liquidez da Federação de Triatlo de Portugal, demonstrou o mesmo cenário de degradação financeira de curto prazo desta organização desportiva entre 2006 e 2007, anos em que se denota uma escassez de liquidez. Contudo, verificou-se que, apesar disso, a Federação de Triatlo de Portugal possui, de certo modo, meios financeiros que podem, se necessário, pagar parte das suas obrigações, confirmados pelo rácio de liquidez imediata.

No período em estudo (2005-2010), constatou-se que a Federação de Triatlo de Portugal tem vindo a perder autonomia financeira, situação originada, em parte, pelo aumento do seu endividamento e pela obtenção de prejuízos económicos (com elevado impacto no último ano analisado), espelhados directamente na sua margem de auto financiamento bastante reduzida. Tal como se verificou anteriormente, os anos de 2006 e 2007 foram os piores anos deste período e, desde então esta organização desportiva tem tido algumas dificuldades em melhorar a sua situação financeira e garantir o equilíbrio financeiro.

Em 2007 e 2008 denotou-se uma incapacidade da Federação de Triatlo de Portugal para fazer face aos respectivos encargos financeiros através da sua exploração, o que demonstra uma situação de elevado risco financeiro. Este cenário é agravado na medida em que existe a reincidência do facto no ano 2010.

A Federação Portuguesa de Atletismo, por sua vez, apresenta sempre valores de fundo de maneiio negativos, o que significa que, segundo a teoria clássica, está em desequilíbrio financeiro no período em estudo (2005-2009). Verificou-se também que existe uma tendência de agravamento deste indicador, que se apresenta cada vez

mais negativo e suscita a hipótese de dificuldades acrescidas em assegurar o financiamento dos investimentos realizados pela Federação. O nível de preocupação é acrescido na medida em que é denotada uma perda de autonomia financeira total no último ano analisado, originando uma subida abrupta de endividamento para fazer face à cobertura do activo e da parte negativa dos capitais próprios.

Em 2009, observa-se o pior cenário do período estudado para a Federação Portuguesa de Atletismo, pois os capitais próprios atingem valores negativos, o que indica uma vivência de falência técnica por esta organização desportiva, justificando a obtenção do rácio de solvabilidade e do rácio de estrutura de capitais estáveis negativos, no mesmo ano. Como consequência dos prejuízos económicos elevados no último ano analisado, esta organização desportiva perdeu também a escassa margem de auto financiamento que dispunha nos anos anteriores (2005-2008), passando ainda a demonstrar uma total falta de capacidade financeira para cobrir os encargos financeiros anteriormente assumidos, situação denotada pela obtenção do rácio de cobertura dos encargos financeiros e do período de reembolso negativos.

Ainda de acordo com esta teoria, a Federação Portuguesa de Atletismo tem demonstrado uma tendência de perda de liquidez para fazer face aos compromissos assumidos pelo seu passivo de curto prazo, com o passar dos anos, situação que confirma os resultados obtidos pela análise do fundo de maneiio, ou seja, a FPA vive uma situação de desequilíbrio financeiro. Esta situação ainda é mais preocupante na medida em que a maioria das suas dívidas têm vencimento no curto prazo, originando graves pressões sobre a tesouraria; situação que é ilustrada pelo elevado rácio de estrutura do endividamento de curto prazo ao longo de todo o período analisado e atingindo quase os 100% no último ano (2009).

Segundo a Teoria Funcional, constatou-se que ambas as Federações se encontram em situação de desequilíbrio financeiro, pois no período estudado, as suas STL foram negativas.

No caso da Federação de Triatlo de Portugal, os resultados do FMF foram sempre negativos, à excepção do ano 2009, o que obrigava, para se verificar uma situação de equilíbrio financeiro, que o ciclo de exploração teria que gerar

excedentes capazes de financiar a parte do activo não coberta por fontes de financiamento, situação que não aconteceu. Como tal, esta Federação apresentou sempre STL negativa, evidenciando uma situação de desequilíbrio financeiro.

O período económico de 2008 foi o ano em que STL é mais agravada, embora até ao último ano em estudo (2010) a situação não apresente significativas melhorias. Em 2009, foi o único ano em que a Federação de Triatlo de Portugal apresentou um FMF positivo, devido a uma melhoria ao nível dos fundos próprios, em consequência de um resultado líquido positivo (o que já não acontecia desde 2005). Contudo, esta libertação de fundos estáveis excedentes ao investimento não foi suficiente para cobrir as necessidades de fundo maneio do ano 2009 e, como tal a STL manteve-se negativa.

Na Federação Portuguesa de Atletismo, verificou-se uma total dependência dos fundos financeiros libertados pelo ciclo de exploração na cobertura do necessário financiamento dos investimentos realizados ao longo de todo o período em estudo, situação originada por valores de FMF constantemente negativos. Contudo, nos anos 2005 e 2007 foi possível a libertação de recursos cíclicos suficientes para cobrir não só as necessidades do ciclo de exploração, como ainda o financiamento do investimento realizado não coberto por fundos estáveis, o que permitiu a existência de uma STL positiva, garantido a existência de equilíbrio financeiro. Nos restantes anos (2006, 2008 e 2009), tal não sucedeu, e as NFM da Federação foram sempre negativas e incapazes de fazer face às necessidades do FMF relacionadas com a sua actividade operacional da Federação Portuguesa de Atletismo. Esta situação levou a que a Federação Portuguesa de Atletismo registasse valores negativos da STL e consequentemente, uma situação de desequilíbrio financeiro.

Sobre a evolução dos custos e proveitos das organizações, constatou-se que:

- 1) A Federação de Triatlo de Portugal apresentou sempre custos superiores aos proveitos, à excepção dos anos de 2006 e 2009, quando registou um saldo positivo a nível dos proveitos. Em 2008 e 2009, os custos e proveitos

sofreram uma quebra consecutiva no seu crescimento, embora esta se sentisse mais a nível dos custos.

- 2) Na Federação Portuguesa de Atletismo, observou-se que a evolução dos custos e dos proveitos foi sempre bastante semelhante, em termos de taxas de variação, tendo se registado um maior crescimento a nível dos proveitos nos anos de 2006 e 2008. Em 2007, a FPA registou uma quebra a nível dos custos e dos proveitos que, por ter sido em igualdade percentual (2,2%) não causou grande deterioração a nível dos resultados obtidos. No ano 2009, esta situação de equilíbrio inverteu-se, pois o aumento dos custos foi bastante superior ao dos proveitos, que parecem ter estagnado, relativamente ao ano anterior, 2008.

Da relação entre o número de filiados que cada uma das Federações tinha no final de cada ano em estudo, e os seus custos/proveitos, verificou-se que:

- 1) Para a Federação de Triatlo de Portugal, o valor do proveito/custos por filiado está directamente relacionado com a evolução dos proveitos/custos da Federação. Como tal, nos anos em que esta apresentou um crescimento nos seus proveitos, o valor que cada triatleta lhe acrescenta também aumentou, mesmo quando também se registou o aumento do número de filiados. Quando o valor dos proveitos registou uma quebra, o valor do proveito por filiado também diminuiu. De 2005 a 2007, anos em que se verificou um crescimento no valor dos custos, foram também os anos onde o valor do custo por filiado aumentou.
- 2) Para a Federação Portuguesa de Atletismo, verificou-se uma tendência para a diminuição do valor dos proveitos por filiado no período em estudo (2005-2009), à excepção do ano 2006, quando este cresceu cerca de 12%. A nível do custo por filiado, este não oscilou muito entre 2005-2009, tendo atingido o valor mais elevado em 2006.

A nível do índice desportivo de alta competição para o Triatlo, este tem oscilado bastante ao longo dos anos estudados, sendo que entre 2009 e 2010 foi

quando se verificou a descida mais acentuada na média da classificação internacional dos triatletas portugueses.

Segundo o indicador de eficiência económico-desportiva concebido para avaliar a Alta Competição, verificou-se uma grande perda de eficiência por parte do IDP em 2010, face aos anos anteriores. Nesse ano, cada ponto alcançado pela Alta Competição custa €: 6.801 para o Instituto do Desporto de Portugal, aproximadamente mais “caro” em 55% face ao ano anterior.

Bibliografia

- Baptista, M., & Andrade, P. (2009). Estudo sobre o (des)equilíbrio financeiro da primeira década do Sporting, Sociedade Desportiva de Futebol, SAD. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 9(2) 133-142.
- Baptista, M., & Andrade, P. (2004). Organizações Desportivas: Um Contributo para uma Nova Atitude. *Revista POVOS e Culturas*, 9, Cultura e Desporto, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 81-120. (ISSN: 0873-5921).
- Borges, A., Rodrigues, A., & Morgado, J. (2007). Contabilidade e Finanças para a Gestão. 3ª Edição. Lisboa: Áreas Editora.
- Borges, A., & Rodrigues A., & Rodrigues, R. (2010) - Elementos de Contabilidade Geral. 25ª Edição. Lisboa: Áreas Editora.
- Carvalho das Neves, J. (2009). Análise Financeira – Técnicas Fundamentais. 2ª Edição. Alfragide: Texto Editora.
- Esperança, J. P., & Matias, F. (2009). Finanças Empresariais. 2ª Edição. Alfragide: Texto Editores.
- Ferreirinha, R. (2011). Os Três Grandes do Futebol Português: Que (Des) Equilíbrio Financeiro?. Mestrado em Gestão de Desporto, Faculdade de Motricidade Humana, UTL.
- Flyvbjerg, B. (2011) Case Study em Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 4ª Edição. Thousand Oaks, CA: Sage. 301-316.
- Gomes Mota, A., & Dâmaso Barroso, C., & Nunes, J.P., & Almeida Ferreira, M. (2010). Finanças da Empresa – Teoria e Prática. 3ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.

- Ludke, M. & André, M. (1986). *A Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Mota, A. G., & Custódio, C. (2008). *Finanças da Empresa – Manual de Informação, Análise e Decisão Financeira para Executivos*. 4ª Edição. Lisboa: Bnomics.
- Miller, D. & Friesen, P. H. (1982). The longitudinal analysis of organizations: a methodological perspective. *Management Science*, (28), 1013-1034.
- Moreira, J. (2001). *Análise Financeira de Empresas – Da Teoria à Prática*. 4ª Edição. Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto.
- Nabais, C., & Nabais, F. (2011). *Prática Financeira I – Análise Económica & Financeira*. 6ª Edição. Lisboa: Lidel.
- Pettigrew, A. M. (1990). Longitudinal field research on change: Theory and practice. *Organization Science*, (1), 267-292.
- Sá Silva, E. (2010). *Gestão Financeira – Análise de Fluxos Financeiros*. 3ª Edição. Porto: VidaEconómica.
- Schramm, W. (1971). Notes on case studies of instructional media projects. *Academy for Educational Development*, 5-8.
- Tomé, C. (2010). *Associativismo Desportivo: Uma Abordagem Financeira – Estudo de Caso: Análise Comparativa entre Dois Clubes da Região de Lisboa*. Mestrado em Gestão de Desporto, Faculdade de Motricidade Humana, UTL.
- Walsh, C. (2004). *Rácios Fundamentais da Gestão: Como analisar, comparar e controlar os números que determinam o valor da empresa*. 2ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Yin, R. C. (1981). The Case Study crisis: some answer. *Administrative Science Quarterly*. *Cornell University* (26).

Sites Consultados:

- Moreira, João (2008). Origem do desporto e a sua evolução. *Blogue do Desporto*. Retirado a 29 de Novembro de 2011 de <http://joamoreira.bloguedesporto.com/9218/Origem-do-desporto-e-a-sua-evolucao>.
- Federação de Triatlo de Portugal (2010). A Federação – Relatórios e Contas. Retirado a 2 de Dezembro 2010 de <http://www.federacao-triatlo.pt>.
- Federação de Triatlo de Portugal (2010). A Federação – Estatísticas. Retirado a 23 de Maio de 2011 de <http://www.federacao-triatlo.pt>.
- Federação Portuguesa de Atletismo (2010). A Federação – Relatórios e Contas. Retirado a 12 de Dezembro de 2010 de <http://fpatletismo.sapo.pt>.
- International Union Triathlon (2011). Rankings. Retirado a 10 de Novembro de 2011 de <http://www.triathlon.org>.
- Wikipédia (2011). Atletismo/História. Retirado a 20 de Junho de 2011 de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atletismo>.

Anexo I: Demonstrações Financeiras da Federação de Triatlo de Portugal

Balanco em 31 de Dezembro de 2006

Código das Contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
CEE (e)	POCFAAC		2006			2005
			A B	A P	A L	A L
C		IMOBILIZADO:				
		IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
#####	431	Despesas de investigação	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	432	Desp. de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	434	Temporades	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	441/B	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	448	Adiant. por conta de imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
		IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (NOTA 4)				
#####	421	Terrenos e recursos naturais	56.825,46	0,00	56.825,46	0,00
#####	422	Edifícios e outras construções	170.476,39	75.332,00	95.144,39	156.402,24
#####	423	Equipamento básico	105.673,53	49.842,02	55.831,51	55.831,51
#####	424	Equipamento de transporte	96.895,07	88.504,45	28.390,62	51.745,59
#####	425	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	426	Equipamento administrativo	60.351,84	44.984,58	15.367,28	27.987,95
#####	427	Taras e vestíame	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	429	Outras imobilizações corpóreas	91.380,70	53.782,98	37.597,72	59.519,05
#####	441/B	Imobilizações em curso	44.823,24	0,00	44.823,24	41.757,10
#####	448	Adiant. por conta de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
			626.426,23	292.446,01	333.980,22	393.223,44
		Investimentos financeiros				
#####	4111	Partes de capital em Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	4121+4131	Empréstimos a Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	4112	Partes de capital em Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	4122+4132	Empréstimos a Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	441/B	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	447	Adiant. por conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL DO ACTIVO IMOBILIZADO	626.426,23	292.446,01	333.980,22	393.223,44
D		CIRCULANTE:				
		Existências				
#####	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
		Dívidas de terceiros - médio e longo prazo				
#####		Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Clientes - Cheques pré-datados	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Clientes - Cheques devolvidos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Outras empresas participantes e participadas (Restantes) accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####		Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
		Dívidas de terceiros - curto prazo				
#####	211	Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	212	Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	214	Clientes - Cheques pré-datados	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	217	Clientes - Cheques devolvidos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	218	Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	252	Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	253+254	Outras empresas participantes e participadas (Restantes) accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	251+255	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	229	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	2619	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	24	Outros devedores	17.000,00	0,00	17.000,00	16.236,72
#####	262/6/7/8+221	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	264		17.000,00	0,00	17.000,00	16.236,72
			17.000,00	0,00	17.000,00	16.236,72
		Títulos negociáveis				
#####	1511	Ações em Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	1521	Obrigações e títulos de participação em Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	1512	Ações em Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	1522	Obrigações e títulos de participação em Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	1513+1523+1530	Outros títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
#####	18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
		Depósitos bancários e caixa (NOTA 6)				
#####	12+13+14	Depósitos bancários	8.803,85		8.803,85	21.230,20
#####	11	Caixa	0,00		0,00	0,00
			8.803,85		8.803,85	21.230,20
		TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE	25.803,85	0,00	25.803,85	37.466,92
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
#####	271	Acréscimo de proventos (NOTA 2)	18.868,31		18.868,31	0,00
#####	272	Custos diferidos (NOTA 2)	1.984,73		1.984,73	180,40
			20.853,04		20.853,04	180,40
		TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		292.446,01		
		TOTAL DE PROVISÕES		0,00		
		TOTAL DO ACTIVO	672.883,12	292.446,01	380.437,11	430.870,76

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2006

Código das Contas			EXERCÍCIOS	
CEE (1)	POCFAAC		2006	2005
A				
CUSTOS E PERDAS				
2.a)	61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas		
		Mercadorias	0,00	0,00
		Matérias	0,00	0,00
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	111.229,55	116.253,67
3		Custos com pessoal		
3.a)	641+642	Remunerações	88.890,99	65.340,44
3.b)		Encargos Sociais:		
	643+644	Pensões	0,00	0,00
	645/8	Outros	15.746,47	13.569,80
4.a)	66	Amortizações do Exercício	64.994,43	58.817,56
4.b)	67	Provisões do Exercício	0,00	0,00
5	63	Impostos	682,92	438,96
5	65	Outros custos e perdas operacionais	733.062,99	543.711,19
		(Nota 12)		
		(A)	1.014.607,35	798.131,62
6	683+684	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	0,00	0,00
7	(2)	Juros e custos similares:	0,00	0,00
		(Nota 13)		
		Relativos a Empresas do Grupo	0,00	10.402,47
		Outros	13.949,07	0,00
		(C)	1.028.556,42	808.534,09
10	69	Custos e perdas extraordinários	3.873,10	7,99
		(Nota 14)		
		(E)	1.032.429,52	808.542,08
8 + 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
		(Nota 15)		
		(G)	1.032.429,52	808.542,08
13	88	Resultado líquido do exercício	-28.991,96	26.672,27
			1.003.437,56	835.214,35
B				
PROVEITOS E GANHOS				
1	71	Vendas e Prestações de Serviços		
		Mercadorias	0,00	0,00
		Produtos	0,00	0,00
1	72	Proveitos Associativos	85.182,50	107.630,02
		(Nota 15)		
2	(3)	Variação da produção	0,00	0,00
3	75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
4	73	Proveitos suplementares	82.919,42	53.452,40
4	74	Subsídios à exploração	795.384,46	646.809,18
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	30.200,00	19.192,50
		(Nota 16)		
		(Nota 17)		
		(Nota 18)		
		(B)	993.686,38	827.084,10
5	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras	0,00	0,00
		Relativos a Empresas do Grupo	0,00	0,00
		Outros	0,00	0,00
7	(5)	Juros e proveitos similares:	0,00	0,00
		Relativos a Empresas do Grupo	0,00	0,00
		Outros	0,00	20,03
		(D)	993.686,38	827.104,13
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	9.751,18	8.110,22
		(Nota 19)		
		(F)	1.003.437,56	835.214,35
RESUMO				
		Resultados operacionais: (B) - (A) =	-20.920,97	28.952,48
		Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =	-13.949,07	-10.382,44
		Resultados correntes: (D) - (C) =	-34.870,04	18.570,04
		Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	-28.991,96	26.672,27
		Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	-28.991,96	26.672,27

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

Código das Contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
GEE (a)	POCFAAC		2007			2006
			A B	A P	A L	A L
C		IMOBILIZADO:				
I		Imobilizações incorpóreas				
1	431	Despesas de instalação	1.190,00	0,00	1.190,00	0,00
			1.190,00	0,00	1.190,00	0,00
II		Imobilizações corpóreas (NOTA 1)				
1	421	Terrenos e recursos naturais	50.825,46	0,00	50.825,46	50.825,46
1	422	Edifícios e outras construções	170.470,39	76.741,53	91.734,86	95.144,39
2	423	Equipamento básico	142.521,99	92.256,47	50.205,52	55.831,51
2	424	Equipamento de transporte	117.482,38	87.179,30	30.303,02	28.390,52
3	426	Equipamento administrativo	50.663,85	53.908,79	6.695,06	15.367,28
3	420	Outras imobilizações corpóreas	93.137,62	43.482,61	49.654,61	37.597,72
4	441/0	Imobilizações em curso	44.823,24	0,00	44.823,24	44.823,24
		TOTAL DO ACTIVO IMOBILIZADO	685.930,93	355.628,96	330.301,97	333.980,22
D		CIRCULANTE:				
I		Existências				
			0,00	0,00	0,00	0,00
II		Dividas de terceiros - médio e longo prazo				
		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
II		Dividas de terceiros - curto prazo				
4	2010	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	10.678,26	0,00	10.678,26	0,00
4	24	Estado e outros entes públicos	6,60	0,00	6,60	0,00
4	202/0/7/8+221	Outros devedores	443.537,60	0,00	443.537,60	17.000,00
5	264	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
			454.222,46	0,00	454.222,46	17.000,00
III		Titulos negociáveis				
			0,00	0,00	0,00	0,00
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	5.028,63		5.028,63	6.603,05
	11	Caixa	0,00		0,00	0,00
			5.028,63		5.028,63	6.603,05
		TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE	459.251,09	0,00	459.251,09	25.603,05
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
	271	Acréscimo de proventos	84.324,71		84.324,71	18.660,31
	272	Custos diferidos	720,78		720,78	1.984,73
			85.045,49		85.045,49	20.645,04
		TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		355.628,96		330,30
		TOTAL DE PROVISÕES		0,00		0,00
		TOTAL DO ACTIVO	1.231.417,51	355.628,96	875.798,55	380.437,11

Código das Contas		FUNDO SOCIAL E RESERVAS	EXERCÍCIOS	
CEE (a)	POCFAAC		2007	2006
A		FUNDO SOCIAL E RESERVAS:		
I	51	Fundo Social	199.404,86	228.396,82
		<i>Sub-total</i>	199.404,86	228.396,82
VI	88	Resultado líquido do exercício	-86.595,73	-28.991,96
	89	Dividendos antecipados	0,00	0,00
		TOTAL FUNDO SOCIAL E RESERVAS:	112.809,13	199.404,86
B		PASSIVO:		
		Provisões para riscos e encargos		
			0,00	0,00
C		Dividas a terceiros - médio e longo prazo		
		Empréstimos por obrigações		
		Convertíveis	0,00	0,00
		Não convertíveis	0,00	0,00
		Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
		Dividas a instituições de crédito (NOTA 3)	75.000,00	75.000,00
		Fornecedores de imobilizado, c/c (NOTA 4)	3.066,14	8.765,54
		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
			0,00	0,00
			78.066,14	83.765,54
C		Dividas a terceiros - curto prazo		
2	231+12	Dividas a instituições de crédito (NOTA 5)	80.339,17	36.493,91
4	221	Fornecedores	0,00	7.286,50
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	963,75	1.443,10
8	24	Estado e outros entes públicos (NOTA 6)	4.584,04	2.525,06
8	262+263+264+265+ +267+268+211	Outros credores (NOTA 7)	550.264,51	32.092,00
			636.151,47	82.840,57
C		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	273	Acréscimo de custos (NOTA 8)	16.454,62	14.426,14
	274	Proveitos diferidos (NOTA 8)	32.307,19	0,00
			48.761,81	14.426,14
		TOTAL DO PASSIVO	762.979,42	181.032,25
		TOTAL FUNDO SOCIAL/RESERVAS + PASSIVO	875.788,55	380.437,11

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

Código das Contas		EXERCÍCIOS			
CEE (1)	POCFAAC	2007		2006	
A		CUSTOS E PERDAS			
2.a)	61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas			
2.b)	62			113.391,01	111.229,55
3		Fornecimentos e serviços externos (Nota 1)			
3.a)	641+642	Custos com pessoal			
3.b)		91.296,14		88.890,99	
		Remunerações			
		Encargos Sociais			
	643+644	0,00		0,00	
	645/6	20.452,64	111.748,78	15.746,47	104.637,48
		Pensões			
		Outros			
4.a)	66	Amortizações do Exercício			
4.b)	67	63.182,95		64.994,43	64.994,43
		0,00	63.182,95	0,00	
		Provisões do Exercício			
5	63	Impostos			
5	65	1.297,46		682,92	
		Outros custos e perdas operacionais (Nota 2)			
		1.565.817,37	1.567.114,83	733.062,99	733.745,91
		(A).....	1.856.437,57		1.014.607,35
		0,00		0,00	
6	683+684	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros			
7	(2)	Juros e custos similares: (Nota 3)			
		Relativos a Empresas do Grupo			
		Outros			
		11.939,84	11.939,84	13.949,07	13.949,07
		(C).....	1.867.377,41		1.028.566,42
10	69	Custos e perdas extraordinários (Nota 4)			
			1.108,95		3.873,10
		(E).....	1.868.486,36		1.032.429,52
B		PROVEITOS E GANHOS			
1	71	Vendas e Prestações de Serviços			
1	72			106.796,93	106.796,93
				85.182,50	85.182,50
		Proveitos Associativos (NOTA 6)			
4	73	Proveitos suplementares (NOTA 6)			
4	74	9.951,89		8.874,00	
4	76	Subsídios à exploração (NOTA 7)			
		1.389.967,76		795.364,46	
		Outros proveitos e ganhos operacionais (NOTA 8)			
		52.900,00	1.452.819,65	104.245,42	908.503,88
		(B).....	1.559.616,58		993.686,38
7	(5)	Juros e proveitos similares:			
		Relativos a Empresas do Grupo			
		Outros			
		0,00		0,00	
		33,06	33,06	0,00	0,00
		(D).....	1.559.649,64		993.686,38
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários (NOTA 9)			
			222.240,99		9.751,18
		(F).....	1.781.890,63		1.003.437,56
RESUMO					
Resultados operacionais:		(B) - (A) =		-295.620,99	-20.920,97
Resultados financeiros:		(D - B) - (C - A) =		-11.906,78	-13.949,07
Resultados correntes:		(D) - (C) =		-307.727,77	-34.870,04

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

Código das Contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
CEE (a)	POCFAAC		2008			2007
			A B	A P	A L	A L
C		IMOBILIZADO:				
I		Imobilizações incorpóreas				
1	431	Despesas de instalação	5.417,60	0,00	5.417,60	1.190,00
			5.417,60	0,00	5.417,60	1.190,00
II		Imobilizações corpóreas (NOTA 1)				
1	421	Terrenos e recursos naturais	56.825,46	0,00	56.825,46	56.825,46
1	422	Edifícios e outras construções	216.299,63	83.047,52	132.252,11	91.734,85
2	423	Equipamento básico	151.344,26	95.932,86	55.411,30	50.265,52
2	424	Equipamento de transporte	118.095,86	101.657,67	16.426,19	30.303,02
3	426	Equipamento administrativo	64.127,48	61.562,04	2.565,44	6.695,06
3	429	Outras imobilizações corpóreas	93.137,62	71.610,80	21.526,73	46.654,81
4	441/0	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	44.823,24
		TOTAL DO ACTIVO IMOBILIZADO	698.830,31	413.621,08	295.009,23	330.301,97
			704.247,91	413.621,08	290.426,63	331.491,97
D		CIRCULANTE:				
I		Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
II		Dividas de terceiros - médio e longo prazo				
		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outros devedores (NOTA 2)	440.537,60	0,00	440.537,60	440.537,60
			440.537,60	0,00	440.537,60	440.537,60
II		Dividas de terceiros - curto prazo				
4	2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	241,70	0,00	241,70	10.678,26
4	24	Estado e outros entes públicos	35,07	0,00	35,07	6,60
4	262/87/8+221	Outros devedores (NOTA 2)	1.129,63	0,00	1.129,63	3.000,00
5	264	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
			1.406,40	0,00	1.406,40	13.684,86
III		Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	22.115,97		22.115,97	5.028,63
	11	Caixa	4,20		4,20	0,00
			22.120,17		22.120,17	5.028,63
		TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE	464.064,17	0,00	464.064,17	459.251,00
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
	271	Acréscimo de proventos (NOTA 8)	99.568,60		99.568,60	84.324,71
	272	Custos diferidos (NOTA 8)	562,61		562,61	720,78
			100.131,21		100.131,21	85.045,49
		TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		413.621,08		
		TOTAL DE PROVISÕES		0,00		
		TOTAL DO ACTIVO	1.268.443,29	413.621,08	854.622,21	875.788,55

Código das Contas		FUNDO SOCIAL E RESERVAS	EXERCÍCIOS	
CEE (a)	POCFAAC		2008	2007
A		FUNDO SOCIAL E RESERVAS:		
1	51	Fundo Social	112.809,13	199.404,86
		<i>Sub-total</i>	112.809,13	199.404,86
VI	88	Resultado líquido do exercício	-67.563,59	-86.595,73
	89	Dividendos antecipados	0,00	0,00
		TOTAL FUNDO SOCIAL E RESERVAS:	45.245,54	112.809,13
B		PASSIVO:		
		Provisões para riscos e encargos		
			0,00	0,00
C		Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
		Empréstimos por obrigações		
		Convertíveis	0,00	0,00
		Não convertíveis	0,00	0,00
		Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
		Dívidas a instituições de crédito (NOTA 3)	75.000,00	75.000,00
		Fornecedores de imobilizado, c/c (NOTA 4)	3.066,14	3.066,14
		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
		Outros credores (NOTA 7)	427.206,61	427.206,61
			505.272,75	505.272,75
C		Dívidas a terceiros - curto prazo		
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito (NOTA 5)	72.191,67	80.339,17
4	221	Fornecedores	0,00	0,00
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	963,75
8	24	Estado e outros entes públicos (NOTA 6)	6.253,06	4.584,04
8	262+263+264+265+ +267+268+211	Outros credores (NOTA 7)	181.236,34	123.057,90
			259.681,07	208.944,86
C		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	273	Acréscimo de custos (NOTA 8)	20.703,11	16.454,62
	274	Proventos diferidos (NOTA 8)	23.719,74	32.307,19
			44.422,85	48.761,81
		TOTAL DO PASSIVO	809.376,67	762.979,42
		TOTAL FUNDO SOCIAL/RESERVAS + PASSIVO	854.622,21	875.788,55

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2008

Código das Contas			EXERCÍCIOS				
CEE (1)	POCFAAC		2008		2007		
A		CUSTOS E PERDAS					
2.a)	61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas					
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos (Nota 1)		122.128,41		113.391,01	
3		Custos com pessoal					
3.a)	641+642	Remunerações	114.183,06		91.296,14		
3.b)		Encargos Sociais:					
	643+644	Pensões	0,00		0,00		
	645/8	Outros	20.921,45	135.084,51	20.452,64	111.748,78	
4.a)	66	Amortizações do Exercício	58.192,12		63.182,95		
4.b)	67	Provisões do Exercício	0,00	58.192,12	0,00	63.182,95	
5	63	Impostos	1.470,20		1.297,46		
5	65	Outros custos e perdas operacionais (Nota 2)	1.416.758,93	1.418.229,13	1.565.817,37	1.567.114,83	
		(A)		1.733.634,17		1.855.437,57	
6	683+684	Amortizações e provisões de aplicações e Investimentos financeiros	0,00		0,00		
7	(2)	Juros e custos similares: (Nota 3)					
		Relativos a Empresas do Grupo					
		Outros	12.487,23	12.487,23	11.939,84	11.939,84	
		(C)		1.746.121,40		1.867.377,41	
10	69	Custos e perdas extraordinários (Nota 4)		3.527,04		1.108,95	
		(E)		1.749.648,44		1.868.486,36	
8 + 11	88	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		0,00	
		(G)		1.749.648,44		1.868.486,36	
13	88	Resultado líquido do exercício		-67.563,59		-66.595,73	
				1.682.084,85		1.781.890,63	
B		PROVEITOS E GANHOS					
1	71	Vendas e Prestações de Serviços					
1	72	Proveitos Associativos (NOTA 5)	215.461,69	215.461,69	106.796,93	106.796,93	
4	73	Proveitos suplementares (NOTA 6)	14.706,49		9.951,89		
4	74	Subsídios à exploração (NOTA 7)	1.397.006,87		1.389.967,76		
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	1.411.713,36	52.900,00	1.452.819,65	
		(B)		1.627.175,05		1.559.616,58	
7	(5)	Juros e proveitos similares:					
		Relativos a Empresas do Grupo	0,00		0,00		
		Outros	142,46	142,46	33,06	33,06	
		(D)		1.627.317,51		1.559.649,64	
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários (NOTA 8)		54.767,34		222.240,99	
		(F)		1.682.084,85		1.781.890,63	
RESUMO							
Resultados operacionais: (B) - (A) =				-106.459,12		-296.820,99	
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =				-12.344,77		-11.906,78	
Resultados correntes: (D) - (C) =				-116.803,89		-307.727,77	
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =				-67.563,59		-66.595,73	
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =				-67.563,59		-66.595,73	

Balanço em 31 de Dezembro de 2009

Código das Contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
CEE (a)	POCFAAC		2009			2008
			AB	AP	AL	AL
C		IMOBILIZADO:				
I		Imobilizações incorpóreas				
1	431	Despesas de instalação	5.417,60	0,00	5.417,60	5.417,60
			5.417,60	0,00	5.417,60	5.417,60
II		Imobilizações corpóreas				
1	421	Terras e recursos naturais	55.525,46	0,00	55.525,46	55.525,46
1	422	Edifícios e outras construções	215.208,63	87.353,51	127.846,12	132.252,11
2	423	Equipamento básico	152.509,86	120.875,08	31.893,78	55.411,28
2	424	Equipamento de transporte	119.095,88	111.000,41	7.095,45	16.426,11
3	425	Equipamento administrativo	82.236,99	70.091,56	11.545,43	2.565,41
3	429	Outras imobilizações corpóreas	94.597,62	70.820,10	15.058,62	21.520,71
4	441/6	Imobilizações em curso	30.490,53	0,00	30.490,53	0,00
			755.218,95	473.550,66	281.898,20	295.009,22
		TOTAL DO ACTIVO IMOBILIZADO	760.636,90	473.550,66	287.095,09	290.426,81
D		CIRCULANTE:				
		Existências				
	352	Medicamentos e artigos Saúde	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00
	354	Taças e Troféus	3.471,65	0,00	3.471,65	0,00
			11.471,65	0,00	11.471,65	0,00
II		Dívidas de terceiros - médio e longo prazo				
		Outros devedores	440.537,60	0,00	440.537,60	440.537,60
			440.537,60	0,00	440.537,60	440.537,60
III		Dívidas de terceiros - curto prazo				
4	251/9	Adiantamentos a fornecedores de mobilizado	241,70	0,00	241,70	241,71
4	24	Estado e outros entes públicos	42,05	0,00	42,05	35,00
4	262/578+221	Outros devedores	278,50	0,00	278,50	1.129,60
5	264	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
			562,25	0,00	562,25	1.406,41
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	1.355,77		1.355,77	22.115,90
	11	Caixa	120,75		120,78	4,20
			1.476,52		1.476,55	22.120,10
		TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE	454.648,05	0,00	454.648,05	464.064,11
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
	271	Acréscimo de provisões	91.365,54		91.365,54	50.565,80
	272	Custos diferidos	17.645,58		17.645,58	562,00
			109.011,22		109.011,22	100.131,20
		TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		473.550,66		
		TOTAL DE PROVISÕES		0,00		
		TOTAL DO ACTIVO	1.323.695,92	473.550,66	741.743,14	754.490,92

Código das Contas		FUNDO SOCIAL E RESERVAS	EXERCÍCIOS	
CEE (a)	POCFAAC		2009	2008
A		FUNDO SOCIAL E RESERVAS:		
I	01	Fundo Social	45.245,54	112.809,13
		Sub total	45.245,54	112.809,13
VI	08	Resultado líquido do exercício Nota 1	25.356,43	47.017,59
	09	Dividendos antecipados	0,00	0,00
		TOTAL FUNDO SOCIAL E RESERVAS:	71.601,97	45.245,54
B		PASSIVO:		
		Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
C		Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
		Dívidas a instituições de crédito	0,00	75.000,00
		Fornecedores de imobilizado, d/c Nota 2	3.036,14	3.066,14
		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
		Outros credores Nota 3	427.206,61	427.206,61
			430.272,75	505.272,75
C		Dívidas a terceiros - curto prazo		
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito Nota 4	106.536,35	72.191,67
4	221	Fornecedores	0,00	0,00
8	2611	Fornecedores de imobilizado, d/c	0,00	0,00
8	24	Estado e outros entes públicos	12.298,73	6.233,06
8	252+263+264+265+ +267+268+211	Outros credores Nota 5	175.029,35	181.235,34
			293.864,13	269.660,07
C		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS: Nota 6		
	273	Acréscimo de custos	28.205,54	28.703,11
	274	Proveitos diferidos	22.645,47	23.719,74
			50.851,01	44.422,85
		TOTAL DO PASSIVO	778.543,19	809.378,67
		TOTAL FUNDO SOCIAL/RESERVAS + PASSIVO	850.145,16	854.622,21

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009

Código das Contas			EXERCÍCIOS	
CRE (1)	POCFAAC		2009	2008
CUSTOS E PERDAS				
2.4j	61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas		
2.4j	62	Fornecimentos e serviços externos	148.814,21	122.128,41
3		Custos com pessoal		
3.9j	541-042	Remunerações	165.183,19	114.103,01
3.9j	6456	Energias, Gases		
		Outros	29.012,52	20.921,45
4.9j	66	Amortizações do Exercício	59.725,18	58.132,12
4.9j	67	Provisões do Exercício	0,00	0,00
			59.725,18	58.132,12
5	83	Impostos	1.614,28	1.470,00
5	85	Outros custos e perdas operacionais	179.621,97	1.416.750,62
		(A)	= 280.859,98	1.733.534,17
8	523-034	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	0,00	0,00
7	02	Juros e custos similares		
		Relativos a Empresas do Grupo		
		Outros	0,567,05	12.487,23
		(B)	= 0,567,05	12.487,23
10	09	Custos e perdas extraordinárias		
			786,40	3.572,54
		(C)	= 786,40	3.572,54
8 + 11	36	Imposto sobre o rendimento do exercício		
			0,00	0,00
		(D)	= 0,00	0,00
12	08	Resultado líquido do exercício		
			26.256,43	41.641,21
		(E)	= 26.256,43	41.641,21
PROVEITOS E GANHOS				
1	71	Vendas e Prestações de Serviços		
1	72	Proveitos Associativos	22.022,33	215.401,62
4	73	Proveitos suplementares	12.049,34	14.708,48
4	74	Subsídios à exploração	1.180.384,28	1.227.506,82
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00
		(F)	= 1.214.455,95	1.457.616,92
7	03	Juros e proveitos similares		
		Relativos a Empresas do Grupo		
		Outros	0,00	0,00
		(G)	= 0,00	0,00
			34,89	42,45
		(H)	= 34,89	42,45
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		
			22.884,13	54.767,58
		(I)	= 22.884,13	54.767,58
			1.214.525,97	1.512.426,95
RESUMO				
		Resultados operacionais (D) - (A) =	22.884,13	41.641,21
		Resultados financeiros (D) - (B) - (C) - (A) =	0,567,05	12.487,23
		Resultados operativos (D) - (C) =	23.451,18	54.128,44
		Resultado antes de impostos (F) - (E) =	26.256,43	41.641,21
		Resultado líquido do exercício (F) - (G) =	26.256,43	41.641,21

Balanço em 31 de Dezembro de 2010

Código das Contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
CEE (a)	POCFAAC		2010			2009
			A B	A P	A L	A L
C		IMOBILIZADO:				
I		Imobilizações incorpóreas				
1	431	Despesas de instalação	6.750,72	0,00	6.750,72	5.417,60
			6.750,72	0,00	6.750,72	5.417,60
II		Imobilizações corpóreas <i>Nota 1</i>				
1	421	Terrenos e recursos naturais	56.825,46	0,00	56.825,46	56.825,46
1	422	Edifícios e outras construções	215.289,63	91.659,50	123.640,13	127.946,12
2	423	Equipamento básico	158.031,86	134.352,29	23.679,67	31.893,78
2	424	Equipamento de transporte	202.775,10	125.392,47	77.362,71	7.095,45
3	426	Equipamento administrativo	82.236,99	74.448,94	7.786,05	11.545,43
3	429	Outras imobilizações corpóreas	96.917,86	91.751,91	5.165,95	15.868,52
4	441/6	Imobilizações em curso	91.432,95	0,00	91.432,95	30.493,53
			903.519,93	517.605,11	355.914,82	281.666,29
		<i>TOTAL DO ACTIVO IMOBILIZADO</i>	910.270,65	517.605,11	392.665,54	287.066,89
D		CIRCULANTE:				
		Existências <i>Nota 2</i>				
	362	Medicamentos e Artigos Saúde	0,00	0,00	0,00	8.000,00
	364	Taças e Troféus	2.958,54	0,00	2.958,54	3.471,65
			2.958,54	0,00	2.958,54	11.471,65
II		Dívidas de terceiros - médio e longo prazo				
		Outros devedores	440.537,60	0,00	440.537,60	440.537,60
			440.537,60	0,00	440.537,60	440.537,60
II		Dívidas de terceiros - curto prazo				
4	2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	241,70	0,00	241,70	241,70
4	24	Estado e outros entes públicos	339,23	0,00	339,23	42,05
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	7,50	0,00	7,50	278,50
			588,43	0,00	588,43	562,25
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	16.701,67		16.701,67	1.355,77
	11	Caixa	76,41		76,41	120,78
			16.778,08		16.778,08	1.476,55
		<i>TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE</i>	460.862,65	0,00	460.862,65	454.048,05
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS: <i>Nota 3</i>				
	271	Acréscimo de proveitos	136.520,16		136.520,16	91.365,64
	272	Custos diferidos	8.001,77		8.001,77	17.645,68
			144.521,93		144.521,93	109.011,22
		<i>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</i>		517.605,11		
		<i>TOTAL DE PROVISÕES</i>		0,00		
		TOTAL DO ACTIVO	1.515.855,23	517.605,11	998.060,12	850.145,16

Código das Contas		FUNDO SOCIAL E RESERVAS	EXERCÍCIOS	
CEE (a)	POCFAAC		2010	2009
A		FUNDO SOCIAL E RESERVAS:		
I	51	Fundo Social	71.601,97	45.245,54
		<i>Sub-total</i>	71.601,97	45.245,54
VI	88	Resultado líquido do exercício <i>Nota 1</i>	8.111,04	26.356,43
	89	Dividendos antecipados	0,00	0,00
		TOTAL FUNDO SOCIAL E RESERVAS:	79.713,01	71.601,97
B		PASSIVO:		
		Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
C		Dividas a terceiros - médio e longo prazo		
		Dividas a instituições de crédito	0,00	0,00
		Fornecedores de imobilizado, c/c <i>Nota 2</i>	61.416,64	3.066,14
		Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
		Outros credores	427.206,61	427.206,61
			488.623,25	430.272,75
C		Dividas a terceiros - curto prazo		
2	231+12	Dividas a instituições de crédito <i>Nota 3</i>	141.900,67	106.595,35
4	221	Fornecedores	0,00	0,00
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
8	24	Estado e outros entes públicos	6.902,30	12.798,73
8	262+263+264+265+ +267+268+211	Outros credores <i>Nota 4</i>	232.385,39	178.025,35
			381.188,36	297.419,43
C		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS: Nota 5		
	273	Acréscimo de custos	36.788,38	28.205,54
	274	Proveitos diferidos	11.737,12	22.645,47
			48.525,50	50.851,01
		TOTAL DO PASSIVO	918.337,11	778.543,19
		TOTAL FUNDO SOCIAL/RESERVAS + PASSIVO	998.050,12	850.145,16

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010

Código das Contas			EXERCÍCIOS			
CEE (1)	POCFAAC		2010		2009	
A			CUSTOS E PERDAS			
2.a)	61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas				
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos		115.127,69		148.814,21
3		Custos com pessoal				
3.a)	641+642	Remunerações	194.726,63		165.183,19	
3.b)		Encargos Sociais:				
	645/8	Outros	34.806,94	229.533,57	29.698,52	194.881,71
4.a)	66	Amortizações do Exercício	48.099,58		59.729,58	
4.b)	67	Provisões do Exercício	0,00	48.099,58	0,00	59.729,58
5	63	Impostos	1.264,19		1.814,28	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	976.901,23	978.165,42	875.629,81	877.444,09
		(A)		1.370.926,26		1.280.869,59
6	683+684	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	0,00		0,00	
7	(2)	Juros e custos similares:				
		Relativos a Empresas do Grupo				
		Outros	7.307,86	7.307,86	8.567,05	8.567,05
		(C)		1.378.234,12		1.289.436,64
10	69	Custos e perdas extraordinários		1.423,82		798,40
		(E)		1.379.857,94		1.290.235,04
8 + 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		0,00
		(G)		1.379.857,94		1.290.235,04
13	88	Resultado líquido do exercício		8.111,04		26.356,43
				1.387.768,98		1.316.591,47
B			PROVEITOS E GANHOS			
1	71	Vendas e Prestações de Serviços				
1	72	Proveitos Associativos	130.612,16	130.612,16	215.461,69	82.028,33
4	73	Proveitos suplementares	18.358,10		15.049,84	
4	74	Subsídios à exploração	1.172.935,59		1.196.594,28	
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	1.191.293,69	0,00	1.211.644,12
		(B)		1.321.905,85		1.293.672,45
7	(5)	Juros e proveitos similares:				
		Relativos a Empresas do Grupo	0,00		0,00	
		Outros	36,48	36,48	34,89	34,89
		(D)		1.321.942,33		1.293.707,34
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		65.826,65		22.884,13
		(F)		1.387.768,98		1.316.591,47
RESUMO						
		Resultados operacionais: (B) - (A) =		-49.020,41		12.602,86
		Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		-7.271,38		-8.532,16
		Resultados correntes: (D) - (C) =		-56.291,79		4.270,70
		Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		8.111,04		26.356,43
		Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		8.111,04		26.356,43

Anexo II: Demonstrações Financeiras da Federação de Portuguesa de Atletismo

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO	2006			2005
	ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Propriedade Industrial e Outros Meios	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Recursos Naturais	165.850,30	0,00	165.850,30	165.850,30
Edifícios e Outras Construções	503.491,88	257.507,10	245.984,78	268.016,95
Equipamento Básico	1.331.259,30	964.068,78	367.190,52	462.401,21
Equipamento de Transporte	190.928,52	117.437,38	73.491,14	40.477,99
Equipamento Administrativo	595.101,98	526.496,85	68.605,13	39.888,05
Equipamento Desportivo	66.955,15	47.262,28	19.692,87	7.043,93
Outras Imobilizações Corpóreas	128.933,44	128.783,06	150,38	276,71
	2.982.520,57	2.041.555,45	940.955,12	983.955,14
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
Agentes Desportivos Associados	66.537,02	0,00	66.537,02	211.151,68
Agentes Desportivos não Associados	33.040,21	0,00	33.040,21	55.570,75
Estado e Outros Entes Públicos	399.272,72	0,00	399.272,72	151.014,16
Outros Devedores	30.548,75	0,00	30.548,75	261.258,11
	529.398,70	0,00	529.398,70	678.994,70
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos Bancários	113.357,14	0,00	113.357,14	526.792,27
Caixa	11.376,49	0,00	11.376,49	9.351,92
	124.733,63	0,00	124.733,63	536.144,19
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Custos Diferidos	5.049,04	0,00	5.049,04	2.621,06
	5.049,04	0,00	5.049,04	2.621,06
TOTAL DO ACTIVO	3.641.701,94	2.041.555,45	1.600.146,49	2.201.715,09

	2006	2005		
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Resultados Transitados	514.972,21	595.314,85		
Resultado Líquido do Exercício	-47.726,78	-80.342,64		
	467.245,43	514.972,21		
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS				
	0,00	0,00		
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO				
Leasing	0,00	4.838,69		
Dívidas a Instituições de Crédito	80.318,00	100.830,51		
	80.318,00	105.669,20		
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO				
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	0,00		
Fornecedores c/c	111.013,44	595.582,91		
Agentes Desportivos Associados	56.893,12	74.070,63		
Agentes Desportivos não Associados	320.232,88	366.172,35		
Fornecedores de Imobilizado c/c	113.469,43	36.606,90		
Estado e Outros Entes Públicos	69.431,98	42.161,95		
Outros Credores	6.874,78	1.955,87		
	677.915,63	1.116.550,61		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de Custos	68.199,61	89.165,14		
Proveitos Diferidos	306.467,82	375.357,93		
	374.667,43	464.523,07		
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO				
	1.600.146,49	2.201.715,09		

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2006

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIO DE 2006		EXERCÍCIO DE 2005	
Custo das Matérias Consumidas		45.516,73		112.575,47	
Fornecimentos e Serviços Externos		1.502.031,37	1.547.548,10	1.527.597,82	1.640.173,29
Custos com o Pessoal					
Remunerações		525.387,92		340.508,20	
Encargos Sociais/Outros Custos c/ Pessoal		55.570,90	580.958,82	41.952,85	382.461,05
Amortizações Imobilizado Corpóreo/Incorpóreo		236.949,81		221.087,49	
Provisões		0,00	236.949,81	0,00	221.087,49
Impostos Indirectos		9.234,37		933,17	
Impostos Directos		287,19		302,19	
Outros Custos e Perdas Operacionais		1.445.144,36	1.454.665,92	1.469.039,07	1.470.274,43
	(A)		3.820.122,65		3.713.996,26
Perdas em Empresas do Grupo e Associadas		0,00		0,00	
Amort/Provisões Aplicações e Investimentos		0,00		0,00	
Juros e Custos Similares		11.605,30	11.605,30	10.399,54	10.399,54
	(C)		3.831.727,95		3.724.395,80
Custos e Perdas Extraordinários		586.984,23	586.984,23	21.583,08	21.583,08
	(E)		4.418.712,18		3.745.978,88
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		0,00	0,00	0,00	0,00
	(G)		4.418.712,18		3.745.978,88
Resultado Líquido do Exercício		-47.726,78	-47.726,78	-80.342,64	-80.342,64
			4.370.985,40		3.665.636,24
PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIO DE 2006		EXERCÍCIO DE 2005	
Vendas de Mercadorias		0,00		0,00	
Vendas de Produtos		0,00		0,00	
Proveitos Associativos		100,00	100,00	200,00	200,00
Variação da Produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a Própria Empresa		0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos Suplementares		59.927,14		37.660,62	
Subsídios à Exploração		4.142.581,91		3.507.419,17	
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		1.411,75	4.203.920,80	525,00	3.545.604,79
	(B)		4.204.020,80		3.545.804,79
Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas		0,00		0,00	
Rendimentos de Participações de Capital		0,00		0,00	
Rend Títulos Negociáveis Outras Aplicações		0,00		0,00	
Outros Juros e Proveitos Similares		142,17	142,17	186,71	186,71
	(D)		4.204.162,97		3.545.991,50
Proveitos e Ganhos Extraordinários		166.822,43	166.822,43	119.644,74	119.644,74
	(F)		4.370.985,40		3.665.636,24
Resultados Operacionais (B) - (A)			383.898,15		-168.191,47
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)			-11.463,13		-10.212,83
Resultados Correntes (D) - (C)			372.435,02		-178.404,30
Resultados Antes dos Impostos (F) - (E)			-47.726,78		-80.342,64
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)			-47.726,78		-80.342,64

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

ACTIVO	2007			2008
	ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Propriedade Industrial e Outros Meios	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Recursos Naturais	165.850,30	0,00	165.850,30	165.850,30
Edifícios e Outras Construções	503.491,88	279.539,27	223.952,61	245.984,78
Equipamento Básico	1.530.759,31	1.124.516,89	406.242,42	367.190,52
Equipamento de Transporte	218.917,52	148.325,73	70.591,79	73.491,14
Equipamento Administrativo	688.519,86	566.655,11	121.864,77	68.605,13
Equipamento Desportivo	66.955,15	52.724,52	14.230,63	19.692,87
Outras Imobilizações Corpóreas	128.933,44	128.893,12	50,32	150,38
	3.303.427,48	2.300.644,64	1.002.782,84	940.965,12
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
Agentes Desportivos Associados	52.538,88	0,00	52.538,88	66.537,02
Agentes Desportivos não Associados	10.627,05	0,00	10.627,05	33.040,21
Estado e Outros Entes Públicos	221.846,61	0,00	221.846,61	399.272,72
Outros Devedores	8.529,00	0,00	8.529,00	30.548,75
	293.542,14	0,00	293.542,14	529.398,70
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos Bancários	380.523,35	0,00	380.523,35	113.357,14
Caixa	15.905,12	0,00	15.905,12	11.376,49
	396.428,47	0,00	396.428,47	124.733,63
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Custos Diferidos	29.190,32	0,00	29.190,32	5.049,04
	29.190,32	0,00	29.190,32	5.049,04
TOTAL DO ACTIVO	4.022.588,41	2.300.644,64	1.721.943,77	1.500.146,49

	2007	2006
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados Transitados	467.245,43	514.972,21
Resultado Líquido do Exercício	-47.212,61	-47.726,76
	420.032,82	467.245,43
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
	0,00	0,00
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO		
Leasing	0,00	0,00
Dívidas a Instituições de Crédito	59.066,17	80.318,00
	59.066,17	80.318,00
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	0,00
Fornecedores c/c	86.110,05	111.013,44
Agentes Desportivos Associados	185.831,77	56.893,12
Agentes Desportivos não Associados	53.967,94	370.232,88
Fornecedores de Imobilizado c/c	272.524,20	113.469,43
Estado e Outros Entes Públicos	61.630,02	69.431,98
Outros Credores	12.027,56	6.874,78
	672.091,55	677.915,63
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acrescimos de Custos	68.540,64	68.199,81
Proveitos Diferidos	502.212,69	306.467,82
	570.753,23	374.667,43
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		
	1.721.943,77	1.600.146,49

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2007

Código das Contas		EXERCÍCIOS			
	PCC	2007		2006	
		CUSTOS E PERDAS			
	61	34.592,30		45.518,73	
	62	1.500.031,16	1.535.023,40	1.502.031,37	1.547.548,10
		Custos com o Pessoal			
	642	987.818,33		625.287,82	
	643 e 648	50.750,43	938.578,76	55.570,80	580.058,92
	66	285.684,27		235.949,81	
	67	0,00	285.684,27	0,00	236.949,81
	63	1.255,44		9.521,55	
	65	1.448.309,93	1.448.628,37	1.445.144,36	1.454.685,92
	689 e 684	0,00	4.208.915,86	0,00	3.820.122,65
	681/5/6/7/8	9.309,61	9.309,61	11.605,30	11.605,30
		(C)	4.218.225,47		3.831.727,05
	69	87.175,30		686.884,23	
		(E)	4.315.400,77		4.418.712,18
	80	4.484,00		0,00	
		(G)	4.319.884,77		4.418.712,18
	85	-47.212,61		-47.726,78	
			4.272.682,16		4.370.985,40
		PROVEITOS E GANHOS			
	71	0,00		0,00	
	72	1.800,00	1.800,00	100,00	100,00
	75		0,00		0,00
	74	4.135.758,87		4.142.581,91	
	73 e 76	92.469,00	4.228.227,87	61.338,89	4.203.620,80
		(D)	4.220.627,87		4.204.020,80
	783	0,00		0,00	
	787	0,00		0,00	
	781/4/5/6/8	0,00	0,00	142,17	142,17
		(D)	4.220.627,87		4.204.162,97
	79	42.854,28			168.822,43
		(F)	4.272.682,16		4.370.985,40
Resumo:					
Resultados Operacionais (B) - (A)			20.912,01		383.508,15
Resultados Financeiros (D) - (B) - (C) - (A)			-9.309,01		-11.463,13
Resultados Correntes (D) - (C)			11.602,40		372.435,02
Resultados Antes dos Impostos (F) - (E)			-47.718,01		-47.726,78
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)			-47.717,61		-47.726,78

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

ACTIVO	2008		2007	
	ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
MOBILIZADO				
MOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Propriedade Industrial e Outros Meios	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Recursos Naturais	165.850,30	0,00	165.850,30	165.850,30
Edifícios e Outras Construções	503.491,88	301.571,43	201.920,45	223.952,61
Equipamento Básico	1.849.874,29	1.420.779,60	429.094,79	406.242,42
Equipamento de Transporte	266.179,98	185.176,66	81.003,42	70.591,79
Equipamento Administrativo	697.069,01	608.922,09	88.146,92	121.864,77
Equipamento Desportivo	66.955,14	54.964,32	11.990,82	14.230,63
Outras Imobilizações Corpóreas	128.933,45	128.933,45	0,00	50,32
	3.678.354,05	2.700.347,35	978.006,70	1.002.782,84
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
Agentes Desportivos Associados	21.584,45	0,00	21.584,45	52.538,88
Agentes Desportivos não Associados	0,00	0,00	0,00	10.627,65
Estado e Outros Entes Públicos	317.584,81	0,00	317.584,81	221.846,61
Outros Devedores	6.135,93	0,00	6.135,93	8.529,00
	345.305,19	0,00	345.305,19	203.542,14
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos Bancários	6.705,09	0,00	6.705,09	380.523,35
Caixa	5.329,03	0,00	5.329,03	15.905,12
	12.034,12	0,00	12.034,12	396.428,47
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Custos Diferidos	71.472,20	0,00	71.472,20	29.190,32
	71.472,20	0,00	71.472,20	29.190,32
TOTAL DO ACTIVO	4.107.165,58	2.700.347,35	1.406.818,21	1.721.943,77

	(valores em euros)	
	2008	2007
FUNDO SOCIAL E PASSIVO		
FUNDO SOCIAL		
Fundo Social	404.440,99	467.245,43
Reservas Legais	0,00	0,00
Reservas de Reavaliação	0,00	0,00
Restantes Reservas	0,00	0,00
Subtotal	404.440,99	467.245,43
Resultado Líquido do Exercício	-43.197,79	-47.212,61
TOTAL DO FUNDO SOCIAL	361.243,20	420.032,82
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	0,00	0,00
	0,00	0,00
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO		
Leasing	0,00	0,00
Dívidas a Instituições de Crédito	36.618,49	59.066,17
	36.618,49	59.066,17
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	0,00
Fornecedores c/c	139.825,89	86.110,06
Agentes Desportivos Associados	79.928,32	185.831,77
Agentes Desportivos não Associados	64.055,60	53.967,94
Fornecedores de Imobilizado c/c	137.766,60	272.524,20
Estado e Outros Entes Públicos	74.582,41	61.630,02
Outros Credores	1.841,89	12.027,56
	498.000,51	672.091,55
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de Custos	61.693,01	68.540,64
Proveitos Diferidos	449.263,00	502.212,59
	510.956,01	570.753,23
TOTAL DO PASSIVO	1.045.575,01	1.301.910,95
TOTAL DO FUNDO SOCIAL E DO PASSIVO	1.406.818,21	1.721.943,77

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2008

	2008	2007
Subsídios à Exploração	4.290.560,39	4.135.758,87
Custos de Exploração	-3.378.441,76	-2.983.393,39
Resultados Brutos	912.118,63	1.152.365,48
Custos Administrativos	-1.022.697,34	-939.838,20
Outros Proveitos Operacionais	88.838,85	94.069,00
Resultados Operacionais	-21.739,85	306.596,28
Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras		
Relativos a Empresas Interligadas	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Outros Juros e Proveitos Similares		
Relativos a Empresas Interligadas	0,00	0,00
Outros	4.668,50	0,00
Amortizações e Provisões de Aplicações e Investimentos Financeiros	-367.816,84	-285.684,27
Juros e Custos Similares		
Relativos a Empresas Interligadas	0,00	0,00
Outros	-14.394,17	-9.309,61
Resultados Correntes	-399.282,36	11.602,40
Proveitos e Ganhos Extraordinários	463.819,09	42.854,29
Custos e Perdas Extraordinários	-107.734,52	-97.175,30
Resultados Antes de Impostos	-43.197,79	-42.718,61
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	0,00	4.494,00
Resultado Líquido do Exercício	-43.197,79	-47.212,61

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2009

Código das Contas			EXERCÍCIOS			
CEC	POC		2009		2008	
A		CUSTOS E PERDAS				
2.a)	61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	110.071,26		77.903,51	
2.b)	62	Fornecimentos e Serviços Externos	2.385.242,20	2.496.313,46	1.726.632,87	1.803.736,38
3		Custos com o Pessoal:				
3.a)	642	Remunerações	909.282,68		900.264,37	
3.b)	643 e 646	Encargos Sociais	121.718,70	1.031.001,36	120.471,46	1.020.735,83
4.a)	66	Amortizações Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	257.299,11		367.816,84	
4.b)	67	Provisões	0,00	257.299,11	0,00	367.816,84
5	63	Impostos	1.802,57		1.961,51	
5	65	Outros Custos e Perdas Operacionais	1.523.268,03	1.525.070,60	1.574.705,39	1.576.666,69
6	683 e 684	Amortizações e Provisões de Aplicações e Investimentos Financeiros	0,00	5.308.684,53	0,00	4.768.955,94
7	681/6/6/7/8	Juros e Custos Similares	10.910,82	10.910,82	14.394,17	14.394,17
10	69	Custos e Perdas Extraordinários		5.319.095,35		4.783.350,11
8+11	86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		8.311,90		107.734,52
13	88	Resultado Líquido do Exercício		5.327.907,25		4.891.084,63
				0,00		0,00
				5.327.907,25		4.891.084,63
				-464.034,35		-43.197,79
				4.863.872,90		4.847.886,84
B		PROVEITOS E GANHOS				
1	71	Vendas e Prestações de Serviços	0,00		0,00	
1	72	Proveitos Associativos	4.592,50	4.592,50	2.678,30	2.678,30
3	75	Trabalhos para a Própria Entidade		0,00		0,00
4	74	Subsídios à Exploração	4.391.328,80		4.290.560,39	
5	73 + 76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	268.028,28	4.879.355,08	86.160,96	4.376.720,95
5	783	Rendimentos de Imóveis	0,00	4.683.947,58	0,00	4.379.399,29
6	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00		0,00	
7	781/4/5/8/8	Outros Juros e Proveitos Similares	0,00	0,00	4.668,50	4.668,50
9	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		4.683.947,58		4.384.067,75
				179.925,32		453.819,09
				4.863.872,90		4.847.886,84
Resumo:						
Resultados Operacionais (B) - (A)				-624.736,95		-389.556,69
Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)				-10.910,82		-9.725,67
Resultados Correntes (D) - (C)				-635.647,77		-399.282,36
Resultados Antes dos Impostos (F) - (E)				-464.034,35		-43.197,79
Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)				-464.034,35		-43.197,79